UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA - POSLA

MONIQUE CORDEIRO MARTINS DE SOUSA

CARTAS ADMINISTRATIVAS DO SÉCULO XVIII DA CAPITANIA DO CEARÁ: UM ESTUDO FILOLÓGIO E SOCIORRETÓRICO.

FORTALEZA – CEARÁ
2016

MONIQUE CORDEIRO MARTINS DE SOUSA

CARTAS ADMINISTRATIVAS DO SÉCULO XVIII DA CAPITANIA DO CEARÁ: UM ESTUDO FILOLÓGIO E SOCIORRETÓRICO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Sousa, Monique Cordeiro Martins de.
Cartas administrativas do século XVIII da capitania do Ceará: um estudo filológico e sociorretórico [recurso eletrônico] / Monique Cordeiro Martins de Sousa. – 2016.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 185 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.
Área de concentração: Linguagem e interação.
Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

1. Filologia. 2. Edição de textos. 3. Linguística aplicada. 4. Análise de gênero. I. Título.

MONIQUE CORDEIRO MARTINS DE SOUSA

CARTAS ADMINISTRATIVAS DO SÉCULO XVII DA CAPITANIA DO CEARÁ: UM ESTUDO FILOLÓGIO E SOCIORRETÓRICO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

Defesa: 29/01/2016

BANCA EXAMINADORA

Expedito Eloísio Ximenes

Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Áurea Zavam

Profª. Drª. Áurea Suely Zavam (1º Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Cibele Gadelha Bernardino

Profª. Drª. Cibele Gadelha Bernardino (2º Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Ao Ilustríssimo Prof. Expedito Ximenes. Estive alguns anos na lida da sala de aula e, por muitas vezes, senti-me um pouco perdida nessa jornada de pesquisadora; no entanto, com seu apoio, sua paciência e seu comprometimento, consegui chegar ao final dessa etapa.

À minha profissão, pois ela me permite conhecer pessoas maravilhosas: professores inspiradores, como a Profª Abniza Pontes, a Profª Dina Ferreira, a Profª Cibele Gadelha, a Profª Áurea Zavan e o Prof. Luciano Pontes.

Aos colegas de profissão sensíveis e engajados e aos alunos que valem a pena.

À direção do Liceu de Iguatu – Dr. José Gondim, pelo apoio, à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, pela concessão de afastamento para os estudos, e à FUNCAP, pelo auxílio financeiro parcial deste projeto.

Aos meus amigos e familiares, alicerces da vida. Por isso, não posso deixar de expressar minha gratidão aos amigos que estiveram comigo. Alguns discutiam sobre problemas teóricos, outros me lembravam do quão fabuloso é o ordinário da vida. A Dany, Jonas, Nayara e Val, queridos de Iguatu; à Mara, querida d'além mar; a Fátima, Tércio e Idália, queridos do Mestrado; e aos queridos do grupos de estudo Praetece, especialmente à colega Adriana, um cheiro e um forte abraço.

Aos adoráveis e puros de coração: Tito – cachorrinho, companheiro nessa jornada, e Lya, sobrinha torta muito esperada.

A meu pai, Cordeiro, e meu irmão, Hugo. Cada um, a seu modo, contribuiu para a construção da pessoa que sou hoje. Também preciso agradecer à Lílian, "boadrasta", que assim como meus pais e irmão, sempre acreditou e confiou em minha capacidade para ir mais longe.

Ao meu querido Rodolpho, agradeço por ver em mim mais, muito mais, do que consigo enxergar de mim mesma. Sou grata por seu amor, por seu apoio e por seu estímulo sempre constante em todos os momentos.

À minha mãe, Auxiliadora, eu reservo o mais profundo e infinito sentimento de gratidão porque veio dela o que aprendi sobre amor e coragem, sentimentos fundamentais em qualquer etapa da vida.

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta dissertação se concentra em dois campos disciplinares: a Filologia e a Linguística Aplicada. Tem como objetivo o resgate de documentos antigos, a descrição codicológica e paleográfica do códice e do contexto histórico e a análise sociorretórica do gênero carta administrativa do século XVIII. A abordagem utilizada dentro dessas perspectivas se apoia em Acioli (1994), Auerbach (1972), Spina (1977), Cambraia (2005) e Ximenes (2004; 2013), inseridos no campo da Filologia, e em Swales (1990), Bernardino (2000) e Gomes (2002) entre outros, inseridos no contexto de análise de gênero. O *corpus* é constituído por 15 cartas administrativas da *Capitania* do Ceará do século XVIII, que tratam sobre assuntos diversos e objetivam anunciar medidas administrativas. Para a análise, transcrevemos as cartas através da edição semidiplomática baseada em normas de edição do grupo de Práticas de Edição de Texto do Ceará (PRAETECE). Em seguida, fizemos uma leitura a fim de perceber e descrever as regularidades do gênero quanto à distribuição das suas unidades e subunidades retóricas. Como resultado, tivemos as cartas editadas e o estabelecimento de um modelo sociorretórico com as seguintes unidades e subunidades retóricas: Unidade Retórica 1 – abrir registro: 1.1 classificar gênero, 1.2 definir destinatário e/ou local e 1.3 definir remetente e/ou local; a Unidade Retórica 2 – realizar propósito: 2.1 informar/anunciar medidas administrativas e 2.2 justificar/emitir opinião e a Unidade Retórica 3 – finalizar contato: 3.1 despedir-se, 3.2 situar tempo e espaço da produção, 3.3 definir remetente e/ou local, 3.4 definir destinatário e/ou local, 3.5 autenticar documento e 3.6 assinar documento. Dessa forma, reforçamos a interdisciplinaridade característica das duas disciplinas indicadas e estabelecemos um modelo sociorretórico das cartas administrativas que reflete as práticas sociais da administração pública colonial cearense.

Palavras-chave: Filologia, Edição de textos, Linguística Aplicada, Análise de gênero.

ABSTRACT

This research focuses on two disciplines: Philology and Applied Linguistics. It aims to rescue ancient documents, the codicological and paleographic description of the codex and the historical context and socio-rhetorical analysis of administrative letters from the eighteenth century. The approach used in these perspectives is based on Spina (1977), Acioli (1994), , Cambraia (2005) and Ximenes (2004; 2013) placed in the field of Philologie, and Swales (1990), Bernardino (2000) and Gomes (2002) among others, placed in the context of gender analysis. The corpus consists of 15 administrative letters of the Province of Ceará in the eighteenth century that deal with various issues and aim to announce administrative measures. For the analysis, we transcribe the letters by semidiplomatic editing based on editing standards of the group of Practices of Copyediting of Ceará (PRAETECE in Portuguese). Then we analyzed them thoroughly in order to understand and describe the regularities of the genre as the distribution of rhetorical units and subunits. As a result, we have edited the letters and establish a socio-rhetorical model with the following rhetorical units and sub-units: Rhetoric Unit 1 - open record: 1.1 classify genre, 1.2 set recipient and/or local and 1.3 define sender and/or local; Rhetoric Unit 2 - perform purpose: 2.1 inform/announce administrative measures and 2.2 justify/announce an opinion; and Rhetoric Unit 3 - finish touch: 3.1 say goodbye, 3.2 locate time and place of production, 3.3 define sender and/or local, 3.4 set recipient and/or local, 3.5 authenticate document and 3.6 sign the document. Thus, we emphasize the interdisciplinary character of the two specified subjects and establish a socio-rhetorical model of administrative letters that reflects the social practices of colonial government of Ceará.

Keywords: Philology, Text editing, Applied Linguistics, Gender analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Intervenção de terceiros ---------- 103
Figura 2 – Furos ---------- 104
Figura 3 – Corrosão do papel ---------- 104
Figura 4 – Frente da capa do livro 86 ---------- 105
Figura 5 – Verso do livro 86 ---------- 105
Figura 6 – Oxidação ---------- 105
Figura 7 – Palavra com juntura ---------- 109
Figura 8 – Palavra com juntura ---------- 109
Figura 9 – Tinta coloração fraca ---------- 110
Figura 10 – Tinta coloração forte ---------- 110

Quadro 1 – Guia básico de descrição codicológica ---------- 23
Quadro 2 – Procedimento sistemático de análise textual ---------- 41
Quadro 3 – Procedimento sistemático de análise contextual ---------- 41
Quadro 4 – Modelo CARS do gênero carta pessoal ---------- 43
Quadro 5 – Guia codicológico adaptado ---------- 92
Quadro 6 – Modelo retórico do gênero carta pessoal ---------- 94
Quadro 7 – Procedimento sistemático de análise contextual ---------- 95
Quadro 8 – Modelo prévio para análise do registro de cartas ---------- 97
Quadro 9 - Unidades e subunidades de informação da UR1 ---------- 166
Quadro 10 - Unidades e subunidades de informação da UR 2 ---------- 167
Quadro 11 – Unidades e subunidades de informação da UR 3 ---------- 167
Quadro 12 – Modelo sociorretórico dos registros de cartas ---------- 17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de cartas administrativas ---------- 51
Tabela 2 – Grafemas da Língua Portuguesa ---------- 105
Tabela 3 – Remetentes, destinatários, locais de origem e destino das cartas administrativas ---------- 122
Tabela 4 – Recorrência/frequência das subunidades da UR1---------- 167
Tabela 5 – Recorrência/frequência das subunidades da UR2 ---------- 169
Tabela 6 – Recorrência/frequência das subunidades da UR3 ---------- 171

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ---------- 13

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ---------- 17

2.1 Filologia e Ciências auxiliares ---------- 17

2.2 Filologia e Linguística ---------- 22

2.3 Gêneros Textuais ---------- 30

2.4 Teoria de gênero de Swales ---------- 35

3 METODOLOGIA ---------- 45

3.1 Da constituição do *corpus* da pesquisa ---------- 45

3.2 Das normas de edição dos manuscritos ---------- 48

3.3 Da dupla edição do *corpus* ---------- 51

3.4 Da descrição codicológica e paleográfica ---------- 92

3.5 Da análise do gênero textual ---------- 93

4 ANÁLISE DOS REGISTROS DE CARTAS ADMINISTRATIVAS: ESTUDO FILOLÓGICO E SOCIORRETÓRICO ---------- 101

4.1 Análise filológica: descrevendo o suporte do registro de cartas ---------- 101

4.2 Contexto histórico do registro de cartas administrativas ---------- 113

4.3 Análise linguística: descrição da comunidade discursiva e estabelecimento de um modelo sociorretórico do registro de cartas------ 116

4.3.1 Administração colonial: uma comunidade discursiva ---------- 117

4.3.1.1 Os objetivos e os propósitos da comunidade discursiva ---------- 127

4.3.1.2 Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva da administração colonial cearense ---------- 131

4.3.1.3 Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva da administração colonial cearense ---------- 133
4.3.1.4 O léxico específico da comunidade discursiva da administração colonial cearense ---------- 134
4.3.1.5 A relação entre membros experientes e membros iniciantes na comunidade discursiva da administração colonial cearense ---------- 136
4.3.1.6 A organização hierárquica da comunidade discursiva da administração colonial cearense. ---------- 137
4.4 Análise das unidades sociorretóricas dos registros de cartas ---------- 137
4.4.1 O gênero carta administrativa ---------- 138
4.4.2 A organização sociorretórica dos registros de cartas ---------- 139
4.4.3 Estabelecimento de um modelo sociorretórico dos registros de cartas --- 173

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- 176

REFERÊNCIAS ---------- 181

1 INTRODUÇÃO

O trabalho com textos antigos é fundamental para o conhecimento e a preservação da história. A Filologia nos dá condições para trazer à tona uma materialidade linguística contida nos manuscritos, uma vez que, segundo Spina (1977), ela é uma ciência linguística e histórica que estuda o texto, preza pela análise do texto escrito antigo, que são tidos como documentos. Segundo Cambraia (2005, p. 13), "essa ciência ora se identifica com o estudo da história da língua, ora relaciona-se ainda ao estudo das civilizações a partir dos textos." Nos manuscritos, há diversos gêneros esperando uma oportunidade para emergirem e contarem sua história. Aqueles pertencentes à esfera administrativa se classificam como portarias, alvarás, autos, editais e cartas. Sobre esse último, questionamentos são levantados tanto em relação a sua constituição material, tanto quanto a sua organização textual: qual o contexto histórico político-administrativo que envolve o processo de produção, de circulação e de consumo do gênero registro de carta administrativa do período colonial do Ceará? De que modo este contexto influencia a definição dos propósitos comunicativos do gênero? Como se constitui o suporte do registro da carta administrativa do período colonial do Ceará? Qual a caracterização sociorretórica do registro carta administrativa do período colonial do Ceará?

Traçamos questões em que o estudo do gênero se alia ao estudo filológico. Na perspectiva do gênero textual, podemos verificar questões acerca do contexto de produção: o momento sócio-histórico, os interlocutores, o conteúdo. Tais categorias podem ser estudadas na tentativa de compreender o peso social do gênero carta administrativa. Através do gênero textual, estudiosos do tema podem refletir sobre as práticas sociais da época e verificar diversas relações estabelecidas. O linguista investigará sobre o papel social dos interlocutores, o suporte utilizado para a produção do gênero, as informações mobilizadas para saber o que tais elementos falam sobre a sociedade colonial do Ceará. Tudo isso é possível porque o gênero representa a linguagem "em ação". A realização das práticas sociais através da linguagem nos coloca na vida e só sabemos existir dentro dessa prática.

Para isso, os textos precisam de um tratamento filológico e linguístico para que o seu conteúdo não se perca na deterioração causada pelo tempo. No que diz respeito ao tratamento filológico, o filólogo tem um papel importante na tarefa de tentar salvar os textos da destruição material, conservar o que fora ali escrito e estabelecer relação entre textos de outras épocas, por isso uma leitura minuciosa do manuscrito foi realizada e, em seguida, também foi realizada sua edição semidiplomática, seguindo normas do grupo PRAETECE,

que busca a mínima intervenção do editor. No que diz respeito ao tratamento linguístico, optamos por direcionar nossa pesquisa ao estudo sociorretórico do gênero, que envolve não só a descrição da forma do texto, como também investiga aspectos do contexto de produção e de sua influência nos propósitos comunicativos do gênero. Para isso, após a transcrição semidiplomática, investigamos as unidades e subunidades retóricas, além de avaliar o contexto sócio-histórico e os propósitos comunicativos, para o estabelecimento de um modelo sociorretórico dos registros de cartas administrativas.

Como podemos ver, a comunicação entre as áreas é fundamental para lidar com o documento manuscrito. Por se tratar de um documento antigo, muitas vezes, temos problemas de ordem material e linguística. Temos, para isso, ciências auxiliares para a análise dos textos antigos, como a Paleografia, que estuda as escritas antigas, e a Codicologia, cujo principal objeto de estudo é o códice, ou seja, o livro. Essas duas ciências auxiliaram na investigação do suporte através de critérios de investigação paleográficos apoiados em Acioli (1994) e em uma ficha codicológica adaptada de Cambraia (2005).

Com a congruência da Filologia e suas ciências auxiliares com a Linguística, em nosso caso Linguística Aplicada, através do estudo de gênero, traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Descrever sociorretoricamente o gênero registro de carta administrativa no século XVIII no Ceará.

Objetivos específicos

- Contextualizar o momento histórico e político-administrativo no qual o registro da carta administrativa está inserido e seus propósitos comunicativos.

- Examinar o suporte do gênero registro de carta administrativa do século XVIII.

- Realizar descrição sociorretórica do gênero registro de carta administrativa do período colonial do Ceará.

Na busca de alcançar nossos objetivos, percebemos que é necessário um trabalho que desperte na sociedade um interesse e uma vontade em conhecer e cuidar do patrimônio histórico-cultural e que estude o gênero textual vinculado ao seu contexto e propósitos

comunicativos. Muitos trabalhos têm sido realizados contribuindo para salvaguardar os documentos e suas informações, tantos outros têm sido realizados com o objetivo de descrever a constituição sociorretórica de diversos gêneros textuais.

Em diversas regiões do Brasil, há grupos acadêmicos preocupados em ler e editar textos não só de cunho literário, mas também os oficiais dos vários campos da administração pública (XIMENES, 2013). Podemos citar o grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB), grupo de pesquisadores de várias localidades do País que tem o objetivo de fazer o levantamento de textos do Brasil colônia e de editá-los. Há trabalhos desse grupo na Bahia, organizados por Lobo (2001), como a recuperação das Cartas Baianas Setecentistas, além de trabalhos de Queiroz (2006; 2007) em Feira de Santana fora do circuito do PHPB.

No Ceará, temos a edição de documentos jurídicos do século XIX realizado por Ximenes (2013), que lidera o grupo PRAETECE (Práticas de Edição de Texto do Ceará) e orienta estudos no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Nesse grupo, diversos trabalhos já foram realizados como, por exemplo, Loiola (2014) e Josino (2015). O primeiro autor recuperou e analisou editais; e o segundo, autos de arrematação. Como representantes do eixo Sul/Sudeste, encontramos em São Paulo, dentro do Projeto Temático Filologia Bandeirante, edição de textos da época das bandeiras organizada por Megale e Toledo Neto (2005). No Rio de Janeiro, há correspondências e outros gêneros administrativos organizados por Barboza (2003) e no Paraná, edição de manuscritos setecentistas e oitocentistas compilados por Aguilera e Vasconcelos (2007), entre outros. Em alguns desses trabalhos, como no caso de Lobo (2001), vemos uma tarefa de recuperação de cartas. Alinhamo-nos a esse propósito e escolhemos esse gênero por não encontrarmos tantos estudos com esses textos.

No caso do estudo de gêneros textuais, há trabalhos com diversas abordagens teóricas. Inserimo-nos no contexto de análise de gênero da Escola Norte-Americana, que se apoia na concepção estabelecida pela teoria de análise de gênero conhecida como Estudo de Gêneros para Propósitos Específicos, cujo principal nome é o britânico John Swales. A investigação em artigos acadêmicos promovida por Swales (1990) é, portanto, o principal referencial de nossa análise, assim como também dos pesquisadores Bernardino (2000) e Gomes (2002), outras duas referências fundamentais nesta pesquisa. Unindo os campos teóricos da Filologia e da Linguística estabelecemos um terreno rico para a investigação científica e deixamos contribuições para os campos abordados.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, além de uma introdução e de considerações a respeito da investigação realizada. No capítulo 1, fizemos a fundamentação teórica desta pesquisa. Discutimos, em quatro subseções sobre Filologia e suas ciências auxiliares, Filologia e Linguística, discutindo relação não só com a Linguística Moderna, mas também com a Linguística Aplicada. Além disso, abordamos o conceito de Gêneros Textuais e, por fim, as contribuições da Teoria de Gênero de Swales.

No capítulo 2, tratamos da Metodologia em que traçamos o caminho para o labor filológico e para a análise do gênero textual. Abordamos em cinco subseções a constituição do *corpus*, as normas de edição utilizadas na transcrição dos manuscritos, os exemplares das cartas em versão fotografada e datiloscrita, os aspectos a serem analisados na descrição do suporte – descrição codicológica e paleográfica e os critérios a serem analisados sobre o gênero textual.

No capítulo 3, realizamos a análise de nosso *corpus*. A análise foi separada em duas partes: a análise filológica e a análise linguística. Na análise filológica, descrevemos o suporte das cartas administrativas através de critérios estabelecidos pela Codicologia e pela Paleografia, sendo assim investigamos tipo de papel, encadernação, interferência no material, tipo de letras, tinta utilizada, etc. Na análise linguística, buscamos a descrição da comunidade discursiva e o estabelecimento de um modelo sociorretórico dos registros das cartas. Investigamos os seis critérios para a caracterização da comunidade discursiva propostos por Swales (1990) e verificamos as unidades de informação das cartas a fim de verificar recorrência para realizarmos o estabelecimento do modelo sociorretórico das cartas administrativas.

Dessa forma, acreditamos termos contribuído em ambos os campos de estudo: Filologia e Linguística. Reforçamos o traço de interdisciplinaridade a que se propõe Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada no qual estamos inseridos e ampliamos o repertório de estudos com os documentos antigos que circulam no grupo PRAETECE, favorecendo a existência de novas pesquisas com o mesmo perfil desta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo do texto é uma tarefa muito complexa. Diversas áreas tomam-no como objeto de estudo a fim de compreender sua estrutura, seu conteúdo, sua relação com o meio social e outras análises que ele possibilita. Há investigações na filosofia, na antropologia, na linguística, na sociologia, na filologia que buscam entender a estrutura e o seu funcionamento interno, a relação com o contexto sócio-histórico cultural, a importância de uma intenção autoral, as suas formas de registro/suporte. Esse elemento complexo se materializa de diferentes maneiras, pode ser oral ou escrito, manuscrito ou digital, antigo ou contemporâneo e essa diversidade merece tratamento especial.

Esse tratamento será melhor realizado se buscarmos a conciliação de estudos que têm como objeto de pesquisa o texto, particularmente o texto escrito. A interdisciplinaridade proporciona uma abordagem mais ampla e garante à pesquisa possibilidade de diversificar nosso olhar e atingir diferentes campos de estudo. Segundo Bentes e Rezende (2008, p. 20), "por sua natureza multimodal e multifacetada, o fenômeno textual não admite 'verdades' teóricas"; é preciso um trabalho cuidadoso com esse fenômeno. A nosso ver, esse estudo parece ser o demonstrativo da "simbiose perfeita entre as duas ciências *(Linguística e Filologia)*, porém, podemos conceber *que* ambas abordam metodologias diferentes para o mesmo objeto de estudo, ou seja, a língua." (XIMENES, 2013, p.193, grifos nossos).

Para fundamentar nossa pesquisa, tomamos dois caminhos como referencial teórico: os conceitos de Filologia sobre edição semidiplomática, em Spina (1977), Auerbach (1972), Acioli (1994), Cambraia (2005), e Ximenes (2004; 2013), e os conceitos linguísticos, especificamente o estudo de gênero, baseados Swales (1990) e seus seguidores.

2.1 Filologia e Ciências Auxiliares

A Filologia é uma ciência que possibilita o contato com outras ciências, mantendo assim sua caraterística interdisciplinar. Codicologia e Paleografia são ciências auxiliares que caminham juntas na intenção de descrever a matéria *scriptoria* e a escrita utilizada em manuscritos de tempos pretéritos. Após várias transformações, o objeto que se fixou como suporte de escrita foi o códice, versão primitiva do livro impresso, cuja nomenclatura deriva do latim *codex* e significa tronco de árvore. Uma outra versão do nome está no que nos conta Mendes (1953, p.44),

> era costume, também, deixar pendente a ponta do fio da ligadura e, neste, prender um pedaço de couro ou madeira, no qual se dava uma indicação do que havia escrito naquele volume. O fio pendente assemelhava-se a uma cauda. Daí a denominação que os volumes assim caudados receberam de caudex ou códex. E essa é a razão do nome códice que se dá hoje aos volumes antigos, ainda que não feitos de tabellae ceratae.

Segundo Spina (1977), o códex mantém semelhanças com o livro atual; no entanto, suas dimensões já foram grandes, pois era formado por folhas de pergaminho, que não podiam ser dobradas. "Os códices são livros grandes, in-fólio, isto é, 'em folhas', no tamanho da folha." (SPINA, 1977, p. 30). Os lugares onde a escrita antiga era registrada passaram por diferentes materiais até que o papel chegasse e se estabelecesse. Foram utilizadas tabuinhas enceradas, papiro e pergaminho. Toda essa matéria *scriptoria* necessitava de um instrumento diferente para o registro. No caso, das tabuinhas, utilizava-se o estilete; para o papiro, utilizava-se o cálamo; para o pergaminho, utilizava-se a pena de ave.

Nosso trabalho lida com documentos manuscritos e uma investigação paleográfica também se faz pertinente. Essa área, segundo Cambraia (2005), busca estudar a escrita antiga e verifica a ortografia, a pontuação e quaisquer outros aspectos da escrita que estejam registrados no texto. Para Spina (1977, p. 18), a Paleografia é "o estudo das antigas escritas e da evolução dos tipos caligráficos em documentos"; portanto a investigação sobre o tipo de letra utilizada pertence a uma perspectiva paleográfica. Seu objeto de estudo constitui-se de documentos mais frágeis e perecíveis, que se transportam facilmente de um lugar a outro como o papel, o pergaminho e as tabuinhas enceradas, observa Mendes (1953, p.12) Sendo assim, o papel do paleógrafo é de "datar o texto, estabelecer origem e procedência e criticar quanto à autenticidade, levando em conta seus aspectos gráficos." (ACIOLI, 1994, p.5).

Segundo Acioli (1994), o interesse pelo estudo paleográfico é antigo desde o estabelecimento de coletâneas de abreviaturas que facilitassem a decifração de textos antigos. Em meio a Guerra de Trinta anos (1618-1648), surge na Alemanha a necessidade de atestar a veracidade de documentos, e é estabelecendo uma espécie de perícia do papel ou da escrita que os juízes da época conseguiam identificar documentos falsos e verdadeiros. Portanto, a Paleografia surge "não como auxiliar da História, mas da Justiça" (ACIOLI, 1994, p.7).

Na França, já no final do século XVII, um pesquisador beneditino, Jean Mabilion, "procurou classificar as escritas medievais" (ACIOLI, 1994, 7) e publicou o DeRe Diplomática. Esse trabalho foi uma réplica ao conflito existente entre duas ordens religiosas que buscavam desvendar a escrita medieval e foi continuado por dois outros pesquisadores

beneditinos franceses, resultando no livro Nouveau Traité de Diplomatique. Nesse período, começam a surgir escolas europeias situadas na Itália, na França, na Espanha e na Alemanha.

No Brasil, só no século XX, houve no curso de História da Universidade de São Paulo uma disciplina de Paleografia. A relação íntima com a História fica evidente nas palavras de Mendes (1953, p. 15), "sem a Paleografia, a História seria apenas um amontoado de suposições ou um desfiar enorme de narrativas transmitidas pela tradição oral". Para o estudo da Filologia, esse olhar para as escritas antigas também tem bastante relevância, pois permite ao filólogo "decifrar as múltiplas particularidades da escrita, possibilitando assim o estudo dos vários estágios da língua, com as variações sofridas por cada palavra, com as alterações no sentido das frases, com o cambiamento paulatino da sintaxe." (MENDES, 1953, p.15).

No entanto, os primeiros registros escritos não são com letras como as conhecemos. Para que se chegasse até o estágio da letra, a humanidade passou por diversas formas de registrar aquilo que se desejava. Houve um estágio do ideograma, que eram "formações pictóricas com o fim de sugerir ideias abstratas" e o estágio do fonograma, em que "os ideogramas simplificados representariam os sons iniciais das palavras" (MENDES, 1953, p. 22). Higounet (2003, p.23) aponta que

> uma vez "inventada", a escrita se torna um desenho que pode ter vida própria, fora da língua da qual é veículo. É quando sua história pode ser um estudo apenas das formas que envolvem em um contexto político, social e econômico. É a concepção da paleografia, não mais no sentido de ciência da decifração das escritas antigas, mas ampliada para a prática hoje desenvolvida [...].

A Paleografia nos apresenta uma série de características da escrita através dos tempos, propiciando ao pesquisador condições para esse tipo de investigação. Mostrando outras noções desse campo de estudo, Acioli (1994, p.11) indica a análise dos ductos, "lances usados para escrever uma letra", para investigar que tipo de escrita se apresenta no documento. Esses ductos tornam-se mais ou menos arredondados, ligam-se ou não entre si dentro de uma palavra, dependendo do tipo de instrumento e de material utilizado no registro da escrita. Juntando-se a investigação dos ductos, é preciso considerar as formas, o ângulo da escrita, o módulo, o peso; além de avaliar o material e as características subjetivas do texto, de acordo com as observações de Higounet (2003).

Na investigação da forma, considera-se o exterior da letra. Em relação ao ângulo, avalia-se a envergadura do instrumento utilizado pelo escriba e a linha escrita. Sobre o

módulo, ele indica “as dimensões das formas, largura e altura, ordem de grandeza por vezes simplesmente relativa” (HIGOUNET, 2003, p. 22). Para analisar o peso, considera-se o tipo de instrumento, que pode deixar a letra leve ou pesada. Dessa percepção, surgem as escritas assentadas, cursiva, maiúscula e minúscula.

O estudo paleográfico se mostra indispensável, considerando a velocidade com que as transformações ocorrem no século XXI. No contexto atual, há muita produção de material escrito, mas bastante homogeneizado pelos recursos tecnológicos. Para o conhecimento de nossa história, preservação dos documentos, o arcabouço da Paleografia deve ser utilizado por aqueles que se interessam pelo salvamento da história e memória linguística do país.

Além dos recursos da Paleografia, a Codicologia se insere nesse contexto. Apesar de estarmos numa época em que a escrita é digital, Spina (1977), em seu tempo, registrou o fato de que a escrita incialmente se apresentou em duas tradições: a manuscrita e a impressa. A primeira tradição utilizou-se de volumes e códices para o registro da escrita antiga; a segunda diz respeito à utilização do livro impresso. Os manuscritos objetos dessa pesquisa estão registrados em grandes códices que merecem análise e descrição minuciosa para contribuir com sua preservação. A análise desse material nos ajuda a compreender que elementos constituem a sua natureza, qual a origem dos documentos, além de favorecer a sua contextualização. O códice é uma das formas em que escrita antiga é apresentada e resguardada desde épocas imemoriais. Só foi suplantada com a tradição impressa, iniciada no século XV, e existente até hoje.

A Codicologia, que em outros tempos estava inserida dentro do campo da Paleografia e da Diplomática, hoje constitui um campo à parte de estudo do manuscrito. Ela se interessa pelo estudo e “conhecimento da produção do manuscrito e das condições materiais que esse trabalho se verificou” (SPINA, 1977, p. 22). No que concerne às condições materiais, observa-se que o homem buscou diversas maneiras de se comunicar e as formas mais prósperas que permitiram um registro mais eficiente, um transporte fácil foram os materiais brandos. Esses materiais eram o papiro, importante produto vegetal que foi produzido a partir de uma planta das margens do rio Nilo, o pergaminho, que concorreu com o papiro desde o século II a. C, e o papel, desenvolvido pelos chineses e disseminado na Europa pelos árabes.

Um ponto interessante a saber é quão o pergaminho era valorizado, um material muito caro de ser produzido. Ele tinha origem animal e os mais apreciados eram aqueles que vinham do feto de ovelha ou de vitelo. Como medida de economia, a técnica do palimpsesto foi desenvolvida e consistia em reaproveitar o pergaminho já escrito fazendo uma raspagem na peça para que se pudesse escrever por cima. Além disso, uma outra forma de reaproveitamento era o registro da escrita dos dois lados do pergaminho. Tal procedimento não podia ser realizado no papiro, segundo Spina (1977), essa foi uma importante inovação gráfica que acarretou no surgimento do códice.

Diante dessa dificuldade de ordem econômica, a chegada do papel se estabeleceu de maneira a se mostrar superior aos outros materiais. Mendes (1953, p.42-43), destaca a importância do papel em cinco pontos:

> 1º - O papel é mais leve que o pergaminho;
> 2º - É menos espesso que o pergaminho, de modo que os livros são menos volumosos e mais manuseáveis;
> 3º- Pode ser fabricado em todas as espessuras, tamanhos e côres que se desejarem;
> 4º- A matéria prima para a fabricação é de muito mais simples obtenção;
> 5º- É mais facilmente costurável que o pergaminho; e a cola (quer a vegetal, quer a animal) adere melhor ao papel.

A análise codicológica dispõe de termos próprios do seu campo de estudo, que são

> derivantes na sua maioria do grego e do latim, figuram manuscrito ‘qualquer texto escrito a mão’, códice ‘os manuscritos antigos e medievais’, membranáceo de pergaminho e cartáceo de papel relativamente ao material escriptório, palimpsesto ‘códice em pergaminho que foi raspado para o escrever de novo’, folha ou ‘fólio’ cada uma das páginas de um ms’., ‘recto’ ‘parte anterior da folha, ou página ímpar’ e ‘verso’ ‘parte posterior da folha, ou página par’, coluna ‘cada uma das duas, ou mais colunas em que pode ser dividida a página escrita’, (...). (SPAGGIARE; PERUGI, 2004, apud LOIOLA, 2014, p.39)

Nós nos basearemos em orientações para a análise do códice, pois segundo Cambraia (2005, p. 27), “os conhecimentos codicológicos [...] são utilizados mais pragmaticamente na descrição de códices, a qual deve constar na edição de textos preservados em manuscritos.”.

Sendo assim, cabe à Codicologia analisar as dimensões do livro manuscrito, assim como sua encadernação, a quantidade de fólios existentes e os danos sofridos. Utilizaremos uma tabela apresentada por Cambraia (2005), com adaptação para proceder à análise.

Quadro 1 – Guia básico de descrição codicológica

Guia Básico de Descrição Codicológica
1. Cota: Cidade em que se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte; número de identificação.
2. Datação: explícita.
3. Lugar de origem: explícito.
4. Termo de abertura: transcrição.
5. Termo de encerramento: transcrição.
6. Suporte material: papiro, pergaminho ou papel.
7. Composição: número de fólios, formato e dimensão dos fólios (altura x largura em milímetros).
8. Organização da página: dimensão da mancha, número de linhas, assinaturas.
9. Particularidades: marcas codicológicas.
10. Encadernação: tipo (original ou não original); dimensão; material; cor da cobertura; texto na capa.

(Cambraia, 2005)

Codicologia e Paleografia se unem para uma investigação aprofundada da matéria *scriptoria* e permitem saber mais sobre um suporte que existe há séculos. A partir do texto editado, outras perspectivas teóricas e interdisciplinares se juntam à análise filológica, como é o caso das que compõem os estudos linguísticos. Na seção a seguir, discorremos sobre a relação da Filologia com a Linguística, especialmente com a Linguística Aplicada.

2.2 Filologia e Linguística

Buscamos na Filologia um dos pontos do nosso embasamento teórico porque trabalhamos com o texto escrito antigo. "Cabe dizer que ela é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas." (MELO 1975, p.22). Cabe ainda reforçar o conceito de Filologia como sendo

> o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o têrmo Filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas. Uma de suas formas mais antigas, a forma por assim dizer clássica e até

> hoje considerada por numerosos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos. (AUERBACH, 1972, p.11)

Sendo assim, ela nos dá condições para o trabalho apurado com o manuscrito uma vez que utilizamos orientações bem definidas para leitura e conservação do texto documental.

A figura importante do filólogo se faz presente nesse processo, pois ele, imbuído de amor à palavra e ciência da tarefa árdua da investigação do manuscrito, traz à tona um conteúdo praticamente perdido. Lausberg (1972, p. 21-22) vê como tarefa básica do filólogo "salvar os textos da destruição material" e, como tarefa central, a "conservação do sentido que se deve dar ao teor do texto." É preciso ressaltar que, além do resgate do documento, o filólogo tem o interesse em pesquisar e em compreender a cultura de um povo através desses textos, o que torna fundamental o conhecimento sobre a história, a sociedade, os costumes e a língua desse povo. Segundo Cambraia (2005, grifos originais), neste campo faz-se "o *estudo global de um texto,* ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio- histórico etc.".

Na Grécia antiga, mais especificamente na fase helenística, os pensadores da época, além de exportar para o Mediterrâneo Ocidental e Ásia menor o seu modo de pensar, voltaram seu olhar para o passado a fim de repensá-lo. Segundo Saussure (2006, p. 7),

> em Alexandria havia uma escola "filológica", mas esse termo se vinculou sobretudo ao movimento criado por Friedrich August Wolf a partir de 1777 e que prossegue até nossos dias. A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica.

Na gênese do movimento filológico, o foco dos sábios se direcionava para os textos literários. Nessa tarefa, a intenção era de tornar inteligível, especialmente, os textos do poeta Homero. Segundo Spina (1977), o amor pela poesia fez florescer a ciência filológica e essa ciência se caracterizava pelos comentários deixados nos textos. Os eruditos, homens habilitados para essa tarefa, estavam voltados para

> a restauração, intelecção e explicação dos textos, o labor desses eruditos consistiu em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações (escólios), de índices e glossários (indicações marginais sobre as variantes das palavras), de tábuas explicativas, tudo isso complementando com excursos biográficos questões gramaticais e até juízos de valor de natureza estética. (SPINA, 1977, p. 61).

Como vemos, a Filologia surge do texto literário, sobretudo, da poesia, no entanto, nos dias atuais, não se exclui a possibilidade de se trabalhar na recuperação de documentos notariais, eclesiásticos, pragmáticos que podem ser da administração pública, da administração privada e de particulares. Da administração pública, podemos dizer "em linhas gerais que a estrutura de administração pública brasileira está dividida nos setores do governo, do judiciário, da fazenda, da organização militar e do eclesiástico". (BARBOSA, 2002, p.428).

Sendo assim, a administração pública proporciona a existência de muitos documentos para uma investigação de diversas ordens. Apoiamo-nos em Cambraia (2005) sobre o conceito de documento, em sentido estrito, o autor define como sendo "toda notícia escrita de algum acontecimento". Nesse caso, não há preocupação em relacionar "poder" ou "autoridade" a esse registro, pois textos escritos antigos da esfera particular também são considerados documentos. Sua importância é marcante, pois são registros que perpetuam a memória, permitindo que sejam conhecidos diversos aspectos dos tempos antigos, tanto na esfera pública como na esfera privada. De acordo com Spina (1977), esses documentos podem se apresentar na forma de papiro, de pele de animal ou de papel. Eles são considerados públicos quando são emitidos por pessoa pública com a denominação de documento público. Nessa instância, se o documento for emitido por um soberano ou por um alto magistrado, ele tem valor de diploma. Como afirma Belotto (2008, p. 5), "documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico pertencente à esfera pública".

A tarefa do filólogo é realizar a edição do texto. Esse procedimento segue normas estabelecidas por grupo de pesquisadores da área. A tarefa básica desse processo é a transcrição, que significa "reproduzir um dado texto em um novo suporte material." (CAMBRAIA, 2005, p.111). De modo geral, a edição de texto segue normas para a realização de uma análise do material, do suporte, do sistema de registro, das formas de publicação. Essas normas devem ser explícitas e ter aplicação rigorosa e devem considerar o público-alvo. De modo específico, podemos encontrar um detalhamento acerca de como se deve proceder na edição de um texto de acordo com o grau de intervenção do editor.

Podemos encontrar um texto monotestemunhal ou politestemunhal. Na edição que ocorre num texto com apenas um testemunho, podemos ter vários modelos de edição como: a fac-similar, a diplomática, a semidiplomática e a interpretativa. Num texto politestemunhal, a edição ocorre no confronto de dois ou mais textos e a partir deles é possível fazer uma edição

crítica. O texto de nossa análise se caracteriza por ser monotestemunhal. Optamos por trabalhar com a edição semidiplomática que é um tipo de edição conservadora com grau médio de mediação. Com isso, é possível analisar aspectos linguísticos diversos, e aspectos sociais, culturais e históricos contidos nos textos.

O objeto básico dessa empreitada é o texto escrito e, por consequência, a análise do suporte onde esse material está inscrito também se torna objeto de investigação. Encontramos o apoio teórico para essa análise na Filologia que "é de caráter globalizante, mantendo inter-relações com várias outras ciências, pois a compreensão de um texto, seja qual for o seu suporte e o tempo de sua produção, envolve conhecimentos linguísticos, literários, históricos, geográficos e socioculturais da sociedade que produziu tais textos" (XIMENES, 2013, p.183). Esse caráter dessa área de estudos nos aproxima das ciências auxiliares tais como a Paleografia, que estuda as escritas antigas; a Diplomática, que investiga a estrutura dos documentos; a Codicologia, cujo principal objeto de estudo é o códice, ou seja, o livro; a Bibliografia Material, que estuda o livro impresso.

Além dessas ciências, há a Linguística, que busca dar conta dos aspectos da língua. Os primeiros estudos sobre a linguagem foram realizados pelos hindus e remontam ao período do século IV a. C e, nessa época, de cunho religioso, a investigação linguística se dava pelo interesse de conservar os textos sagrados da religião daquele povo. Nesse tempo, Panini, um gramático hindu, fez a descrição de sua língua e produziu um modelo de análise. Gregos e romanos também deram suas contribuições para o estudo das línguas. Por parte dos gregos, segundo Petter (2005), havia preocupação por diversos aspectos da língua como a busca pela relação entre palavra e significado, por uma teoria da frase, pela investigação das partes do discurso e pela enumeração de categorias; por parte dos romanos, especificamente Varrão, havia o interesse em estudar a gramática latina.

O interesse pelas gramáticas se estendeu por muitos anos e, no século XIX, floresceu um tipo mais específico de gramática, a comparativa, reforçando, assim, o viés histórico da Linguística. Segundo Ximenes (2013, p.226) o objetivo desse estudo era "descobrir o parentesco das línguas e estabelecer o tronco linguístico ou a protolíngua original.". Nesse contexto, destaca-se Franz Bopp com sua análise e comparação do sânscrito, ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico marcando o surgimento da Linguística Histórica. Silva (2008) traz um conceito de Linguística Histórica que enfatiza os estudos da interpretação de aspectos fônicos, mórficos, sintáticos e semântico-lexicais no espaço do

tempo, considerando as línguas sendo utilizadas por sujeitos num espaço geográfico nem sempre contínuo. Em sua obra, essa pesquisadora traz à tona duas formas de encarar esse campo de estudos: a Linguística Histórica *lato sensu*, que trabalha com os *corpora* datados e locados, e a linguística histórica *stricto sensu*, que estuda o que muda e como as línguas mudam ao longo do tempo.

Apesar dessa divisão, o conceito de Linguística Histórica pode se confundir com o conceito de Filologia, pois as duas disciplinas estudam a língua numa perspectiva historicamente situada, abordando a diacronia, ou seja, a mudança da língua no tempo. Nas palavras de Silva (2008, p.10),

> a linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da Filologia uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados, pelo trabalho filológico, tornam-se os corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração.

A partir dos estudos de Ferdinand Saussure, em 1916, algumas dicotomias são estabelecidas para o estudo da Linguística e uma delas é a que estabelece a relação entre sincronia, ou seja, a análise da língua desconsiderando o tempo, e a diacronia. Nessa análise, a língua é isolada das interferências do contexto e é estudada como intuito de investigar as "forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história" (SAUSSURE, 2006, p.13). Num momento mais a frente, "o estudo do fenômeno linguístico na interface com outras disciplinas criou várias áreas interdisciplinares: a etnolinguística, que trabalha no âmbito da relação entre língua e cultura; a sociolinguística, que se detém no exame entre língua e sociedade". (PETER, 2005, p.19). Dessa forma, a abordagem do documento antigo através desse olhar da Linguística Moderna permite estudos "sobre a perspectiva da morfossintaxe, da fonologia e do léxico, principalmente. Há outros aspectos que envolvem a linguística textual, a análise de gêneros ou a análise do discurso." (XIMENES, 2013, p. 231).

Um campo de estudos que deriva da Linguística e que se assemelha à Filologia pelo seu viés interdisciplinar, é a Linguística Aplicada, que surgiu em 1946, na Universidade de Michigan. Esse novo campo tem como objeto de análise a "linguagem como prática social, seja no contexto de aprendizagem de língua materna ou de outra língua, seja em qualquer outro contexto que surjam questões relevantes sobre o uso da linguagem". (MENEZES; SILVA; GOMES, 2009). Segundo Menezes, Silva e Gomes (2009), essa forma de olhar e

fazer ciência causou impacto e desestabilizou a pesquisa tradicional cujos modelos e métodos são mantidos muito rígidos.

É, para nós, interessante pensar sobre a relação existente entre a Linguística, agora Linguística Aplicada (LA), e o estudo filológico do texto. Parece haver incongruências, se pensarmos sob as dicotomias "novo x velho", "moderno x tradicional", "conservador x subversivo". Porque há quem defenda a importância e sobreposição de um método sobre outro. Celani (1998) aborda um pouco dessa dificuldade que se estabelece em momentos de mudança e, acrescentaríamos, numa situação de coexistência de práticas diferentes. Fica claro que a autora enaltece a abertura dos pesquisadores da Linguística Aplicada e é preciso, neste ponto, manter "a abertura de espírito e a tolerância" (CELANI, 1998, p. 125) para se manter respeitoso em relação a diferentes abordagens seja de pesquisa, seja da vida, já que uma das "palavras de ordem" da Linguística Aplicada é interdisciplinaridade. Mais que isso, é a transdisciplinaridade. Tais termos são recorrentes nos autores que defendem uma Linguística diferenciada daquela feita nos últimos cinquenta anos no Brasil. Segundo Moita Lopes (1998; 2009), a Linguística Aplicada defende uma visão interdisciplinar; porém, ainda sendo marcada, e restrita, pelos estudos no campo de ensino e aprendizagem de inglês.

Além do imperativo da transdisciplinaridade, a Linguística Aplicada tem tomado corpo com o intuito de ser uma disciplina fundamentada na prática e, com isso, pretende resolver problemas de linguagem dentro de contextos situados. Moita Lopes (1998) estabelece alguns pontos relevantes inerentes aos estudos da Linguística Aplicada, a saber: a) tipo de conhecimento e contexto de produção b) modo de produção do conhecimento; c) organização do conhecimento, d) responsabilidade social e reflexão. (MOITA LOPES, 1998, p. 106).

Considerando o que foi exposto sobre a Filologia inicialmente, podemos observar que há pontos de contato evidenciados pelos tópicos que o autor acima mencionou. É importante destacar os aspectos contidos nesses itens, uma vez que podemos verificar pertinência para as áreas de estudo aqui mencionadas. O tópico (a) aborda o tipo de conhecimento necessário e seu contexto de produção, referindo-se a conhecimentos úteis para um participante do mundo. Ximenes (2013) destaca que o objeto da Filologia, isto é, o texto se presta como "fonte para outras ciências, como a história, a geografia, a arquitetura, a sociologia, o direito". (XIMENES, 2013, p.204). Podemos destacar também a questão do trabalho colaborativo, mencionado no item (c). Um texto editado atrai profissionais distintos estabelecendo uma rede de contato de pessoa com visões e interesses diferentes sobre o

material resgatado. Se antes o "erudito" dominava um vasto conhecimento e produzia suas cópias num certo isolamento, hoje esse sujeito culto se relaciona com o saber dos outros sujeitos pensantes para a elaboração de um material que não contenha "rasuras no conteúdo".

No que diz respeito ao aspecto de (b) modo de produção de conhecimento, que se configura a partir da sentença: "a teoria informa a prática e a prática informa a teoria" (MOITA LOPES, 1998, p.110), devemos pensar sobre o que consideramos o "saber prático". Uma reflexão a ser feita sobre esse ponto é de que se pode teorizar sobre o estudo de gêneros na escola, sem, no entanto, nunca ter ministrado uma aula sobre esse conteúdo, ou se pode demostrar soluções teóricas para alguma metodologia do professor, sem nunca ter estado em sala de aula. Também é possível teorizar sobre os melhores modos de se manusear e acomodar documentos antigos, sem nunca ter estado num arquivo, especialmente público, para saber da real condição de acomodação e manuseio daquele local; pode-se, também, teorizar sobre as formas de se fazer uma leitura e transcrição de um documento, sem nunca ter praticado, de fato, a leitura e transcrição de um documento.

É no *locus* de realização da atividade que encontramos os caminhos para o conhecimento necessário para a resolução de algumas questões inerentes à prática realizada. (MOITA LOPES, 1998, p. 110). É importante ressaltar, quer seja na escola, no consultório médico, no tribunal, quer seja num arquivo, que as práticas realizadas e os saberes produzidos são muito importantes para o seu entorno social. Sendo assim, os saberes produzidos nesses contextos geram responsabilidades e a exigência da divulgação sobre o que foi feito com o material analisado.

Se verificarmos o panorama dos estudos filológicos e dos estudos da Linguística Aplicada, percebemos que são estudos que correm à margem da Linguística. Cada área busca um espaço e reconhecimento para que possa repassar seu "valor de verdade". Almeida Filho (2007) mostra um panorama do fazer atual da linguística aplicada (LA) no Brasil e traz em seu texto a informação de que em alguns países, como Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França, há muita pesquisa em linguística aplicada. No Brasil, há esforços para a pesquisa no campo da linguística aplicada, no entanto, "as agências de fomento à pesquisa classificam, de forma, extemporânea, a LA como subárea da linguística". (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 117). O autor mostra um quadro citando sete programas de pós-graduação denominados de Linguística Aplicada: três em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um em Brasília, um no Ceará e um no Rio Grande Sul. Ainda mostra outros dois quadros apresentando programas de pós-graduação que têm área a LA como área de concentração ou como linha de pesquisa. A partir

desse breve panorama fica claro que esse novo jeito de fazer Linguística está buscando seu espaço e tentando se estabelecer como uma base fundamental de estudos que merece incentivo político e financeiro.

Por sua vez, Ximenes (2013) também apresenta um panorama dos estudos filológicos no Brasil. Demonstra um redimensionamento desses estudos, uma vez que

> a tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasílicas. (XIMENES, 2013, p. 221)

Desponta no cenário nacional o grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Fundado em 1996, conta com pesquisadores de vários estados do país que fazem levantamento dos textos dos séculos XVIII ao XX do Brasil para, em seguida, fazer sua edição semidiplomática e possibilitar estudos da língua portuguesa com o objetivo de produzir uma gramática do português brasileiro. Neste grupo, há trabalhos sobre as Cartas Baianas Setecentistas, da Universidade Federal da Bahia, há o Projeto Temático Filologia Bandeirante, com publicação promovida pela Universidade de São Paulo; há, também, trabalhos sendo feitos nos estados do Rio de Janeiro e Ceará, dentre outros. Nesse último, há o grupo de pesquisa TRADICE (Tradições Discursivas do Ceará), do PPGL-UFC, vinculado ao PHPB desde 2004.

É relevante também destacar que no programa de Linguística Aplicada da UECE também há projetos preocupados com o resgate de documentos antigos em que se fazem a edição de gêneros textuais pertencentes à época colonial do Ceará, além da análise de gêneros e da elaboração de glossários.

Percebemos, pelo que foi exposto em Almeida Filho (2009) e Ximenes (2013), que as áreas buscam estabelecer e/ou reafirmar sua identidade. Embora se tenha discutido oral ou textualmente se há necessidade de haver identidade, consideramos que a inter/transdisciplinaridade promove uma certa hibridização das áreas e dos sujeitos praticantes da pesquisa. Encontrar uma identidade é uma forma de se situar no mundo e se afirmar como sujeito inserido num dado contexto social. Além disso, a afirmação de uma identidade, a tomada de consciência de si mesmo ou do seu projeto, e a (auto) afirmação sobre o que se é e o que se faz dão a segurança necessária para buscar parcerias e se hibridizar quando se sentir confortável.

Sendo assim, o estudo de gênero se associa à prática de edição de textos antigos promovendo, então, um encontro interdisciplinar, um exercício para encontrar um ponto de intercessão entre as disciplinas que buscam, ao mesmo tempo, uma afirmação do seu método e de sua prática e uma abertura para novos diálogos. Abordamos, em seção a seguir, as discussões sobre gêneros textuais pertinentes para o embasamento desta pesquisa.

2.3 Gêneros Textuais

A discussão sobre a análise de gênero é outro ponto de fundamental importância para nosso trabalho. Essa questão vem sendo abordada desde a Grécia e, assim como a edição de texto, tinha foco na Literatura. Nessa época, buscava-se categorizar os gêneros literários cujo início se deu com "Platão, para se firmar com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século XX." (MARCUSCHI, 2008, p. 147).

Diversas foram e são as abordagens do estudo de gênero. Bawarshi e Reiff (2013) mostram como se dá percepção dos gêneros segundo as tradições literárias e linguísticas. Das tradições literárias, os autores destacam as abordagens neoclássicas, as estruturalistas, as românticas, as pós-românticas, as da estética da recepção e as dos estudos culturais. Essas abordagens trazem diferenças entre si no que diz respeito ao olhar que têm sobre o gênero. A estruturalista considera que o gênero molda a produção e a interpretação textuais, assim como serve para organizar e moldar atividades literárias dentro do universo literário. Tal abordagem se diferencia da estética da recepção, pois essa considera que a percepção do leitor molda o gênero, desse modo é preciso levar em conta a "performance do leitor, em especial do crítico literário, sobre o texto" (BAWARSHI; REIFF, 2013, p.38). Também se diferencia dos estudos culturais em que há uma divergência na função do gênero, pois sob essa perspectiva o gênero serve para além de organizar, produzir e normalizar tanto ações literárias como não literárias. A abordagem neoclássica influenciou bastante na noção geral sobre os gêneros, trabalhando com taxonomias baseadas na tríade clássica lírica, épica e dramática. As abordagens românticas e pós-românticas buscam extrapolar as convenções do gênero, mostrando uma visão mais dinâmica entre texto e gênero.

Nos estudos linguísticos, entendemos o gênero numa perspectiva além do campo literário e estamos interessados em uma análise que considera texto e discurso, descrição da língua e visão da sociedade. No livro de Bewarshi e Reiff (2013), são destacadas algumas abordagens linguísticas do gênero que interessam para nossa pesquisa. É destacada a relação

entre gênero e linguística histórica/*corpus* na qual se destacam as noções de tipologias textuais e de mudança linguística. Além disso, os autores destacam o estudo de gêneros no campo de estudos de Inglês para Fins Específicos (English for Specific Purposes – ESP), do qual um importante pesquisador e teórico faz parte: Jonh Swales. Em 1990, no livro *Genre Analysis – Englis in academic and research settings*, Swales "teorizou e desenvolveu de forma mais completa a metodologia para introduzir a análise de gêneros na pesquisa e ensino de ESP" (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 61). Apesar de incialmente ter sido voltado para o ensino de língua inglesa especialmente para estrangeiros, essa análise, com algumas adaptações, alcança diferentes momentos históricos e permite a compreensão de gêneros textuais que pertencem tanto a atualidade como a antiguidade, interessando-nos o último, considerando nosso objeto de estudo, os registros das cartas administrativas contidos em livros arquivados do governo cearense do século XVIII.

Essa decisão de estudar textos da esfera administrativa vai ao encontro da concepção de que a linguagem se realiza nas diversas situações da vida através de enunciados concretos, sejam eles orais ou escritos, organizados em esferas de atuação que "elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso." (BAKHTIN, 2000, p. 280). Para o autor, uma análise considerando os enunciados concretos e os gêneros do discurso que estão diretamente pautados na realidade é importante, pois

> o desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. (BAKHTIN, 2000, p. 282)

No que diz respeito à diversidade de gêneros do discurso, o filósofo russo os diferencia em primários e secundários. Os gêneros primários do discurso formam-se nas condições da comunicação discursiva imediata, são constituídos de comunicação verbal cotidiana. E os gêneros secundários do discurso aparecem em circunstâncias de comunicação cultural mais complexas, principalmente escritas, e, relativamente, mais desenvolvidas e organizadas.

Os registros das cartas administrativas do século XVIII estão no campo dos gêneros complexos, são escritos, pertencem a uma estrutura administrativa bem organizada e, por consequência disso, apresentam os enunciados que representam a expressão daquela sociedade e daquela esfera de atuação específica. Trazendo à tona um modo típico de

expressar o dizer de um determinado período e grupo social, o contato existente entre a palavra e a realidade concreta permite essa tipificação. Além disso, a produção desses gêneros dentro de um contexto específico permite uma interação dialógica entre os sujeitos uma vez que as cartas são veículo de resposta dentro dessa esfera de comunicação da administração pública.

É preciso destacar e reforçar que a palavra imbricada à realidade, isto é, o enunciado concreto, é produto de atividade humana, portanto, reflete suas condições de produção e recepção, ou seja, de interação, e a finalidade dessa interação em uma dada esfera ou campo de atividade humana. Essas condições e finalidades são mutáveis, embora também sejam regradas com as diretrizes de cada campo, marcadas pelo seu conteúdo temático, estilo e construção composicional. Portanto, para Bakhtin (2000, p.262), "todos esses três elementos [...] estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação".

Marcuschi (2008) nos apresenta um quadro em que estabelece alguns pontos para a discussão sobre gêneros e sua análise. O autor desataca que gênero é:

uma categoria cultural
um esquema cognitivo
uma forma de ação social
uma estrutura textual
uma forma de organização social
uma ação retórica

(MARCUSCHI, 2008, p. 149)

Esse quadro nos mostra a complexidade inerente ao gênero textual, constituído de muitas facetas que podem receber olhar mais apurado para cada uma delas.

Observamos no quadro que metade das expressões utilizadas para caracterizar o gênero refere-se ao seu aspecto social. É através dele que as relações sociais se concretizam e que os sujeitos de uma comunidade específica realizam fatos. Reconhecemos, portanto, sua relação indissociável das práticas de linguagem em que "os gêneros incorporam dinamicamente os modos de conhecer, ser e agir de uma comunidade" (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 104).

Bazerman (2005) destaca a dificuldade que pode ser a tentativa das pessoas se fazerem entender numa situação, especialmente através do texto escrito em que os

participantes não estão interagindo face a face. Na escrita, mesmo supondo alguns conflitos na compreensão, não há como reparar o que foi dito no ato da recepção desse texto. Num contexto "presencial", um mal-entendido pode ser resolvido, pois há os gestos, a expressão facial e uma constante possibilidade de reformulação da fala, à medida que se percebe o efeito que o discurso tem. Para se desvencilhar de uma possível armadilha promovida pela má compreensão de um texto escrito, "uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros é agir de modo típico, modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias." (BAZERMAN, 2005, p. 29).

Apesar de Bazerman (2005) propor a utilização de uma forma típica, seguindo alguns padrões, o filósofo russo Mikail Bakhtin já destacava que a compreensão dessas regularidades não só era bastante importante, mas também, desafiadora; pois o gênero é de natureza heterogênea. Segundo Bakhtin (2000), isso parece tornar os traços gerais do gênero abstratos e inoperantes. Em algumas circunstâncias pode haver dificuldade em perceber a diferença entre um e outro gênero, como no caso das crônicas e dos contos. As características desses gêneros são muito aproximadas, o que pode gerar algum tipo de problema no reconhecimento e na classificação. No entanto, quando saímos da esfera literária, observamos que as pessoas têm um conhecimento sobre gênero, comportando uma linguagem específica para descrevê-los. Fica claro que essas designações não são pessoais, mas uma denominação sócio-historicamente construída, segundo Marcuschi (2008).

No que diz respeito à nomeação dos gêneros, especialmente com os que lidamos no dia a dia, na esfera pública, nos locais de trabalho, na escola etc, não há muitas dificuldades nessa categorização, geralmente os "gêneros estão bem fixados e não oferecem problemas para sua identificação" (MARCSUCHI, 2008, p. 164). O que podemos ver acontecer é a mistura ou mescla de formas e funções dos gêneros que para esse fenômeno Marcuschi (2008, p. 165) deu o nome de "intergenericidade". Notamos que, em nosso *corpus*, é possível que haja uma hibridização dos gêneros envolvidos, pois consideramos ser o gênero carta baseados apenas na designação do escrivão, ou seja, nossas análises são feitas no registro da carta feito por ele. Sendo assim, o que chamamos de gênero carta administrativa é, na verdade, a retextualização de uma carta administrativa enviada, cuja cópia original se perdeu. O que nós temos conhecimento, portanto, é da cópia que o escrivão passou para o livro de registros da Secretaria do governo, passando assim, para outro suporte. A cópia da carta passou a ser denominada de registro de carta, o qual passamos a reconhecer como gênero.

Se levarmos em conta a organização do documento, a forma estrutural, por exemplo, pode-se chegar a conclusões diferenciadas sobre o tipo de gênero em questão. Essa

discussão é relevante, pois percebemos que não só no gênero carta, mas em diversos gêneros de diferentes esferas da comunicação esse fenômeno é constante. Segundo Lima-Neto e Araújo (2012, p.278), a "hibridização é inerente às formas genéricas. Além disso, a hibridização não ocorre somente com gêneros antigos, mas também com os novos, como, por exemplo, o e-mail, que é híbrido de carta, telefone, telegrama etc.".

Reafirmamos que, diante de gêneros híbridos, nós lidamos com eles de maneira muito habilidosa, pois aprendemos e apreendemos os gêneros logo quando iniciamos o contato com nossa língua materna, assim passamos a nos comunicar através deles. Segundo Marcuschi (2008, p.154), "a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual". Desde a lista do supermercado, o bilhete na geladeira até o ofício e o requerimento, de gêneros mais simples aos mais complexos, nossas práticas são estabelecidas pelo uso de um gênero textual específico para cada situação. Nós agimos no mundo através de gêneros e eles "emergem nos processos sociais em que as pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar as atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos." (BAZERMAN, 2005, p. 31).

Vemos que, em qualquer época, os gêneros são muito importantes. A estrutura administrativa colonial cearense do século XVIII assim como a estrutura administrativa de hoje é legitimada por uma série de gêneros textuais que garantem a execução de uma infinidade de atividades normativas. É através de gêneros como portarias, editais, alvarás, certidões que se estabilizam muitas práticas sociais. Bakthin (2000) destaca a importância do estudo que envolve os gêneros para as áreas da Linguística e da Filologia. Ele justifica que

> um trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto - a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua, etc. - lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal, etc. (BAKHTIN, 2000, p. 283).

A análise de gênero é um campo de estudos que pode ser realizado através de diferentes abordagens teóricas. Entre elas, há uma vertente norte-americana chamada Análise de Gêneros para Fins Específicos que estuda o gênero a partir das reflexões propostas por Swales (1990). No Brasil, vários pesquisadores seguem a linha de análise de gênero proposta pelo autor britânico. Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) destacam os princípios teórico-metodológicos da teoria swalesiana como um instrumento de análise significativo para a abordagem de gêneros em contextos acadêmico-científicos. As contribuições desse autor nos

interessam, pois ele propõe um modelo de análise da organização interna do texto que se torna aplicável, a partir de adaptações, a pesquisas cujo *corpus* não seja apenas do campo científico-acadêmico como no caso da análise de cartas pessoais, feita por Gomes (2002), e da análise de depoimentos através de *e-mails,* feita por Bernardino (2000). Segundo essa última,

> apesar do modelo proposto por Swales (1990) não poder ser transportado de forma mecânica para a análise de gêneros de toda e qualquer esfera da ação comunicativa, a adaptação dos conceitos centrais deste modelo à análise de gêneros diversos pode e tem proporcionado considerações teóricas importantes para os estudos em questão. (BERNARDINO, 2000, p. 24).

A adaptação e aplicação do modelo de análise de Swales (1990) nos registros de cartas administrativas do século XVIII se apresentam como uma possibilidade de reflexão teórica acerca tanto do objeto analisado quanto da teoria em questão. A teoria de gênero proposta pelo pesquisador britânico será brevemente discutida para que, em seguida, passemos para a realização da análise a partir dos seus conceitos.

2.4 Teoria de gênero de Jonh Swales

Nesta pesquisa realizada com os registros das cartas administrativas, queremos analisar a sua importância para o meio social da época de produção, ou seja, o século XVIII, como também analisar a sua configuração retórica.

Nas observações de Bazerman (2005, p.84), as cartas têm papel especial na formação do gênero de modo que ela tem uma função ampla e importante nesse processo. Conhecer o meio histórico-social no qual o sujeito está inserido traz uma compreensão riquíssima do gênero, pois ele só existe dentro de uma prática situada. Essa prática social estabelece demandas que necessitam de uma "padronização" da linguagem. Dentro das esferas de atuação, os sujeitos necessitam criar textos, documentos, que viabilizem suas práticas sociais. Portanto, para cada instância social, há uma demanda de gêneros que legitimam as atividades das pessoas dentro de uma sociedade.

Para Swales (1990, p. 46), o gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, que relacionam "não apenas o discurso em si e seus participantes, mas também a função do discurso e seus meios de produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais". Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) reforçam o valor sociocultutral do gênero, destacando a relação dos participantes entre si e suas necessidades para atingir determinados objetivos. Como forma de ilustração dessa relação, "uma receita culinária e um atendimento ao cliente têm determinadas características em função da

sociedade e da cultura dos usuários do gênero e apresentam certas combinações das três variáveis de registro com determinados traços linguísticos." (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005, p.112).

Em relação às cartas, assim como outros gêneros, sabemos que diferentes contextos proporcionam a realização de diferentes tipos. Silva (2002), em seu estudo sobre cartas pessoais, destaca o papel desse gênero de estabelecer interação entre pessoas a distância. No entanto, a carta vai tomando outras proporções, ampliando o seu "repertório" de funções. Além de comunicar e manter o contato entre pessoas, ela poderia ter cunho "literário – filosófico", como se via nas cartas de Sêneca e de Cícero, que escreviam "a parentes ou nem só a eles, mas também a todos vistos como amigos, com o objetivo de recreação para o entendimento, alívio e consolação, recomendação, agradecimentos, queixumes, desculpas e graça". (SILVA, 2002, p.54)

Além desse aspecto interativo e literário-filosófico, havia o aspecto burocrático. Muitas vezes as cartas serviam, e servem, a demandas administrativas da esfera pública e privada.

> Na Grécia e Roma antigas, por exemplo, ordens, leis, proclamações, pronunciamentos, comando militares, documentos administrativos e negócios políticos do Estado eram emitidos na forma de carta, os chamados documentos legais ou oficiais. (SILVA, 2002, p. 54)

No Brasil, as cartas administrativas eram o meio de comunicação existente entre Portugal e suas colônias, além de servir para regular procedimentos que deveriam ser realizados. Dessa forma, notamos uma organização retórica que busca uma forma de "influenciar o comportamento do interlocutor, geralmente utilizando estratégias argumentativas" (SILVEIRA, 2002, p. 106) para dar legitimidade ao discurso. Também era comum o encaminhamento de documentos diversos, acompanhando as cartas, como editais e ofícios, por exemplo.

A teoria de Swales é relevante para nós, pois suas análises se concentram principalmente em textos escritos. As reflexões do autor se basearam em quatro pontos de abordagem do gênero textual: os estudos folclóricos e os literários, o estudo da retórica e da linguística, como nos aponta Bernardino (2000). Nos estudos folclóricos, uma abordagem bem marcada era a que entendia o gênero como uma forma fixa; nos estudos literários, havia conceitos mais fluidos e outros mais fixos acerca do gênero e da forma de criar textos nesse terreno. Na retórica, a distribuição das informações e organização delas no texto permite

caracterizá-lo em narrativos, descritivos e argumentativos; na linguística, o estudo do gênero era deixado em segundo plano por conta de sua natureza heterogênea. Bernardino (2000) apresenta essa questão discutida por Bakhtin que demonstra o afastamento do gênero dos estudos linguísticos por considerá-lo um fenômeno não sistemático, o que dificultava uma análise especificamente linguística.

No entanto, mesmo com essa heterogeneidade intrínseca, o gênero também é uma rede relativamente estável de enunciados que estabelece padrões comunicativos em esferas específicas da atividade humana. Segundo Swales (2009, p.203), "o que torna a descrição bakhtiniana de gênero tão penetrante é seu ponto de partida: por um lado, a linguagem é sempre concreta e contextualizada, por outro ela é imensamente diversa em suas formas e propósitos".

Swales e Askehave (2009) destacam o surgimento de um movimento iniciado nos anos 80, compartilhando uma visão de consenso de que os gêneros são melhores definidos quando bem orientados para objetivos ou propósitos. Verificamos que esse ponto de vista é marcante nos textos que abordam a teoria de Swales, destacando sempre o fato de que membros de um determinado grupo compartilham propósitos comunicativos através de uma perspectiva sociorretórica. (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009).

Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) nos apresentam cinco características do conceito de gênero destacado por Swales, que são:

a) a ideia de agrupamento de textos semelhantes num mesmo grupo;
b) o propósito comunicativo;
c) a noção de prototipicidade;
d) a lógica ou razão subjacente ao gênero;
e) o léxico especializado do grupo que utiliza o gênero.

Nesta lista de características, os autores enfatizam sobre o fato de gêneros e comunidades discursivas se relacionarem intimamente. Em relação à primeira característica, nota-se uma ideia de classe em que se encaixam textos semelhantes pertencentes ao mesmo gênero. Na segunda característica, temos o propósito comunicativo que representa um fator significativo para a análise de gêneros. Segundo Swales (1990), o propósito é fator fundamental na definição de um gênero. Em revisões do seu trabalho, o autor já faz ressalvas

e apresenta o propósito comunicativo dentro de um conjunto de fatores que devem ser observados na análise do gênero. Nas palavras do autor britânico, o gênero:

> compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas do controlador da comunidade discursiva, e assim, constitui a razão do gênero. Esse raciocínio molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe escolha de conteúdo e estilo**. (**SWALES, 1990, p. 58)

Nas esferas administrativas, essa restrição do conteúdo e estilo é bem marcante. Documentos oficiais apresentam um grau elevado de estabilidade, não podendo ser modificados indiscriminadamente pelos indivíduos. Alguns gêneros como: ofícios, portarias, editais, bandos, autos comportam uma quantidade específica de informações e carregam consigo propósitos pré-estabelecidos pelo grupo no qual esses textos circulam. Os registros de cartas administrativas devem seguir essa lógica da seleção lexical e da prototipicidade, essa última é a terceira característica prevista por Swales (1990). Nesse caso, os textos considerados protótipos são os que "mais plenamente se integram [...] pelas suas características, melhor tipificam os textos do grupo. Os mais típicos da categoria representam os protótipos, que são mais facilmente reconhecidos pelos usuários como realizações de um determinado gênero." (BIASI - RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p.22).

A quarta característica é a lógica ou razão subjacente. Como dissemos anteriormente, há, em documentos oficiais, um grau de estabilidade muito alto. Sendo assim, isso se dá porque o gênero está inserido dentro de ambiente muito formal, burocratizado, e isso determina restrições em relação ao conteúdo, ao posicionamento estrutural e à forma, segundo Biasi-Rodrigues; Hemais; Araújo, (2009). Em relação à última categoria apontada por Swales (1990), temos como característica a existência de uma terminologia elaborada. O léxico específico está compondo o gênero e também nomeando diversos gêneros produzidos dentro da comunidade.

Gomes (2002) também observa aspectos importantes para a descrição do gênero, destacando que o autor britânico tem buscado "explicitar estratégias de seleção e de distribuição do conteúdo e escolhas de recursos linguísticos em níveis diversos para estabelecer uma organização das informações que o texto porta conforme o gênero." (GOMES, 2002, p. 24). Se considerarmos o documento antigo, verificamos que ele é registro de uma época sócio-histórica bem definida e que essa época está marcada no texto através da organização tanto no nível da frase quanto do texto. As escolhas lexicais, a estrutura do gênero, o posicionamento do autor e o suporte utilizado condizem com o momento histórico-

cultural ao qual esses textos pertencem. Desse modo, são relacionadas ao conceito de gênero de Swales algumas noções fundamentais para sua análise e seu estabelecimento: o reconhecimento de uma comunidade discursiva e a compreensão dos propósitos comunicativos; além da proposição de um modelo de análise, o modelo CARS, que será discutido mais adiante.

O conceito de gênero está diretamente relacionado ao conceito de comunidade discursiva, termos que se articulam e se unem através dos propósitos comunicativos. Tal indicação reforça o fato de os gêneros serem instrumentos coletivos e não individuais. Para Swales (2009), eles pertencem a grupos que estabelecem convenções e padrões, restringindo as escolhas individuais. Nessas circunstâncias ainda mais estáveis das relações sociais, como no caso das comunidades discursivas, a característica de o gênero ter um vocabulário específico para determinada comunidade se destaca. Nesse ponto, os indivíduos que compartilham experiências demonstram uma "terminologia elaborada pela comunidade discursiva para seu próprio uso para nomear os gêneros produzidos na comunidade" (SWALES, 2009, p. 22). No entanto, algumas variações podem ocorrer e um mesmo evento ser nomeado de maneira diferente pelos participantes do grupo, além da possibilidade de ocorrerem modificações no gênero ao longo do tempo. Isso ocorre porque, como afirma Swales (2009), essas comunidades tratam de grupos reais de pessoas que realizam suas atividades de forma consensual e que se apresentam de forma a controlar a produção e a administração de gêneros.

Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) elaboram um diálogo com Swales e destacam a definição de comunidade discursiva feita em relação à realização das convenções discursivas específicas que demonstram o comportamento social e o conhecimento dos membros do grupo. Nessa comunidade, há uma variável quantidade de gêneros que são reconhecidos pelo grupo com características relativamente estáveis, que apresentam os mesmos objetivos comunicativos na utilização desses gêneros. Para o reconhecimento de uma comunidade discursiva, devem-se observar critérios que estejam articulados conjuntamente, como nos já indicava Bernardino (2000), pois a existência de um elemento isolado não garante efetivamente a concretização de uma comunidade discursiva. Swales (2009, p.204) diz que comunidade discursiva é "um grupo sócio-retórico heterogêneo que compartilha objetivos e interesses ocupacionais ou recreativos". Apresentamos os critérios propostos por Swales (1990) para a existência de uma comunidade discursiva:

1) objetivos públicos comuns amplamente aceitos;

2) mecanismos de intercomunicação;

3) mecanismos de participação, principalmente para prover informação e *feedback;*

4) um ou mais gêneros para realização comunicativa de seus objetivos;

5) léxico específico;

6) admissão de membros com um grau adequado de conhecimento relevante e perícia discursiva.

Há reformulações desses critérios, pois Swales "dissolve a ideia de que comunidade discursiva seria um grupo existente e estável e de que haveria consenso no posicionamento do grupo e nas suas decisões" (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 25), além de considerar aspectos de transformação dentro do próprio grupo.

Para o gênero analisado neste trabalho, os conceitos de Swales (1990) sobre comunidade discursiva nos satisfazem, pois os registros de cartas administrativas pertencem a um período bem marcado e provavelmente a um grupo fechado e muito específico: os sujeitos integrantes da máquina administrativa da monarquia portuguesa. A definição mais completa do autor sobre comunidades discursivas diz que elas são

> redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns. Uma das características que os membros estabelecidos dessa comunidade possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos. Em consequência, gêneros são propriedades de comunidades discursivas; o que quer dizer que gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala. (SWALES, 1990, p. 9).

Uma outra característica destacada por Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) para caracterizar o gênero na perspectiva adotada por Swales é o propósito comunicativo. Na versão inicial das reflexões do autor, em 1990, essa categoria é o ponto importante para a análise do gênero, funcionando como "uma força motivadora, ou, em outros termos, o gênero é a realização, nas situações cotidianas, profissionais e acadêmicas, dos objetivos dos eventos comunicativos." (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 22). O propósito comunicativo é, portanto, um norteador para a compreensão do gênero e foi ponto central na teoria de John Swales por muito tempo. Nessa perspectiva, teríamos um aspecto privilegiado da análise do gênero que determinaria a sua estrutura e as escolhas de conteúdo e estilo.

No entanto, o autor britânico reconsidera a categoria, pois esse aspecto passa a ser encarado como um ponto de certeza imutável nas análises. Esse ponto de vista leva a muitas

críticas, pois é notável que é uma "tarefa difícil identificar o propósito comunicativo; [...] pode haver múltiplos propósitos" (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 22). Por isso, Askehave e Swales (2001) trazem uma proposta metodológica que pode percorrer dois caminhos e que, ao final, há uma reavaliação do *status* do propósito comunicativo, numa prática chamada por eles de Repropósito de gênero (repurposing the genre).

Nessa proposta metodológica, dois esquemas são apresentados. Um deles apresenta uma abordagem tradicional, vinculada a uma análise textual. Vemos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Procedimento sistemático de análise textual

1. Estrutura + estilo + conteúdo + "propósito
↓
2."Gênero"
↓
3.Contexto
↓
4.Repropósito do gênero
↓
5.Revisão do status do gênero

(ASKEHAVE; SWALES, 2001, p.21)

O ponto de partida é o texto e seus aspectos composicionais: conteúdo, estrutura e estilo. Em seguida, surgem as outras categorias de análise como a noção de gênero e a avaliação do contexto. Na sequência final, temos a redefinição do propósito comunicativo e a revisão do *status* do gênero.

O outro esquema tem como ponto de partida a aspecto contextual. É considerada como uma abordagem alternativa, vinculada a uma concepção etnográfica, e está sistematizada no quadro abaixo:

Quadro 3 - Procedimento sistemático de análise contextual

1. Identificação da comunidade comunicativa (discursiva)
↓
2.Valores, objetivos, condições materiais da comunidade discursiva
↓
3.Ritmos de trabalho, horizontes de expectativa
↓
4.Repropóstio do gênero
↓
5. Características do gênero A, B, C, D

(ASKEHAVE; SWALES, 2001).

O que notamos é a importância do papel da comunidade em que são produzidos e onde circulam os gêneros. Nesse esquema se extrapola o aspecto textual e investigam-se os valores, os ideais, as expectativas imbricadas ao repertório de gênero e as características que ele apresenta. Segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009, p. 28), "os dois procedimentos valorizam o dinamismo do gênero."

Além disso, como apontam Askehave e Swales (2009), no final da definição de propósito comunicativo Swales fala sobre o "nome dos gêneros" e essa determinação pode ser questionada já que o aspecto consensual da comunidade discursiva também pode ser colocado em xeque, levando a indefinições pelo fato de poder existir diversos propósitos comunicativos.

Segundo Bernardino (2007, p.28), "é sob este prisma que Swales aponta os propósitos comunicativos como o fator central na conceituação e no reconhecimento dos gêneros textuais, fator cuja importância supera a necessidade do reconhecimento de marcas formais.". Apesar disso, sabemos que a estrutura do gênero apresenta regularidades que podem ser descritas e podem ser utilizadas para auxiliar em diversos estudos com fins tanto acadêmicos quanto didáticos.

> Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham m conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros experientes da comunidade discursiva e dessa forma constituem os fundamento logico do gênero. Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e restringe as escolhas de conteúdo e estilo.
> O proposito comunicativo é um critério privilegiado e que opera para manter o escopo de um gênero, tal como concebido aqui, estritamente enfocado numa ação retórica comparável... O nome dos gêneros, herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados pelos demais, constitui valiosa comunicação etnográfica, mas tipicamente necessita de validação posterior. (SWALES, 1990, p. 58).

Na busca pela descrição da configuração retórica, Bernardino (2000) considera que as formas de organização e distribuição das ideias no texto são importantes para análise porque todos os gêneros utilizam formas retóricas. No seu trabalho de 2009, ela ainda diz que Swales (1990) apresentou um aparato metodológico relevante para a descrição do gênero através das unidades retóricas, essas unidades conferem um padrão de similaridade quanto à estrutura, ao estilo, ao conteúdo e à audiência, como afirma Bezerra (2002). Partindo do estabelecimento do modelo proposto por Swales (1990), o modelo CARS (Create a research space), gêneros de outras esferas discursivas podem ser analisados, considerando a existência de movimentos retóricos típicos que realizam as funções interativas do gênero textual.

Para o estabelecimento desse modelo, o pesquisador britânico analisou 48 introduções de artigo numa pesquisa inicial e mais 110 numa segunda etapa. Ele tinha como objetivo reconhecer uma regularidade na distribuição das informações nesse tópico dos artigos. A partir de sua análise verificou uma distribuição recorrente de algumas informações e estabeleceu as categorias de "moves" (movimentos) e "steps" (passos) para essa descrição, que representariam os blocos de ideias mais abrangentes, no caso dos "moves", ou menos abrangentes, no caso dos "steps". Inicialmente estabeleceu quatro "moves" em sua análise, mas numa revisão mais cuidadosa de sua teoria, a partir do relato de outros pesquisadores que tiveram dificuldades na análise, limitou os movimentos (moves) a três blocos de ideias e realizou uma detalhada descrição do que acontece em cada um desses movimentos, categorizando-os em passos (steps). Para Biasi-Rodrigues (1998), houve um ganho nos desdobramentos que ocorreram dentro dos movimentos retóricos básicos. A seguir apresentamos o modelo esquemático de Swales (1990):

Quadro 4 – Modelo CARS para introdução de artigos

INTRODUÇÃO	
MOVIMENTO 1: ESTABELECER O TERRITÓRIO	
Passo 1 - Estabelecer a importância da pesquisa e / ou	↓
Passo 2 - Fazer generalização / ões quanto ao tópico e / ou	
Passo 3 - Revisar a literatura (pesquisas prévias)	
	Diminuindo o esforço retórico
MOVIMENTO 2: ESTABELECER O NICHO	
Passo 1A - Contra-argumentar ou	↓
Passo 1B: Indicar uma lacuna / s no conhecimento ou	
Passo 1C: Provocar questionamentos ou	
Passo 1D: Continuar a tradição	
	Enfraquecendo os possíveis questionamentos
MOVIMENTO 3: OCUPAR O NICHO	
Passo 1A: Delinear os objetivos ou	↓
Passo 1B: Apresentar a pesquisa	
Passo 2: Apresentar os principais resultados	
Passo 3: Indicar a estrutura do artigo	Explicitando o trabalho

(Swales 1990, p.141)

Nesse quadro, as setas que partem de cima para baixo mostram que há, em cada movimento, um aspecto abrangente, revelando o objetivo de cada tópico. No movimento um, há uma diminuição do esforço retórico; no movimento dois, ocorre o enfraquecimento das alegações de conhecimento e, em seguida, no movimento três, o pesquisador parte para as explicações. Verificamos que esse modelo nos mostra como as informações dentro da Introdução de um Artigo são distribuídas. Segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), o ponto mais importante é o movimento três, pois é nesse ponto em que o pesquisador situa e mostra sua pesquisa dentro de um contexto significativo.

Uma questão que Bernardino (2000) levanta é o fato de haver transposição desse modelo de análise para outros gêneros que não são acadêmicos. Ela nos mostra a saída dizendo:

> Julgamos, entretanto, que tal utilização é possível uma vez que apresentam comportamentos sociais típicos e que, portanto, são passíveis de uma descrição que tome como elemento de análise a distribuição e a organização das informações no texto. Isto reforça a ideia de que a dimensão retórica é um aspecto essencial para a análise de qualquer gênero. Esta constatação conduz ao desafio de realizar a descrição dos comportamentos retóricos das várias esferas da atividade humana através da descrição de seus gêneros. (BERNARDINO, 2000, p.32).

Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) enfatizam que o modelo CARS trouxe grande contribuição metodológica e, após alguns anos do que julgou Bernardino (2000), os autores destacam o fato de o modelo inspirar diversas pesquisas de descrição de gêneros tanto acadêmicos como não acadêmicos. Nesse contexto, inserimos nossa pesquisa que se valerá da teoria swalesiana para descrição do gênero registro de carta administrativa do século XVIII.

3 METODOLOGIA

Nossa pesquisa contempla o levantamento de documentos, a edição semidiplomática dos manuscritos, a descrição e a análise do gênero carta administrativa do século XVIII. Assim como fizeram Ximenes (2001; 2013), Loiola (2013) e Josino (2014), nosso trabalho conta com dois momentos: a transcrição do documento e a discussão e análise de um aspecto linguístico.

Na primeira etapa, a transcrição dos manuscritos foi realizada, o que caracteriza o labor filológico quando adotamos o modelo de edição semidiplomático para a leitura do registro das cartas administrativas que estão no *Livro de registro de alvarás, cartas régias, ordens régias, portarias, editais, provisões e bandos, patentes da Capitania do Ceará*. Consideran

do essa perspectiva filológica do nosso trabalho, optamos por inserir os textos editados neste trabalho juntamente com sua versão digitalizada para que seja possível a observação do grau de mediação nos textos. Na segunda etapa, a análise do gênero registro de carta administrativa do século XVIII foi desenvolvida sob a perspectiva da teoria de gênero da escola norte-americana, especificamente a partir dos conceitos de Swales.

3.1 Da constituição do *corpus* de pesquisa

O *corpus* desta pesquisa é constituído por registros de cartas administrativas guardados no Arquivo Público do Ceará (doravante APEC), que está localizado no centro de Fortaleza, na Rua Senador Alencar nº 338, e que representa um dos importantes equipamentos de cultura e de preservação da memória documental do Estado. Nesse local, há diversos documentos manuscritos e datiloscritos, como a certidão de óbito do Padre Cícero e os registros de terras de Fortaleza, além de documentos notariais de outras partes do Estado do Ceará. Os documentos mais antigos datam do período do século XVIII. Consta no site da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico) um levantamento dos índices existentes em 2008-2009, indicando que o Arquivo contém os seguintes itens:

1) Índice da Saúde Pública: 1836-1921 - corresponde a 12 caixas e cinco livros.
2) Índice dos Ministérios: 1822-1909 - corresponde a 122 livros.

3) Índice de Leis e Resoluções Provinciais e Estaduais: 1835-1928 - corresponde a 11 caixas.

4) Índice da Capitania do Ceará: 1754-1866 - corresponde a 32 caixas.

5) Índice da Escola de Aprendizes Marinheiros: 1886-1916 - corresponde a uma caixa.

6) Índice das Alfândegas de Aracati e Fortaleza: 1836-1893 - corresponde a três caixas.

7) Índice das Câmaras Municipais: 1700-1943 - corresponde a 99 caixas.

8) Índice da Ouvidoria Geral e Corregedoria da Comarca do Ceará: 1778-1832 - corresponde a cinco caixas.

9) Índice da Secretaria de Polícia – Rol dos culpados: 1913-1940 - corresponde a 15 livros.

10) Índice Guia de Fontes da Polícia do Ceará: 1889-1954 - corresponde a 131 caixas.

11) Índice das Estradas de Ferro de Baturité e Sobral / Estrada de Rodagem de Sobral: 1872-1918 - corresponde a três caixas e quatro livros.

12) Índice dos Açudes e Irrigação: 1844-1918 - corresponde a cinco caixas.

13) Índice de Localização da Hospedaria Geral de Emigração: 1888-1915 - corresponde a 11 caixas.

14) Índice da Assembleia Legislativa do Ceará: 1844-1922 - corresponde a três caixas.

15) Índice da Secretaria da Agricultura: 1930-1935 - corresponde a seis livros.

16) Índice das Obras Públicas: 1852-1933 - corresponde a 22 caixas.

17) Índice do Grupo Arquivo Público e Museu Histórico: 1932-1958 - corresponde a dez caixas.

18) Índice da Instrução Pública: 1841-1895 - corresponde a 74 caixas e 79 livros.

19) Índice da Comissão de Socorros Públicos: 1862-1890 - corresponde a 24 caixas.

20) Índice dos Decretos: 1890-1932 - corresponde a seis caixas e 22 livros.

21) Índice da Fazenda Provincial: 1835-1889 - corresponde a 23 caixas e dois livros.

22) Índice do Governo da Província do Ceará: 1823-1889 - corresponde a 250 livros.

23) Índice do Palácio Episcopal do Ceará - Bispado Cearense: 1833-1916 - corresponde a cinco caixas.

24) Índice dos Consulados: 1889-1933 - corresponde a duas caixas.

25) Índice da Secretaria da Agricultura - Colônia Cristina: 1855-1921 - corresponde a duas caixas e 15 livros.

26) Índice da Junta Classificadora de Escravos: 1882-1884 - corresponde a três caixas.

27) Índice da Guarda Nacional: 1850-1886 - corresponde a 37 caixas e 42 livros.

28) Índice das Atas de Eleições - TRE- CE: 1906-1924-1928-1930 - corresponde a 11 caixas.

29) Índice da Inscrição de Eleitores - TRE-CE: 1932-1937 - corresponde a 111 livros.

30) Guia das Obras Públicas: 1852-1833 - corresponde a 9.626.

31) Guia da Instrução Pública: 1833-1889 - corresponde a 32.000 documentos.

Em diversas oportunidades, pudemos conhecer um pouco mais sobre os documentos do acervo. Nesses momentos, tivemos contato com diversos gêneros que foram objeto de leitura como bandos, editais, portarias. Também pudemos manusear os livros para a sondagem do material. Numa dessas sondagens, com a intenção de buscar um material interessante para a pesquisa, deparamo-nos com o registro de uma carta enviada de Portugal ao Brasil informando sobre o casamento do "Sereníssimo Príncipe". A partir da leitura desse texto, o gênero de análise foi definido, pois, além do conteúdo ter chamado atenção, surgiu a curiosidade de compreender se a carta do século XVIII continha características das cartas do século XXI. A decisão de delimitar o gênero foi importante, pois há diversos gêneros tratando de diversas ordens do setor administrativo da antiga capitania do Ceará.

Inicialmente selecionamos um dos livros do APEC, o antigo número 14 – atual número 85, intitulado *Livro de registro de alvarás, cartas régias, ordens régias, portarias, editais, provisões e bandos, patentes, Capitania do Ceará*, contido na caixa 27 do Fundo Governo da Capitania cuja data crônica é de 1760 a 1796. A partir da seleção desse material, fizemos o levantamento dos tipos de documentos contidos nele. Esse livro tem mais de dois séculos de existência e já está bastante desgastado, portanto o manuseio desse material nos exige cuidados. É nítido perceber sua estrutura bem envelhecida e com algumas folhas manchadas e outras se desfazendo em pequenos pedaços de papel. Pensando na possibilidade

de termos muitos documentos desgastados, selecionamos outro livro em melhor estado de conservação, o de número 86, que também está armazenado na caixa 27 do Fundo do Governo da Capitania, para compor o *corpus* desta pesquisa.

Observamos, no livro 85, pelo menos 95 documentos de diferentes gêneros. É possível que haja um número maior de documentos, considerando que não foi possível a identificação de alguns por causa do péssimo estado de alguns fólios, além do fato de as folhas iniciais e finais terem se perdido como detalharemos na seção de análise deste trabalho. Dentre esses documentos, consta uma quantidade de 44 textos denominados cartas pelos copistas que registravam as correspondências nos livros da secretaria do governo. Já no livro 86, há 126 documentos. A maioria dos documentos contidos nesse livro é de bandos (69), um gênero comum no século XVIII sem atualmente nenhum outro correspondente. Constam 9 cartas administrativas nesse livro, sendo 2 denominadas de cartas circulares e 7 apenas cartas.

Embora tenhamos 53 registros de cartas na soma do conteúdo das que existem nos dois livros, decidimos delimitar o *corpus* com 15 registros de cartas administrativas considerando alguns fatores: 1) a dificuldade de edição; 2) o estado de conservação e 3) a instabilidade do gênero carta. Importa destacar esses pontos que nos fizeram restringir o corpus, pois o número reduzido de manuscritos pode gerar interpretações variadas acerca da pesquisa. Em relação aos pontos 1) e 2), é preciso estar ciente de que a escrita antiga traz algumas dificuldades que exige leitura minuciosa do manuscrito. Para isso, muito tempo é gasto decifrando letras quase ilegíveis, abreviaturas, ortografia e sinais de pontuação sem nenhum padrão. Além disso, é preciso considerar o péssimo estado de conservação dos documentos que tanto reduzem a quantidade de textos manipuláveis como dificultam sua leitura. Considerando o ponto 3), sobre a instabilidade do gênero carta, devemos destacar que, em nossas análises iniciais, quando da tentativa de estabelecer um modelo piloto de análise sociorretórica, notamos diversas inserções de documentos nas cartas. Verificamos, assim, uma organização textual muito complexa que corresponde à natureza dos documentos pesquisados, já que só temos acesso aos registros feitos pelos escrivães e não ao documento original. Por causa disso, consideraremos todos os elementos que compõem o registro da carta para a descrição de um modelo sociorretórico. Fica evidente para nós que surge um rico material para pesquisas futuras no que diz respeito a diferentes formas de existência de um gênero denominado dentro de uma mesma categoria.

3.2 Das normas de edição dos manuscritos

O *corpus* desta pesquisa é constituído por documentos pertencentes ao período colonial brasileiro. Nessa época, não contávamos com textos datiloscritos, pois a primeira tipografia só chegou ao Brasil no período monárquico, com a vinda da família real portuguesa no início do século XIX. Como afirma Ximenes (2007, p.120), no período colonial, tínhamos "uma sociedade marcadamente de textos manuscritos".

Para que possamos ter maior clareza sobre o conteúdo do documento, uma tarefa que devemos executar é a edição semidiplomática das cartas administrativas selecionadas. Esse trabalho de edição é fundamental para a leitura e análise do material linguístico, além de contribuir para pesquisas futuras pelo fato de tornar os textos acessíveis à leitura de qualquer interessado. Para essa edição, precisamos seguir normas estabelecidas por grupo de pesquisadores da área de Crítica Textual. Tomamos como base as normas estabelecidas pelo grupo de Práticas de Edição de Texto do Ceará (PRAETECE). Tais normas são uma adaptação das estabelecidas pelo grupo Para a História do Português Brasileiro (PHPB), a fim de simplificar e facilitar a leitura dos documentos. As normas podem ser encontradas no blog do grupo cearense (http://praetece-ce.blogspot.com.br/) e estão transcritas abaixo:

Normas de edição semidiplomática do grupo PRAETECE.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em *itálico* e em **negrito,** as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:

a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência "munto", que leva a abreviatura: m.^{to} a ser transcrita "munto";

b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências "Deos" e "Deus", que levam a abreviatura: D^{s} a ser transcrita "Deus"

3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.

Exemplos: *epor* ser; *aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.*

4. A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.

5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: *aRepublica; decommercio; edemarcando também lugar*; *Rey* D. *Jose; oRio Pirahý; oexercicio; hé m.^{to} convenientes*.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. *Pirassocunda* por *Pirassonunga;*nota 2. *deligoncia* por *deligencia;* nota 3. adverdinto por advertindo.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição em nota de rodapé, indicando-se a linha de ocorrência.
9. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos.
Exemplo: *fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdiração opaco*.
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: naõ deixe passar [registro] de Áreas.
12. Letra ou palavra não legível serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Letra ou palavra deteriorada justifica a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [deteriorada].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou – 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r.

fl.2v. fl.3r.

15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos (nome de outra pessoa) serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

3.3 Da dupla edição do *corpus*

Os registros de cartas administrativas apresentadas aparecem com o mínimo de interferência do editor. Buscamos, dessa forma, proporcionar aos estudiosos de diversas áreas contato com um material bem próximo do original, possibilitando um grau de fidelidade e verossimilhança significativo para o desenvolvimento das demais pesquisas.

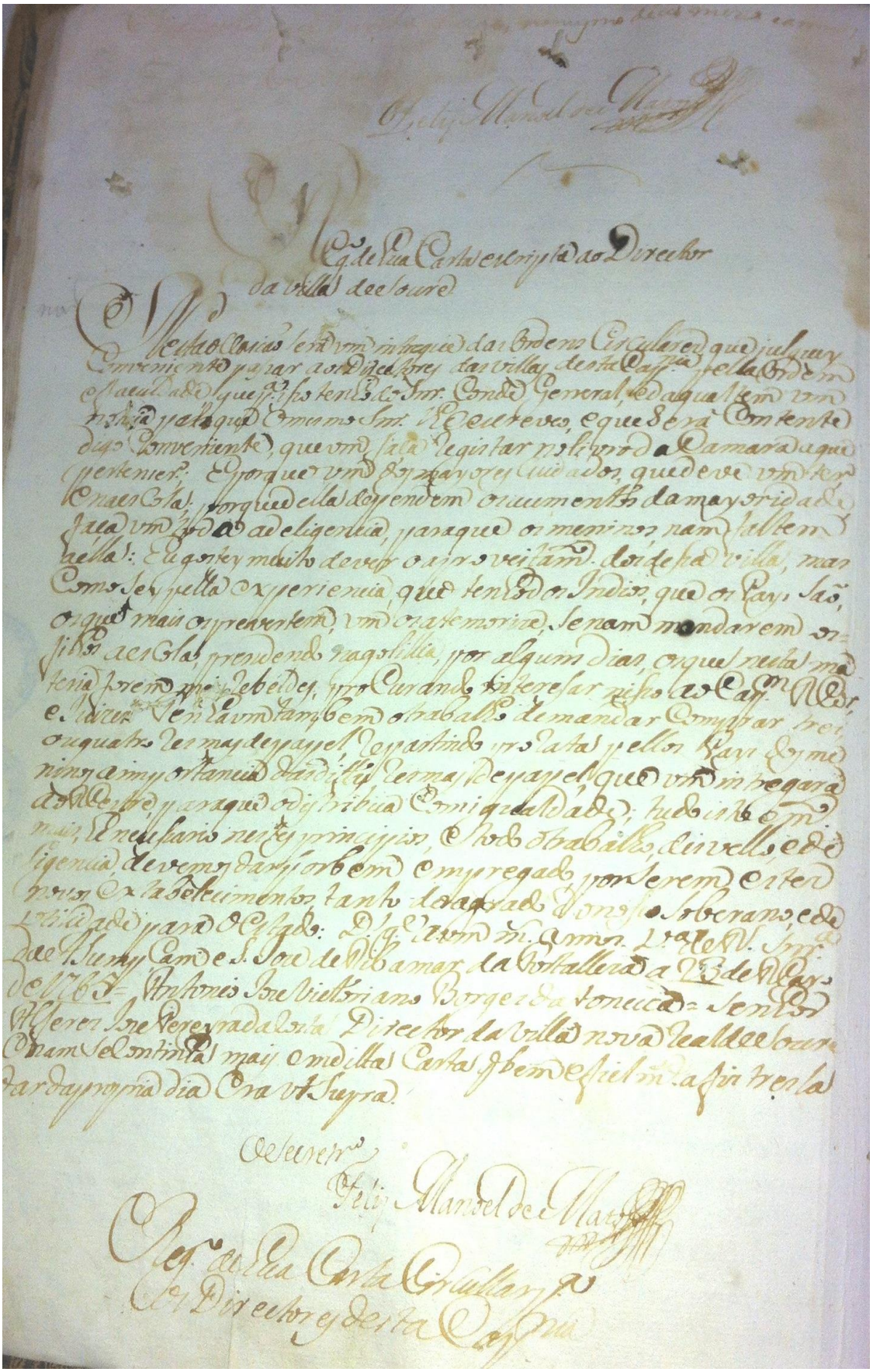
Optamos, portanto, em apresentar os documentos aqui trabalhados de duas maneiras: versão fotográfica e a versão textual. Utilizando uma câmera digital comum, foram feitas fotografias dos fólios que estão dispostas a seguir segundo ordem de edição. Logo em seguida, há a versão textual com uma transcrição semidiplomática que garante intervenção mínima do editor. Sendo assim, conforme metodologia de Lobo (2001) em seu trabalho com as Cartas baianas setecentistas, apresentamos um índice com os registros de cartas administrativas enumerados de 1 a 15:

Tabela 1: Índice do registro das cartas administrativas.

CARTA Nº	CAIXA /LIVRO	FÓLIO	DATA	PÁGINA
Registro de carta 01	Caixa 27/Livro 85	Fl. 8 V	23/ 05 / 1765	53
Registro de carta 02	Caixa 27/Livro 86	Fl. 90 V/91R/92V	12/ 02/ 1774	55
Registro de carta 03	Caixa 27/Livro 86	Fl. 30V	23/ 09/ 1776	58
Registro de carta 04	Caixa 27/Livro 86	Fl.28R	21/ 11/ 1768	61

Registro de carta 05	Caixa 27/Livro 86	Fl. 56R	1º/ 07/ 1777	63
Registro de carta 06	Caixa 27/Livro 86	Fl. 47V	16/ 10/ de 177X	65
Registro de carta 07	Caixa 27/ Livro 85	Fl. 13V	28/ 08/ 1766	67
Registro de carta 08	Caixa 27/ Livro 85	Fl. 22V	08/ 05/ 1768	70
Registro de carta 09	Caixa 27/ Livro 85	Fl. 201R	09/ 01/ 1788	72
Registro de carta 10	Caixa 27/ Livro 85	Fl. 240V/ 241R	07 11/ 1793	74
Registro de carta 11	Caixa 27/ Livro 86	Fl. 64V/65R	29/ 05/ 1784	77
Registro de carta 12	Caixa 27/ Livro 86	Fl. 200V/201R	15/ 01/ 1788	81
Registro de carta 13	Caixa 27/ Livro 86	Fl. 202R	07/ 02/ 1788	84
Registro de carta 14	Caixa 27/ Livro 86	Fl. 202V	06/ 01/ 1788	86
Registro de carta 15	Caixa 27/ Livro 86	Fl. 133V/134R	04/07/ 1777	88

REGISTRO DE CARTA 01



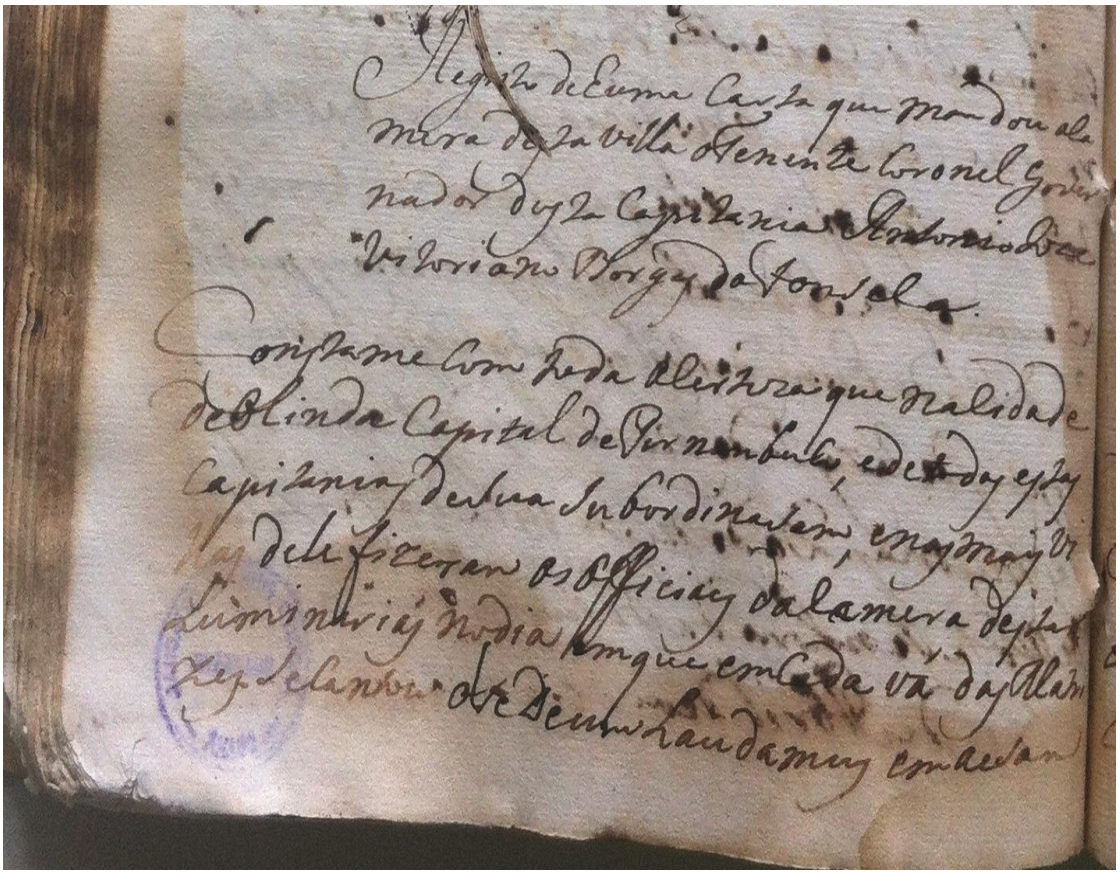
<Fl.8V>

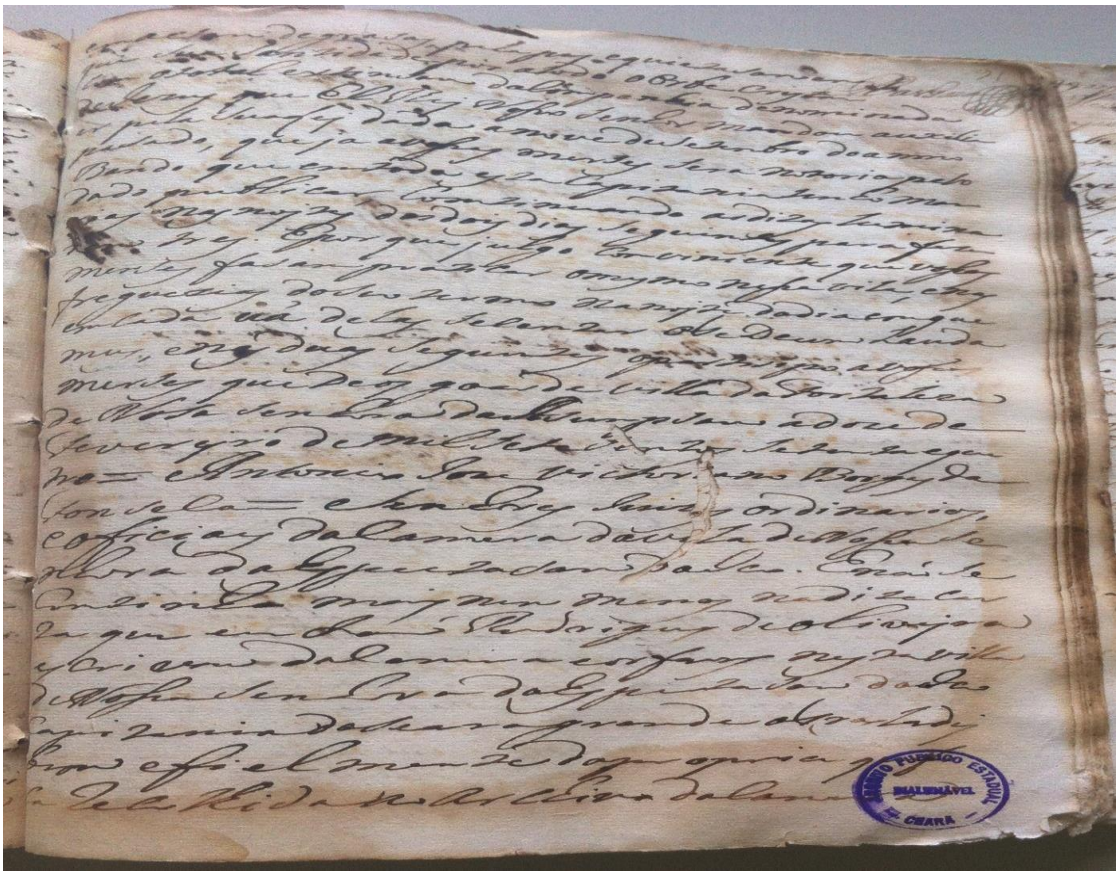
Reg***istro*** de hua Carta escripta ao Diretor
da villa deSoure

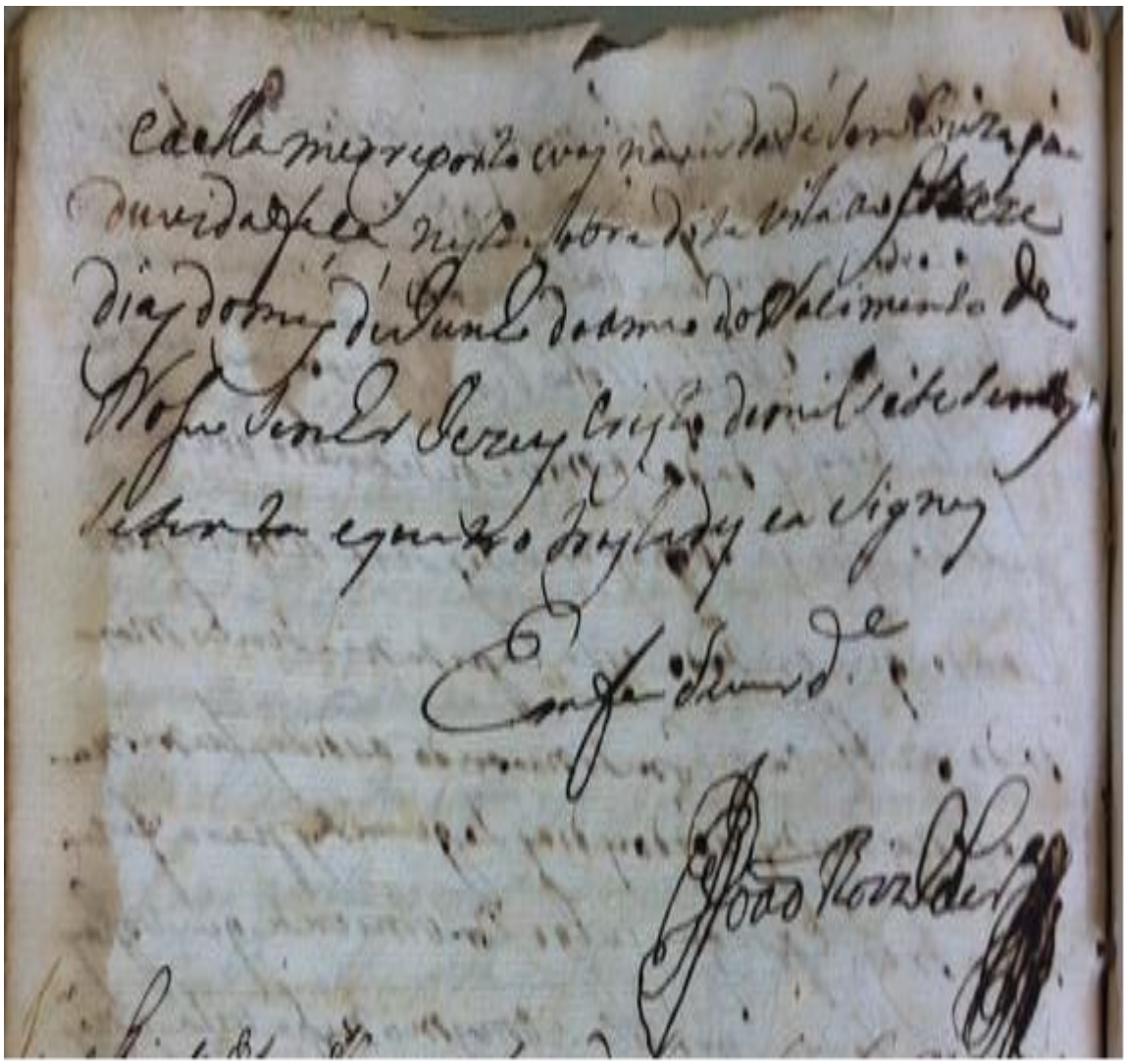
Nesta ocaziaõ serâ v***ossa***m***ercê*** intregue darordens Circulares que julguey Conveniente passar aos Directores das villas desta *Cap**ita**nia* pella ordem efaculdade, que p***ara*** isso tenho do *S**enho**r* Conde General, daqual tem v***ossa***m***ercê*** noticia posto que omesmo *S**enho**r* lheescreveo, eque serâ contente , digo conveniente , que v***ossa***m***ercê*** faça registar nolivro daCamara aque pertencer. E porque um dos mayores cuidados, quedeve vm ter enaescola; porque ella dependem os aumentos da mayoridade faça v***ossa***m***erce*** toda adeligencia, paraque os meninos nam faltem aella: Eu gostey muito dever o *aproveitam**en**to* dos dessa villa, mas como sey pella experiencia , que tenho dos Indios, que os Pays saõ, os que mais os pervertem, vm os atemorize, senam mandarem os = filhos aescola, prendendo na golillia, por alguns dias, os que nesta materia forem mais rebeldes, proCurando interesar nisso ao*Ca**pita**m* Mor, eJuizes tenhavm tambem otrabalho demandar comprar tres, ouquatro resmas depapel, repartindo prorata pellos Pays dos meninos aimportancia das dittas resmas de papel, que *v**ossa**merce* intregara ao Mestre, paraque odistribua com igualdade; tudo isto emais mais henecesario nestes principios, etodo otrabalho, disvello, edlgenia, devemos dar porbem empregado, por serem estes
novos estabelecimentos tanto doagrado donosso Soberano, ede utilidade para oestado: *D**eus** g**uard**e v**ossa***m***ercê*** m***uitos*** annos. Vila deNossa Senhora da AssumpÇam eSão Joze deRibamar da Fortaleza a 23 de Mayo de 1765= Antonio JozeVitoriando Borges da Fonceca = Senhor Alferes Iose Pereyra daCosta Diretor daVilla nova realdeSoure enam secontinha mais emditta carta q***ue*** bem e fiel m***en***te a fis tresladar dapropria dia era ut Supra
oSecretario

Felis Manoel deMatos

REGISTRO DE CARTA 02



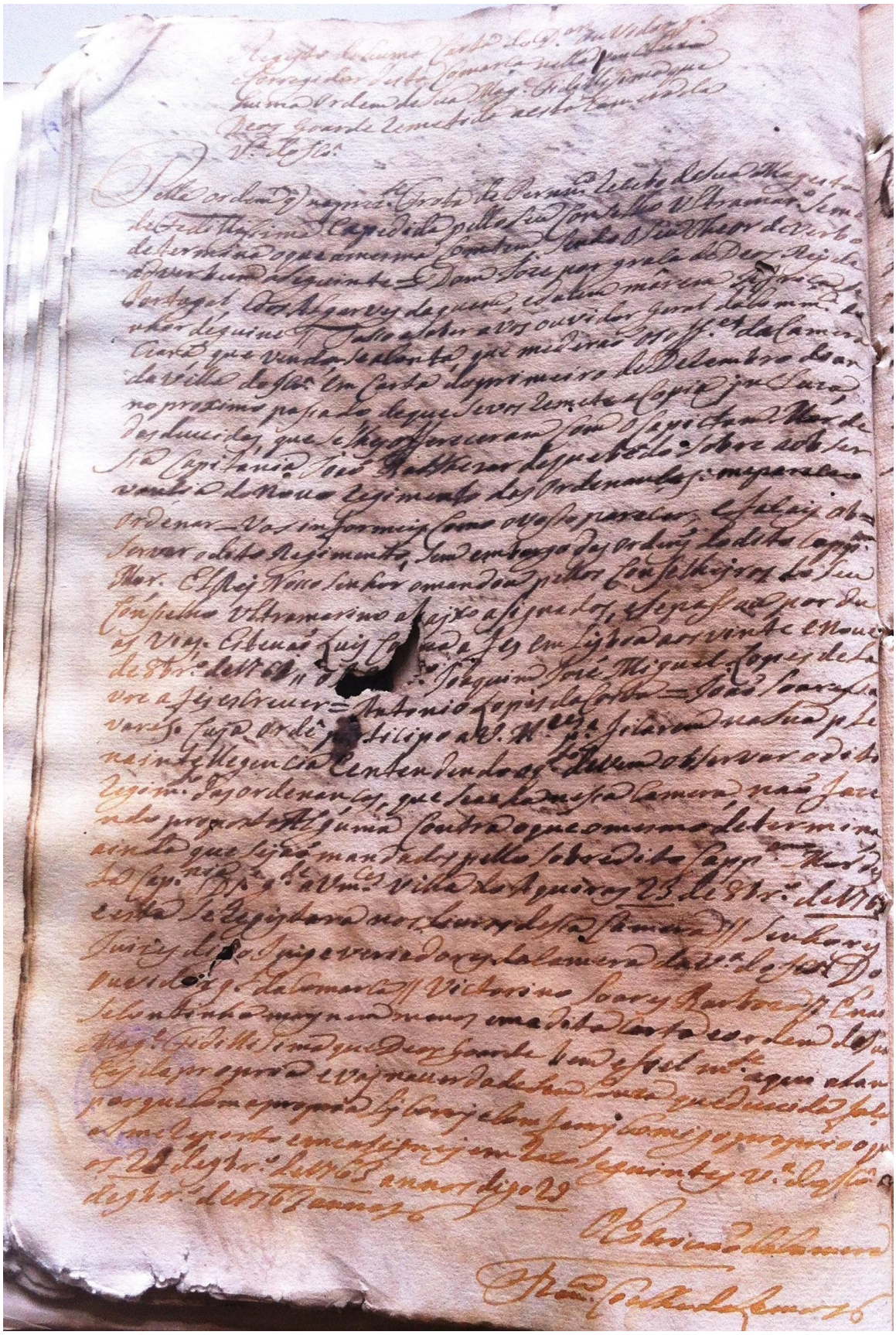




Fl.90V/91R/92V>

Registo de huma Carta que mandou aCo
marca desta villa o Tenente Coronel Gover
nador desta Capitania Antonio Jose
Vitoriano Borges da Fonseca
Constame com toda acerteza que nacidade
deOlinda Capital de Pernambuco e detodas estas
capitanias de sua subordinaçam enasmais vi
llas dele fizeram os officiaes da Camera destas
Luminarias nodia emqueemcada uã das matr
zes secantou teDeuLaudamos emasam
degrasas pela pas equietaçam
que sua santidade pos a todo o orbe cristam
com a total extinsam da companhia denominada
deIezus que El Reynoso senhor mandou auxili
ar pela suaLey dada a nove de setembro do anno
pasado, que já avosas merses sera notorio pelo
Bando que emtoda esta capitania tenho man
dado publicar continuando as ditas lumina
rias nas noites dos dois dias seguintes para faze
rem três. E por que julgo conveniente que vosas
merses fasam praticar omesmo nessa vila e nas
freguesias do seo termo na noite do dia em que
em cada uã delas se cantar o teDeulaudamos
e nas duas seguintes opartisipo avosas
merses que Deos guarde vossamerce de villa de Fortaleza
de Nossa Senhora da Assumpsam a doze de
Fevereiro de milsetecentosSetenta e quatro = Antonio Jose Victoriano Borges da
Fonseca = Senhores Iuizes ordinários,
Eoficiaes daCamera da vila de Nosa Se
Nhora da Expectasam do Ico. E náo se
continha mais nem menos na dita car
ta que eu Joáo Rodrigues de oliveyra
escrivao dacamera e orphãos nesta villa
de Nosa Senhora da expectasam do Ico
Capitania do Siara grande e otrasladey
da propria que [ilegível] da Camera

REGISTRO DE CARTA 03

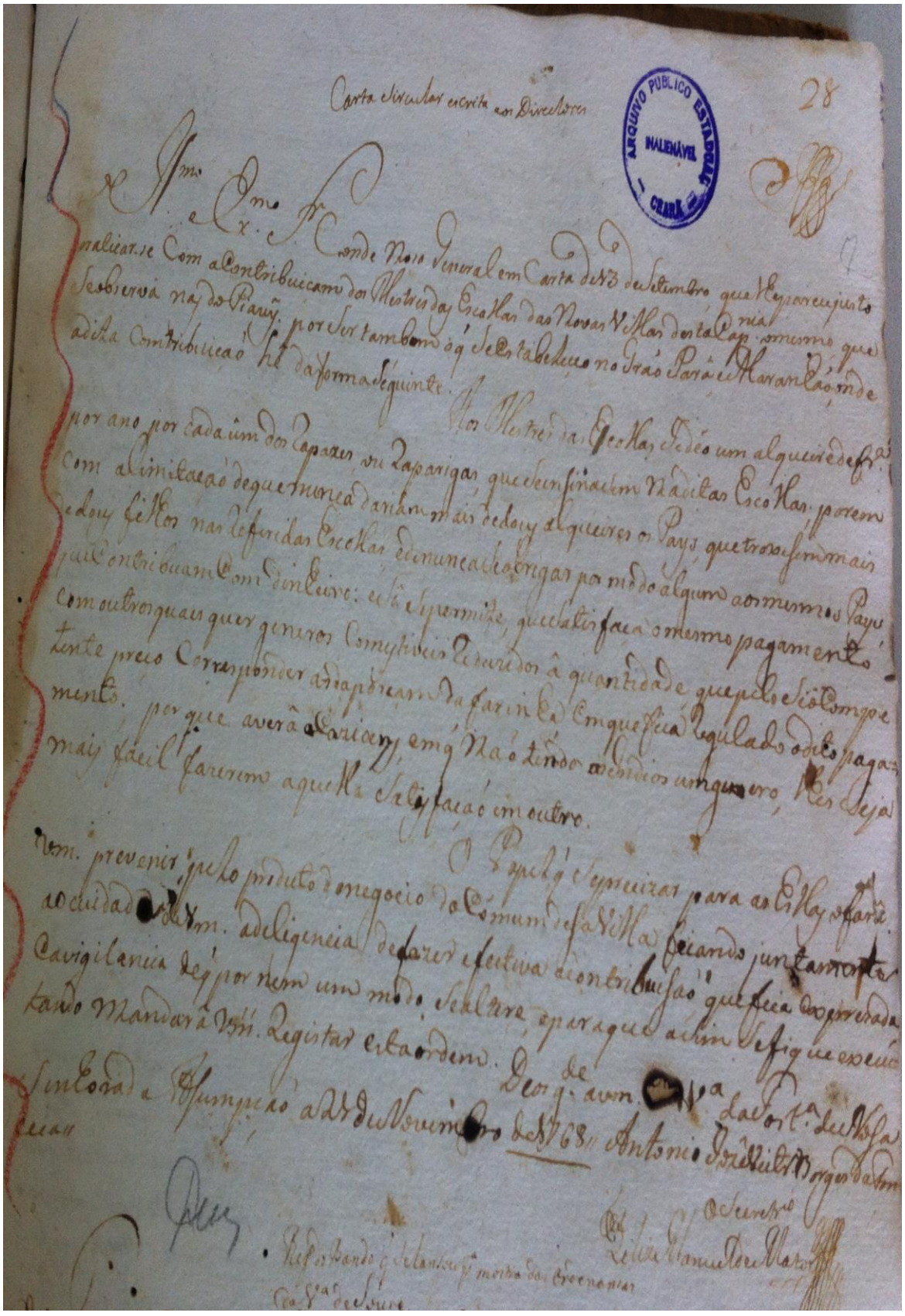


<Fl.30V>

Registo de huma Carta do D***out***or ouvidor g***eral***
Corregedor destas Comarcas [ilegível] com incluza
Huma ordem de sua Mag**estad**e Fidellisima que
Deos guarde Remetida a esta comarca da Villa do Icô
Pella ordem q no [ilegível] Frota de Pernam**bu**co recebo de sua Magesta
de Fidellissima eapedido pello seu Conselho Ultramar***in***o se
determina o que a mesma contem sendo o seu theor de verbo
advertem a seguinte = Dom Ioze por graça de Deos Rey de
Portugal e dos Algarves da quem e dalem mâr de em Africa Se
nhor de 'guine' E// Fasso asaber avos ouvidor geral da Comm**ar**ca do
Caera que vendo se a carta que derao os off***icia***es da Camera
da villa do Icô em carta do primeiro de Dezembro do an
no próximo passado de que Se Remete a copia incluza
das duvidas que se lhes offereceram com o capitam Mor de
Sua Capitania Ioáo Baltazar de quevedo saber aobser
vancia do novo Regimento das ordenanças: me pareceo
ordernar – vos informeis como a vosoparecer e falais ob =
servar o dito regimento sem embargo das ordens do dito Capp**it**am
Mor. El Rey nosso Senhoro mandou pelos conselheyros do seu do seu
conselho ultramarino abayxo assignados, Se passou por du
as vias. Estevão Luis [RASURA] o fes em Lisboa aos vinte e nove
de S**etem**bro de 1761// [RASURA] Ioquim Iosé Miguel Lopes de Sa
vre o fis escrever = Antonio Lopes da Costa = Ioao' Iose Ta
vares. cuya ordê participo a V***ossa*** M**er**ces a ficarem na sua ple
na intelligência centendendo o q***uan***to devem observar o dito
Regim**en**to das ordenanças que sua [ilegível] câmera não faze
ndo proposta Alg'uma contia o que o mesmo determina
ainda que sejão mandados pello sobredito Capp**it**am Mor de
ta Cap**ita**nia D**eo**s g**uar**de a V***ossas*** M***er***ces villa do Aquiraz 23 de S**etem**bro de 176_
e entao se registrava nos livros dessa Camera// Senhores
Iuzes digo Iuz e vereadores da Camera da V**ill**a do Ico Do
ouvidor G**era**l da Comarca// Victoriano Soares Barboza// Enao'

se continha maisnem menos ema ditacarta e ordem de sua
Mag**estad**e Fidellisima que Deos guarde bem e fielm**en**te aqui [ilegível]
propria Ly confery comigo proprio o que
os me Reporto e measigney em seguintes V***ill***a do Icô
os 2_ ***de novem***bro de 1763
O escrivãodaCamera
FranciscoCoelhoda____

REGISTRO DE CARTA 04



Carta Sircular escrita ao Directores

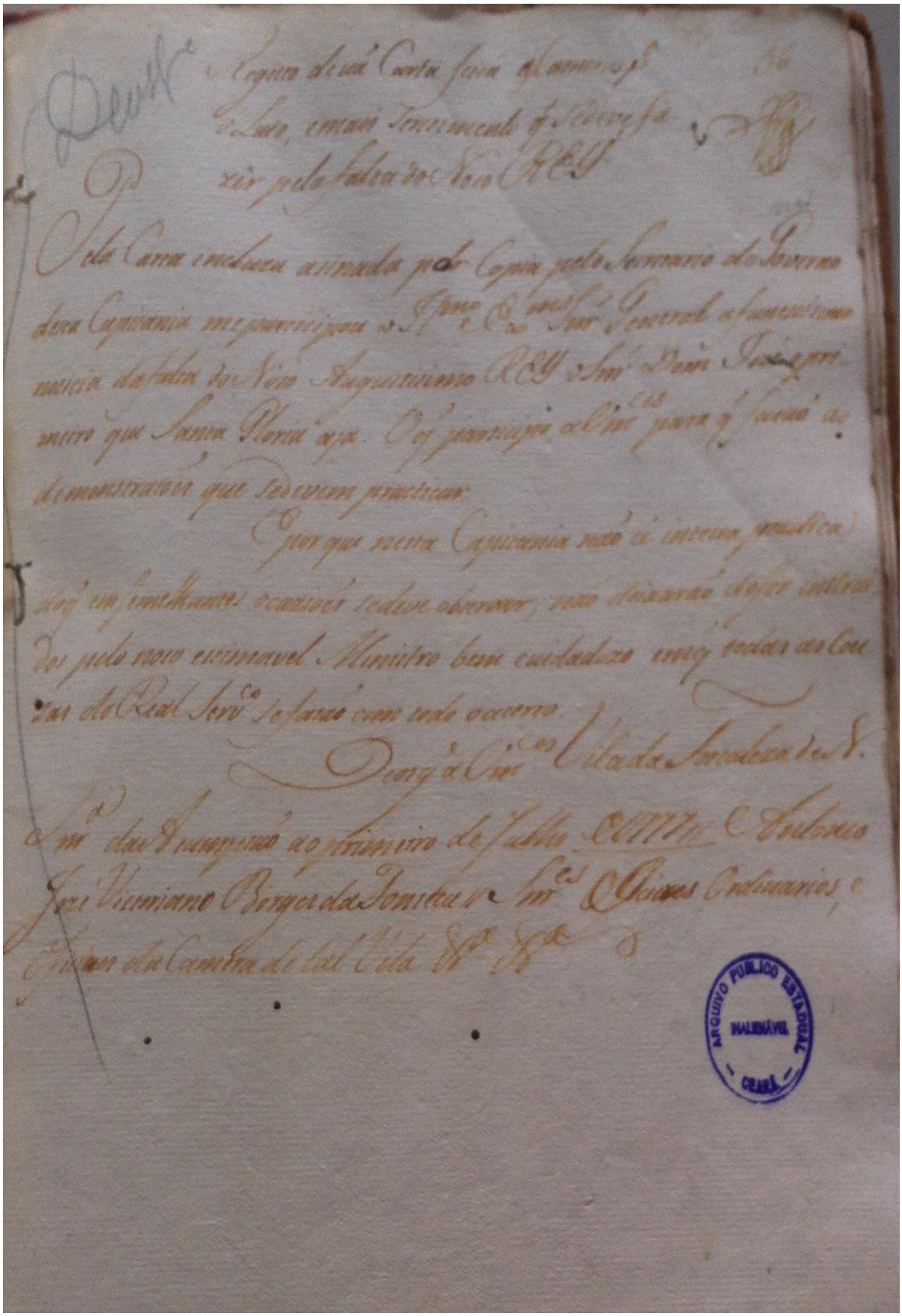
I***lustrissi***mo eE***xelentissi***mo Se***nh***or Conde noso General em Carta de13 deSetembro, que lheparecejusto praticar--se com acontribuiçam dos Mestres das Escollas das Novas Villas desta Capi***tan***ia omesmo que seobserva nas do Piauy por ser também o q***ue*** seestabeleçeo no Grão Pará, eMaranhaõ, onde adita comtribuição hê daforma seguinte. Aos Mestres das Escollas sedêo um alqueire de f***ari***nha por ano por cada ûm dos rapazes, ou raparigas, que seinsinasem naditas Escollas; porem com alimitação deque nunca dariam mais dedois alqueires os Pays, que troxesem mais dedois filhos nas referidas Escollas, edenunca seobrigar por modo algum aos mesmos Pays, que contribuam com dinheiro: esô sepermite, quesarisfaçaõ o mêsmo pagamento com outros quaes quer gêneros comestiveis reduzidos à quantidade, quepelo seocompetente preço corresponder as da porçam da farinha, em que fica regulado odito pagamento porque averâ ocazioens, em q***ue*** naõ tendo os Indios umgenero, lhe seja mais facil fazerem aquella satisfaçaõ em outro.

O Papel q***ue*** se precizar para as Esllas ofará vossamercê prevenir pelo produto do negocio docomum desaVilla ficando juntamente ao cuidado de vossamercê, e paraque assim sefique executando mandarâ v***ossa***m***erc***ê registar esta ordem. Deos guarde av***ossa***m***er***cê

Vila daFortaleza
deNosa Senhora da Asumpçaõ a21 deNovembro de1768// Antonio JozêVict***orian***o Borges daFon ceca

O Secretario
Feliz ManueldeMatos

REGISTRO DE CARTA 05



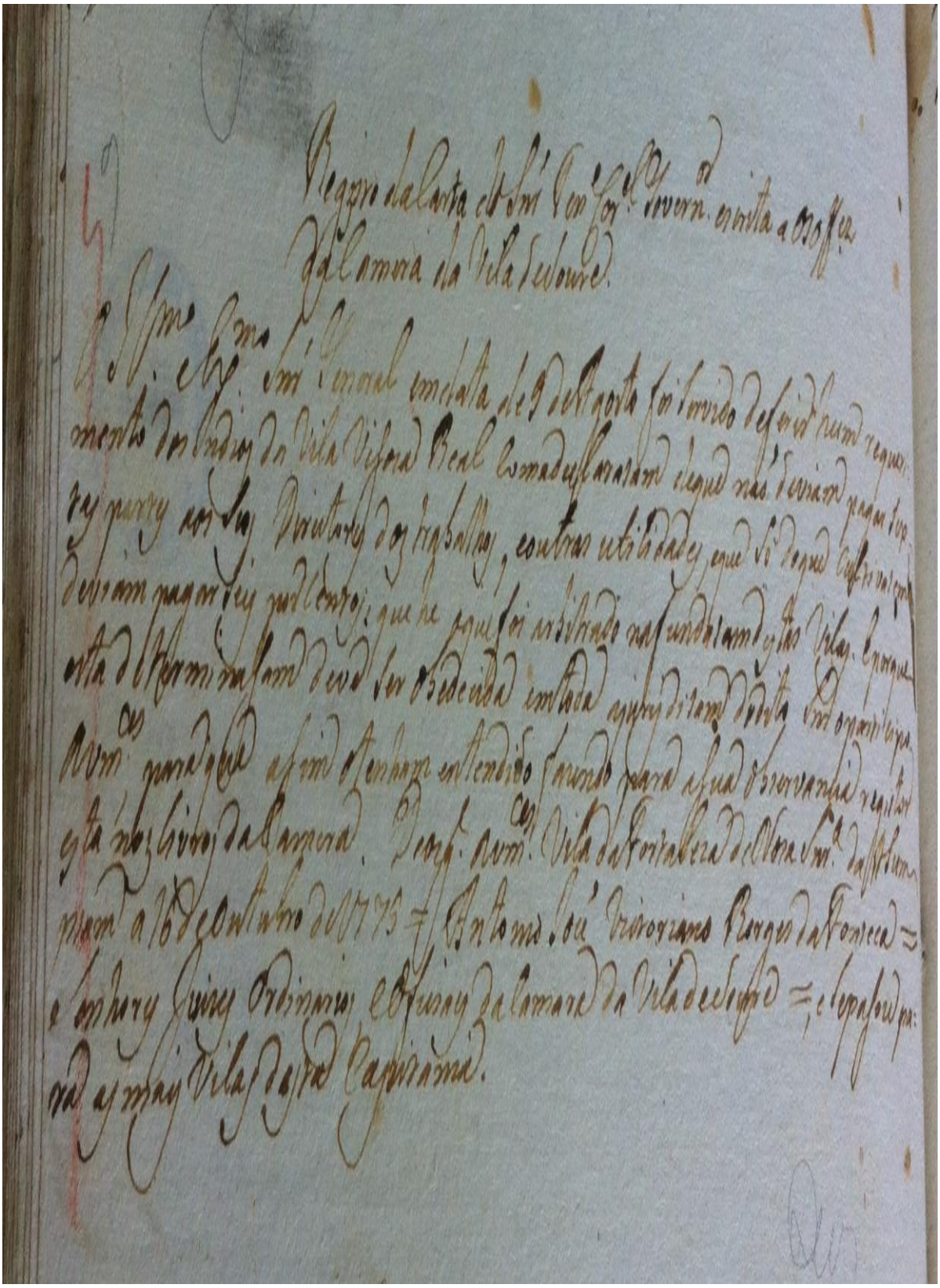
<Fl.56R>

Registo de ua' Carta feita, a Cameras p***ara***
o Luto, e mais sentimento que se deve fa-
zer pela falta do Nosso REY
Pela Carta incluza assinada pela Copia pelo Secretario doGoverno
desta Capitania me participou o Il***ustriss***mo Ex***elentisis***mo General afunestissima
noticia da falta do Nosso Augustissimo REY o S***e***nh***o***r Dom Jozé o pri
meiro que Santa Gloria aja. Oq***ue*** participo a***vossa***m***erce***s para que farao' as
demonstracoes que se devem praticar

E porque nesta Capitania não' a inteira pratica
do que em semelhantes ocazioes se deve observar, não deixarao de ser
dos pelo nosso estimavel Ministro bem cuidadozo instrui em que
todas as cou
zas do Real Serviço se faraõ com todo oacerto

Deosguarde a Vossasmerces. ViladaFortaleza de N.
Senhora da Assumpçao ao primeiro de Julho 1777. Antonio
José Vitoriano Borges da Fonseca// Senhores Juizes Ordinarios
Oficiaes da camara de tal Vila

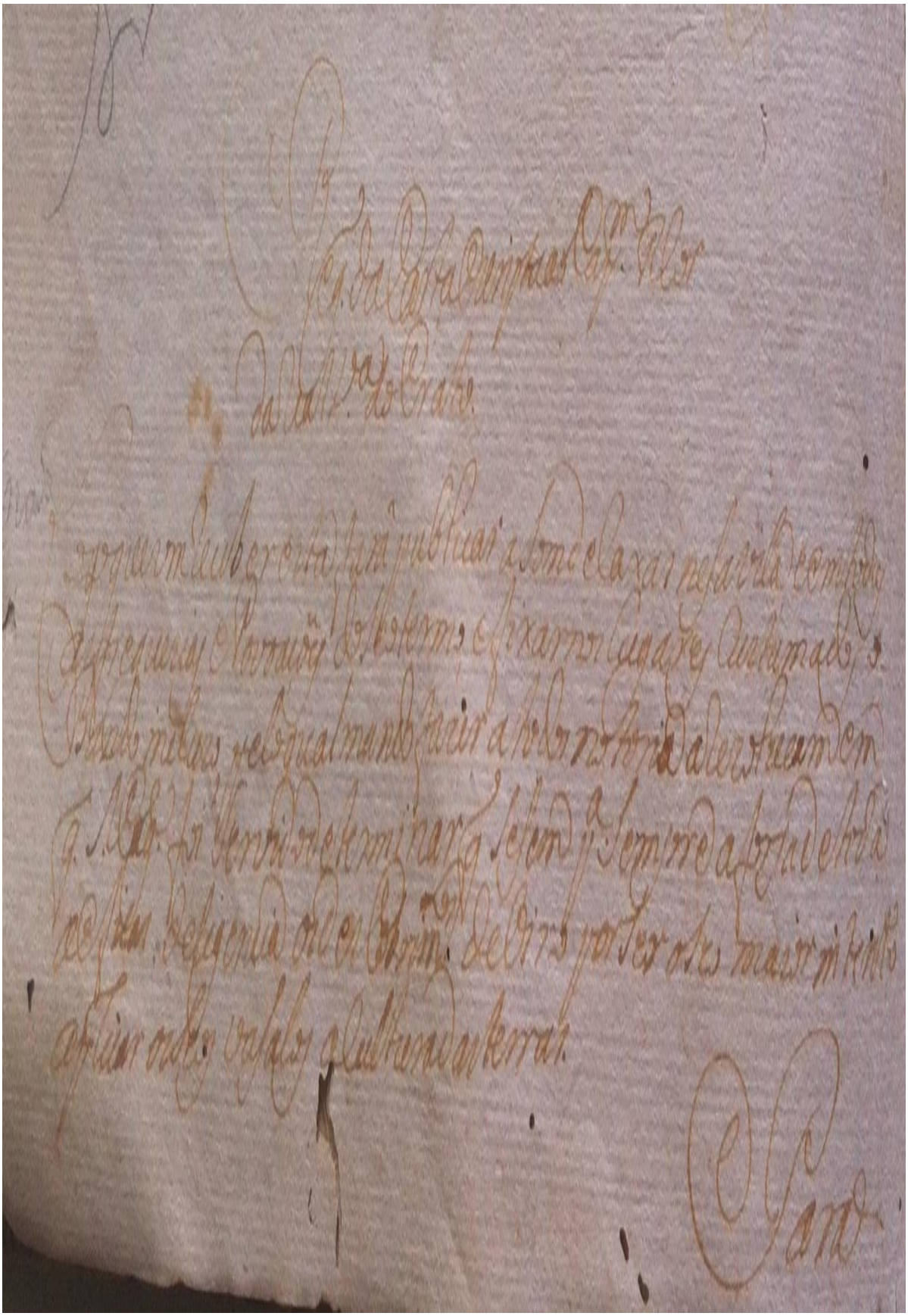
REGISTRO DE CARTA 06

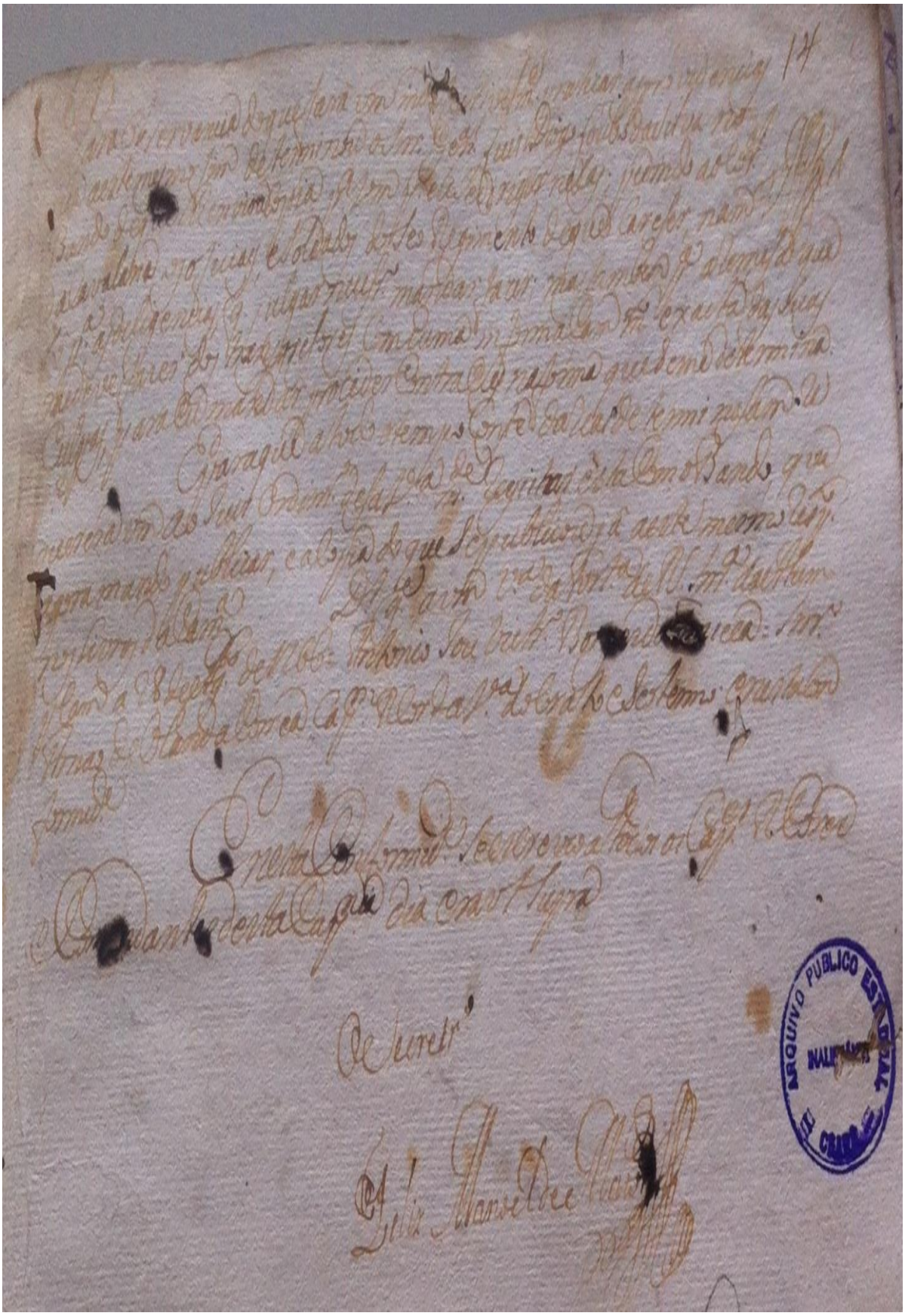


Re Registo daCarta do S***e***n***ho***r Ten***ente*** Ecor***on***el Govern***ad***or escrita aos off***icia***es daCamera da Vila deSoure

Il***ustrissi***mo Ex***elentissi***mo S***e***n***ho***r General emdata de 9 de Agosto foi servido Deferir um requerimento dos Indios da Vila Visosa Real comadeclarasam deque nao' seviam pagar seis partes dos Seos Directores dos trabalho, eoutras utilidades, eque Sõ doque cultivarem deviam pagar Seis porcentos, que he oquefoi [ilegível] nafundaçam destas vilas. Eporque esta determinasam deve ser obedecida em toda [ilegível] dodito. S***e***nh***or*** o participo av***ossas***m***erces*** paraque a fim otenham entendido [ilegível] para asua observancia registar esta nos livros da Camera. Deosg***uard***e av***ossas***m***erces*** vila da Fortaleza de Nosa Senh***or***a da Asum pç pçam a 16 de outubro de 177__ = Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca = Senhores Juises Ordinarios e ofisiaes da Comarca da Vila de Soure =, e Se pasou pa= ra as demais vila desta Capitania.

REGISTRO DE CARTA 07

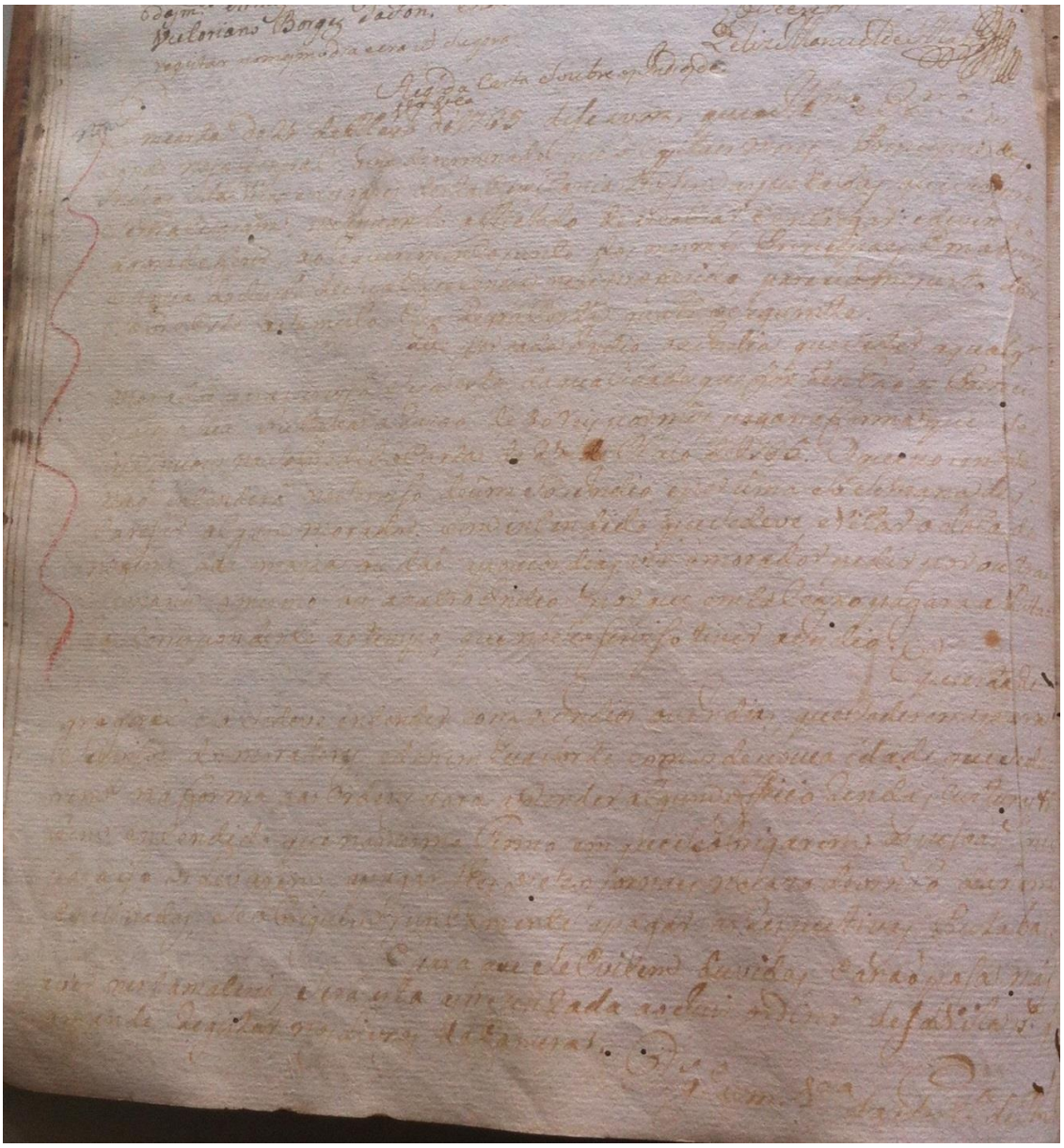


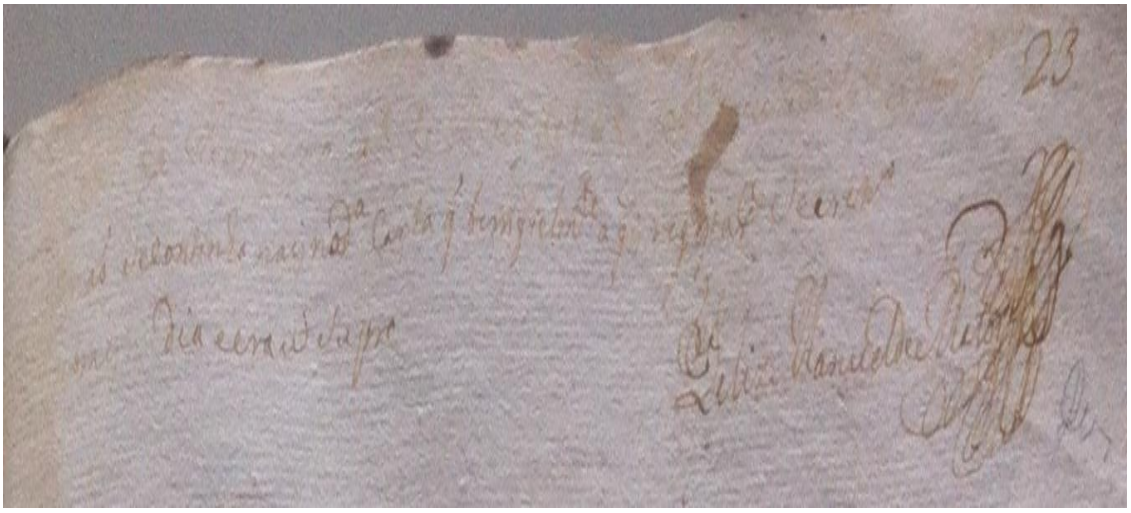

ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL

<Fl.13V>

*Reg**istro*** daCartaescritaao*Cap**ita**m* Mor
Dareal *V**ill**a* do Crato
Logoque*v**ossa**m**erce***receber parâ publicar ao somdecaxas nesavila eemtodas
Asfreguesias ePovoações doIco termo efixarnos lugares custumados o
Bando incluzo pelo qual mando fazer a todos notorio arezoluçam em
q***ue*** rege for servidodeterminar q sejem ***para*** sempre [ilegível] detoda
ao ficar diligencia os *decobrim**ent**os* [ilegível] por ter [ilegível] movimento
[ilegível] ordem vasalos acultivadasterras.
Parao
Paraobservancia doque fara *v**ossa**m**erce*** indiscutivelm***ent***e praticar as providencias
que aestemesmofim determinou o ***Senho**r Gene**r**al* Luis Diogo daSilvano =
Bando deque lheenvioaCopia ***para v**ossa**m**erce*** q. ele [ilegível] nelas, pedindo ao*Cor**on**el*
daCavalaria osoficiaes e soldados o Regimento de que careser, nam
[ilegível] ***para*** as diligencias, q julgar *necesar**i**o* mandar fazer, mastambém a remisa que
eedevefazer [ilegível] fores comhuma informaçam *m**uit**o* exaltada das suas
culpas para eu mandar proceder contra eis na forma que se determina.
Epara que atodo otempo conte da real determinaçam de
quererav***ossa**m**erce*** ao Iuiz ordinario desa v***il***a esta comoBando , que
agoramando publicar, e acopia do que se publicou jâ este mesmo *resp**ei**to*
nos Livros da*Cam**a**ra **D**eos **g**uard**e*** av***ossa**m**erce** **V**il**a*** da Fort***alez***a de ***N**osa **Sen**ho**r**a* da
Asum
pçam a 28 de ag***os***to de 1766. = Antonio Jose *Vitor**ian**o* Borges da Fonceca = [ilegível]
[ilegível] de [ilegível] da *Com**ar**ca Cap**ita**m* Mor da *V**il**a* do Crato esetermo enesta*con*
*Formid**ad**e*.
Enesta*Conformid**ad**e*Seescrevatodos os *Cap**ita**es*
[ilegível] desta *Cap**ita**nia* dia e na supra
(Assinatura)

REGISTRO DE CARTA 08

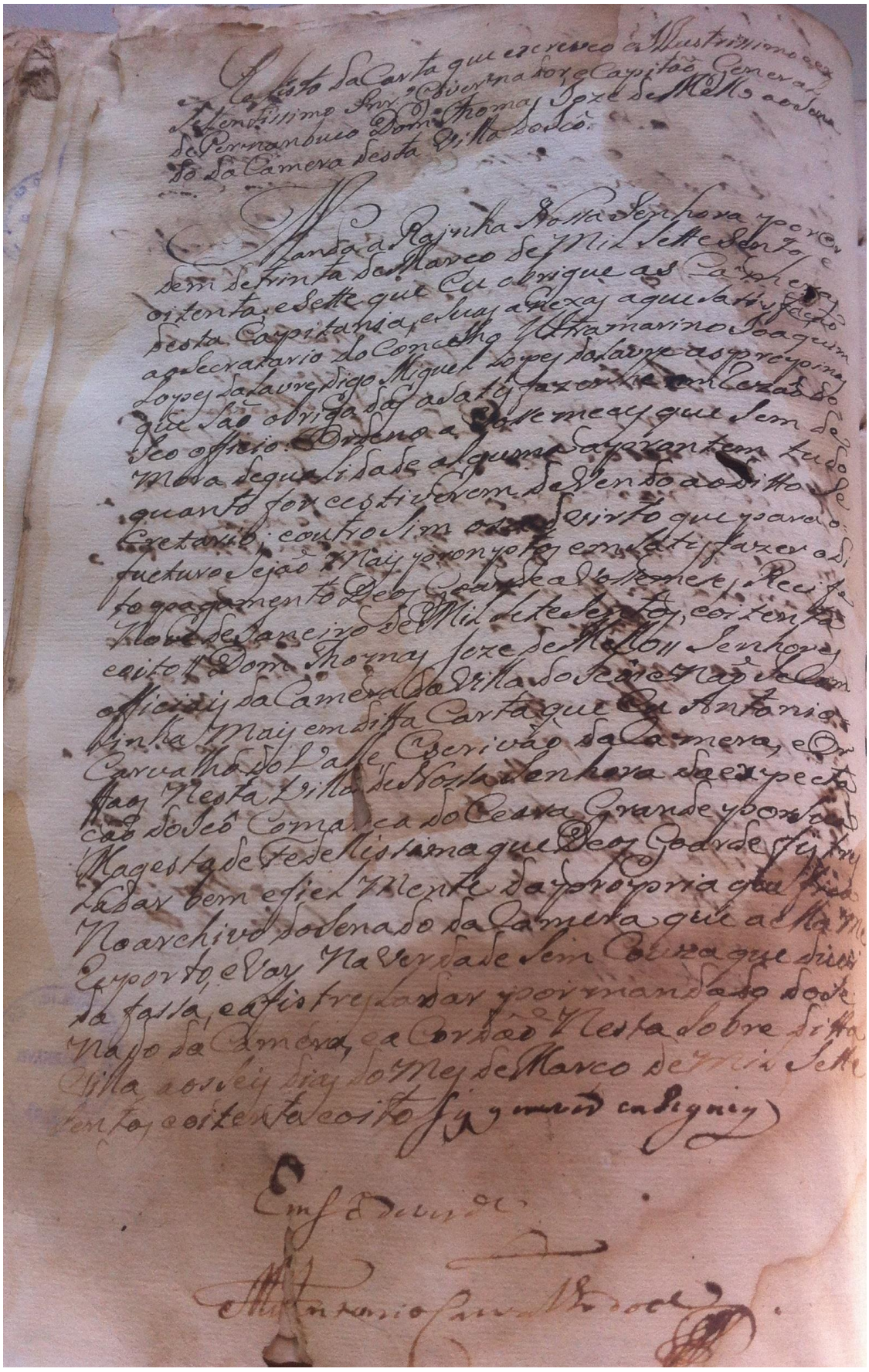




<Fl.22V>

Regisito da carta soubre os Indios de
Vila V*içosa*
Emcarta de 28 de Mayo de 1765 dise a*vossamerce* , para *Ilustrisimo Excelentisimo*
Senhor
conde nosso General avia determinado que os Capitaes Mores e Principaes dos
Indios das Vilas e Lugares desta Capitania teve fim as que todas, que sempre
Sepraticaram insinuando o Relato de as cobras eenteregar: edevendo
agoradeferir ao requerimento junto dos mesmós Principaes [ilegível]
[ilegível] do desp. de Sua Excelencia nele proferido para [ilegível] justo das
sobre este asumpto Em dita Carta qual é o seguinte
Que por cada Indio ou India que Seeles a*qualquer*
morador para serviso Seja [ilegível] da qualidade que for tenhão as Prici
paes Sua [ilegível] a darao' de 80 reis por mês pagonaforma que Se-
insinuou na SobreditaCarta de 28 Maio' de 1765. Oque por[ilegível] se-
não' intenderã noServiso deumSô Indio e por úma só Semana de q'
careser algum morador. bem intendido quesedeve [ilegível] de
nofim daSemana ou dar apoucos dias [ilegível] a morador pedir por outra
Semana omesmo ou outro Indio; por que em talCazo pagar [ilegível] =
da correspondete ao tempo, que no seo Serviso tiver Indio.
E queesta re-
gra geral So sedeve entender com os Indios ou Indias, que se derempara
Serviso dosmoradores edenem hua Sorte com os de pouca idade que sede
vem naformadasordens para aprender algum oficio rendas, custuras
bem entendido que nomesmo Termo em queSeobrigarem as pesos q'
para isso os Levarem apagar – lhes os seus jornaes nocazo deosnaodar
Seobriguem o principalmente apagar asrespectivas [ilegível]
E para que Se evitem duvidas e naõ posa mais
aver nesta materia, será esta aprezentada ao juiz *ordinario* desa Vila *para* q.
a mande Registar nos seus Livros da Camera.
Deos guarde a*vossamerce Vila* da *Fortaleza* de Nosa *Senhora*
da Asumpção a 8 de maio de 1768. *Antonio* Jose *Vitoriano*
Borges da
Fonseca.
Enaó secontinha mais na*dicta* carta q' bem fielmente a fis registar
nomesmo dia

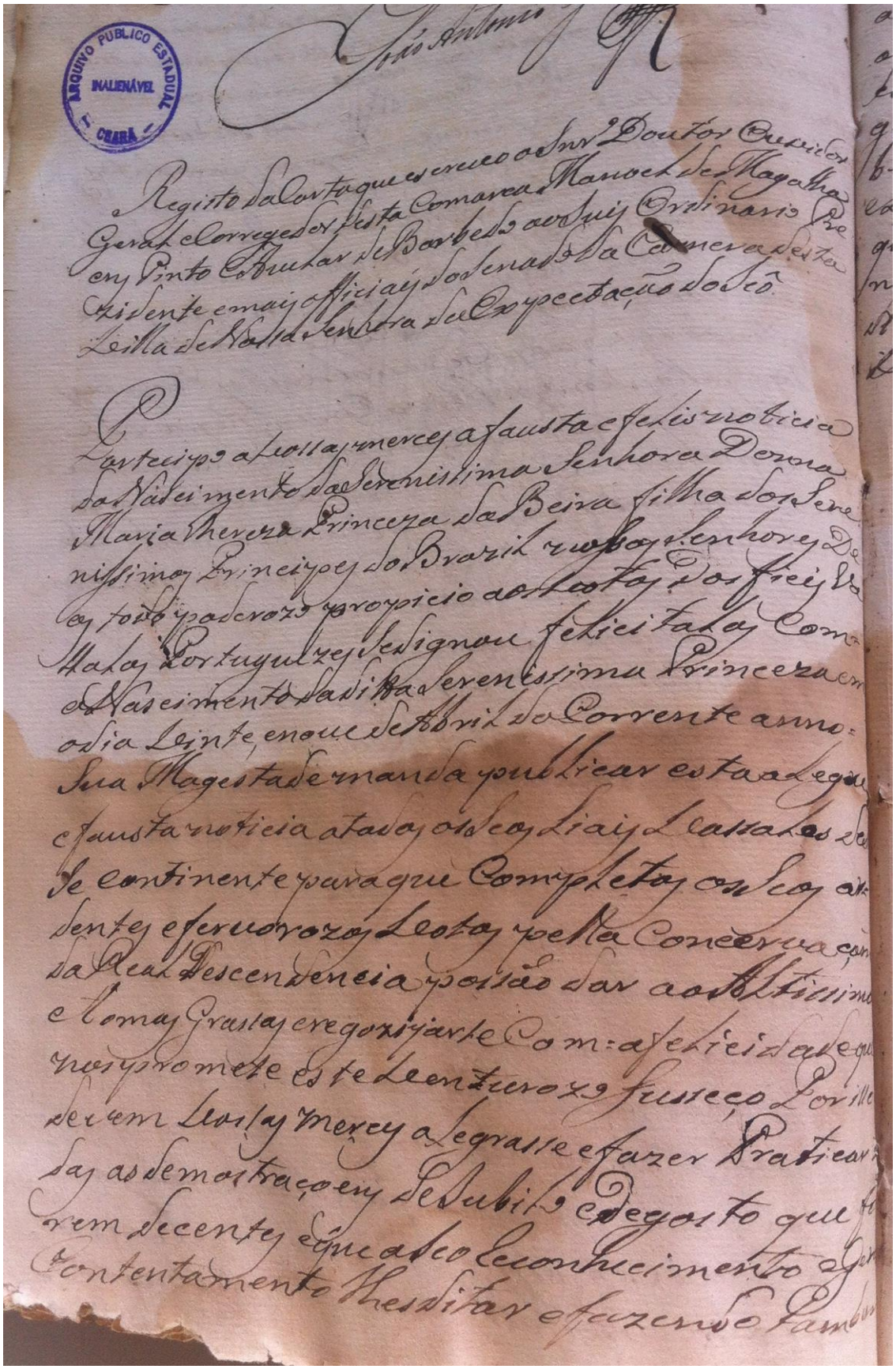
REGISTRO DE CARTA 09

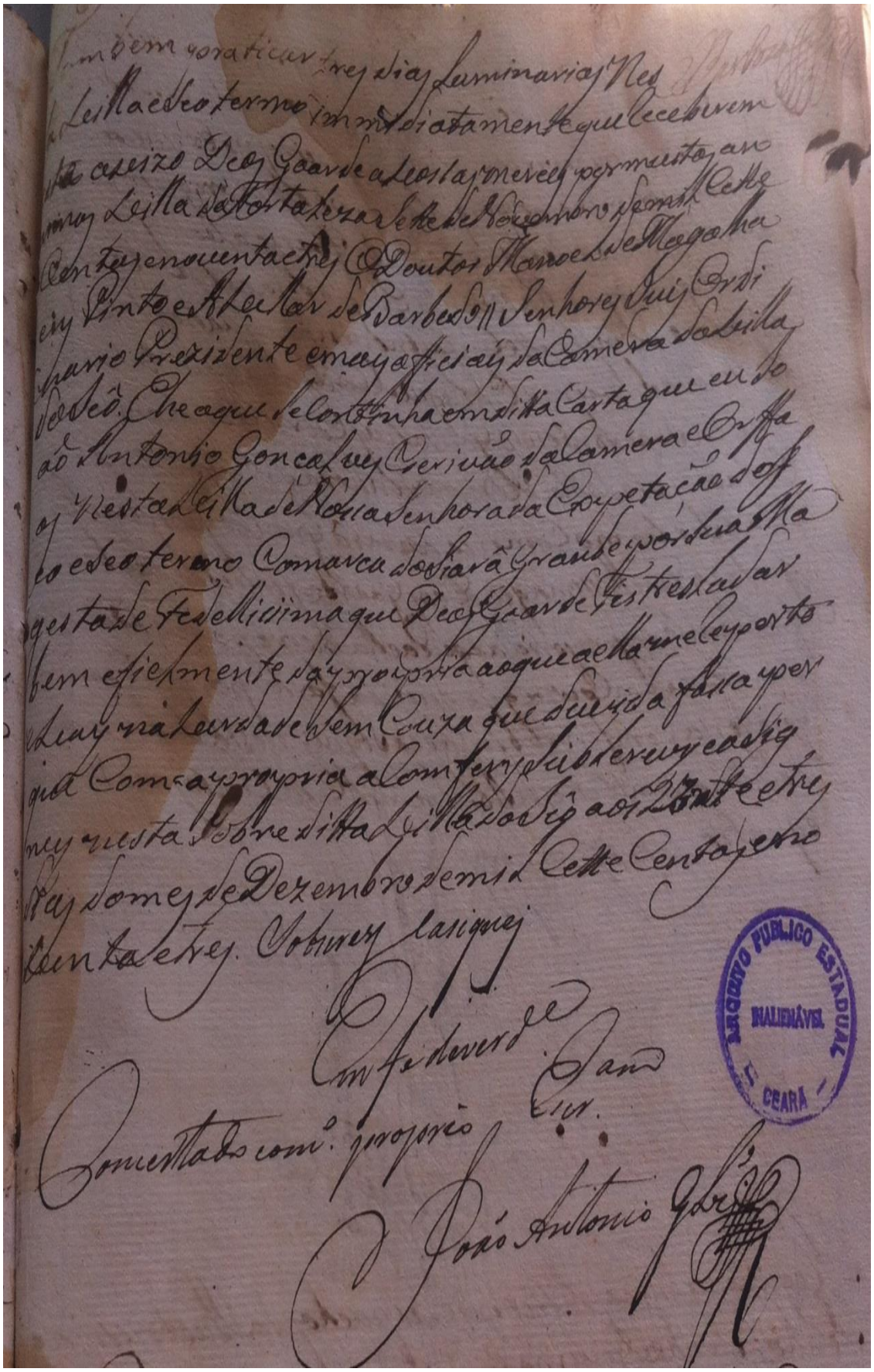


<Fl.201V>

Registo de uma Carta que escreveo o Ilustrissimo e ex
lentissimo Insº Governador e Capitao General
de Pernambuco Dom Thomas Ioze de Mello ao Sena
do da Camera desta villa do Icô
Manda a Rainha Nossa Senhora por ordem
de trinta de Março de Mil sette sentos e
oitenta e sette que eu abri que as Cameras
desta Capitania e suas anexas aqui satisfação
ao Secretario do Concelho Ultramarino Joaquim
Lopes da Lavre digo Miguel Lopes da Lavre as propinas
que São obrigadas a satsfazerlhe em Razão do
seo officio: Ordeno a vossemeces que sem de
mora de qualidade alguma aprontem tudo
quanto for cestiverem devendo aoditto Se
cretario; eoutro Sem osadvirto que para o =
futuro sejão mais pronptos em satisfazer odi
to pagamento Deos Goarde a vossemerce, Recife
Nove de janeiro de mil setecentos, eoitenta
eoito// Dom Joze de Mello// Senhores
officiais da Camera da Villa do Icô e não se com-
tinha mais em ditta Carta que eu Antonio =
Carvalho do Valle, escrivão da Camera, eOr
ffaos nesta villa de Nossa Senhora da expecta
ção do Icô Comarca do Ceara Grande por sua
Magestade Fedelissima que Deos goarde fis tres
ladar bem e fielmente da propria que fica
no archivo do Senado da Camera que a ella me
reporto, e vay na verdade Sem couza que duvi
da fassa, e a fis tresladar por mandado doSe
nado da Camera, e a Cordão nesta sobre ditta
villa aos seis dias do mês de Março de mil sette
sentos, e oitenta e oito fis asigney
Em fé de verdade
Antonio de Carvalho

REGISTRO DE CARTA 10





Tambem praticar tres dias Luminarias Nes
ta Leilla e seo termo immediatamente que receberem
esta a seizo Deos Goarde a Leossas mercês por muitos an
nos Leilla da Fortaleza sete de Novembro de mil Cette
Centos e noventa e tres O Doutor Manoel de Magalha
ens Pinto e Alcellar de Barbedo Senhores Juiz Ordi
nario Prezidente e mais officiais da Camera da Leilla
do Seô. Che a que se continha em ditta Carta que eu Jo
ão Antonio Gonçalves Escrivão da Camera e Orffa
os nesta Leilla de Nossa Senhora da Expetação do Ss
co e seo termo Comarca do Siarâ Grande por sua Ma
gestade Fedellissima que Deos Goarde Fis tresladar
bem e fielmente da propria ao que a ella me le porto
e Leay na Lerda de sem Couza que duvida fassa per
que Com a propria a Comfery subleruy e asig
ney nesta sobre ditta Leilla do Seô aos 22 dte e tres
dias do mes de Dezembro de mil Cette Centos e no
venta e tres. Sobrerez e asigney

Em fe de verdade

Sam
Escr.

Concertado com o proprio

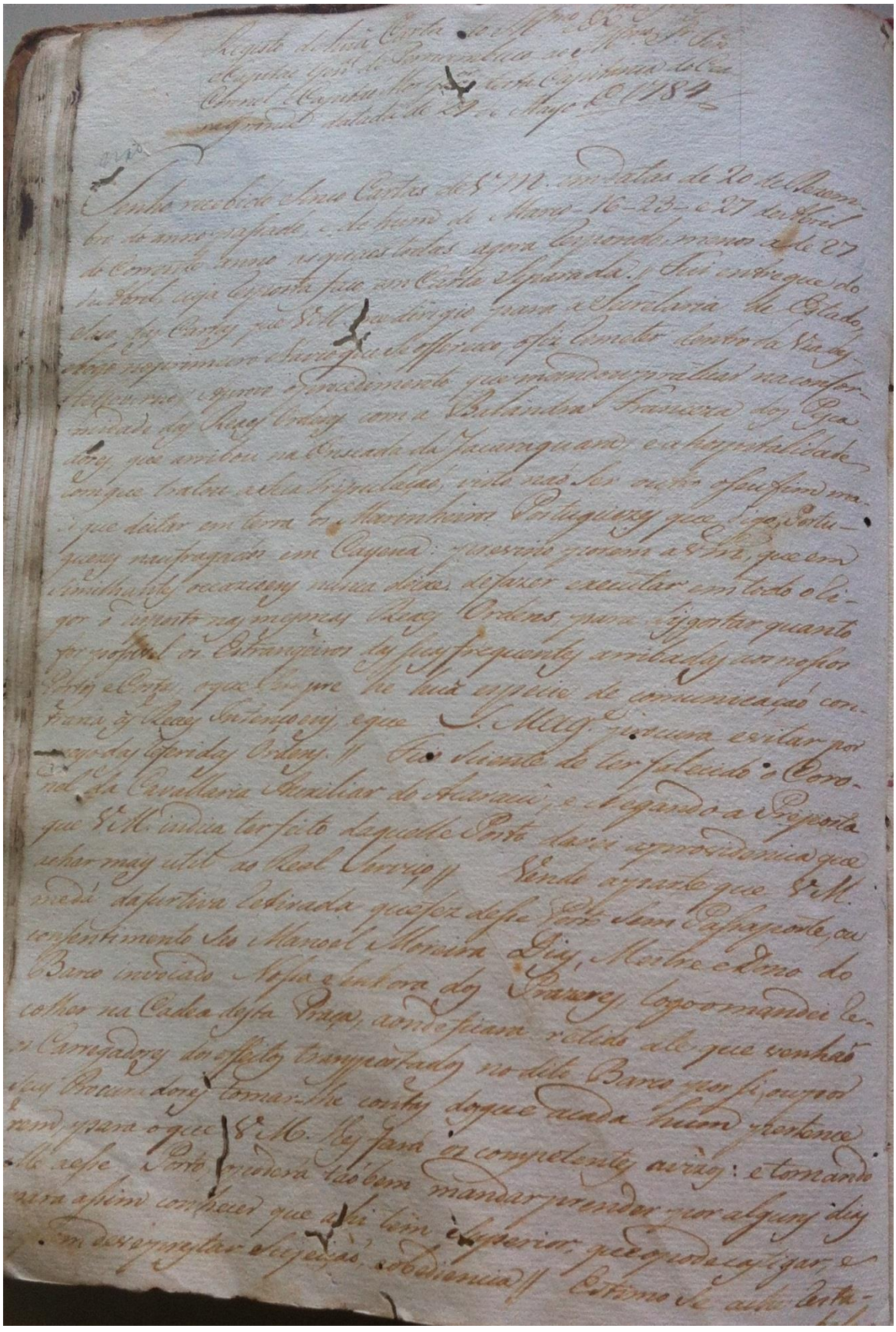
João Antonio Glz

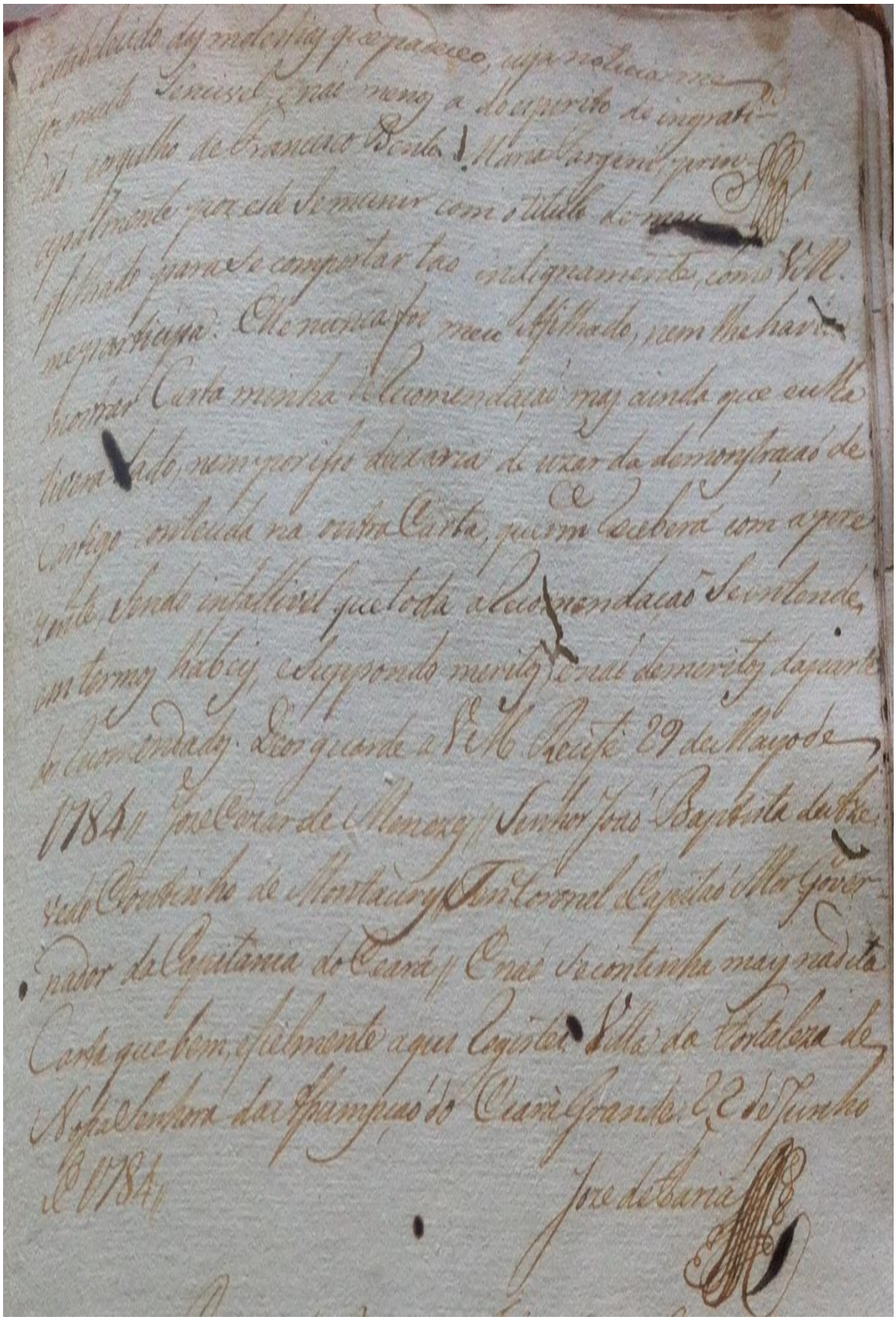
ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL
INALIENÁVEL
CEARÁ

<Fl.240V/2R>

Registo da Carta que escreveo o Insº Doutor Ouvidor
Geral eCorregedor desta Comarca Manoel de Magalha
ens Pinto Avelar de Barbedo ao Juiz Ordinario Pre
zidente emais officiais do Senado da Camera desta
Villa de Nossa Senhora da Expectação do Icô
Participo a vossas merces a fausta e felis noticia
do Nascimento da Serenissima Senhora Donna
Maria Thereza Princeza da Beira filha do sere
nissimo Principes do Brazil noso Senhores De
os todo poderozo propicio ao [ilegível] Dos fieis va
ssalos Portuguezes sedignou felicitalos com
o Nascimento daditta serenissima Princeza em
o dia vinte e nove de abril do Corrente anno =
Sua Magestade manda publicar estaalegre
e fausta noticia a todos os seos Liais vassalos da
[ilegível] continente para que completos os Seos ar
dentes e fervorozos jestos pela concervaçam
daReal Descendencia [ilegível] das aoAltissimo
e tomar grassas eregozijarse com = a felicidade que
devem vossas merces alegrasse e fazer Praticar
das as demonstraçoens de jubilo edegosto que fo
rem decentes eque a seo reconhecimento o gere
contentamento e fazendo tambem
Tambem praticar tres dias Luminarias nes
as villa e seo termo imediatamente que receberem
este avizo Deos goarde a vossas merces por muitos na
annos villa da Fortaleza sette de novembro de mil cette
centos enoventa e tres O Doutor Manoel de Magalha
ens Pinto e Avellar de Barbedo// Senhores Juis Ordi
nario Prezidente e mais officiais da Camera da Villa
do Icô. Ehe o que se continha em ditta carta que eu Jo
ão Antonio Gonçalves Escrivão daComarca e Orffa
os nesta villa de Nossa Senhora da Expectação do I
co e seo termo Comarca do Searâ Grande por sua Ma
gestade Fedelissima que Deos goarde Fis tresladar
bem e fielmente da propria ao que a ella me Reporto
na verdade e Sem couza que duvida fassa pe
[ilegível] com a propria a comfery escrevy e asig
ney nesta sobreditta villa do Icô vinte e três
dias do mês de Dezembro de mil cette centos e no
venta e tres e asigney
Em fé de verdade
Concertado com o proprio

REGISTRO DE CARTA 11





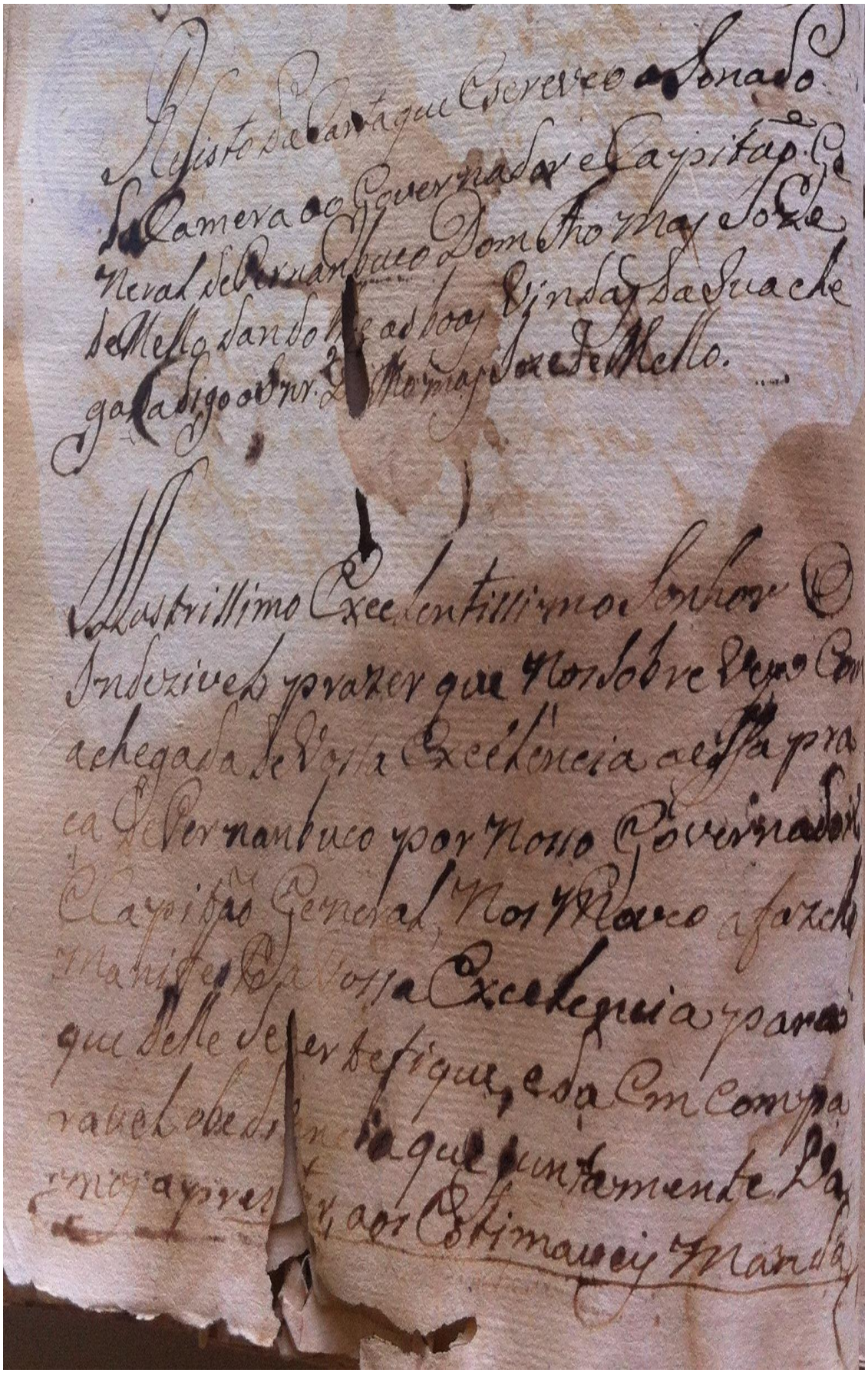
<Fl.64V/65R>

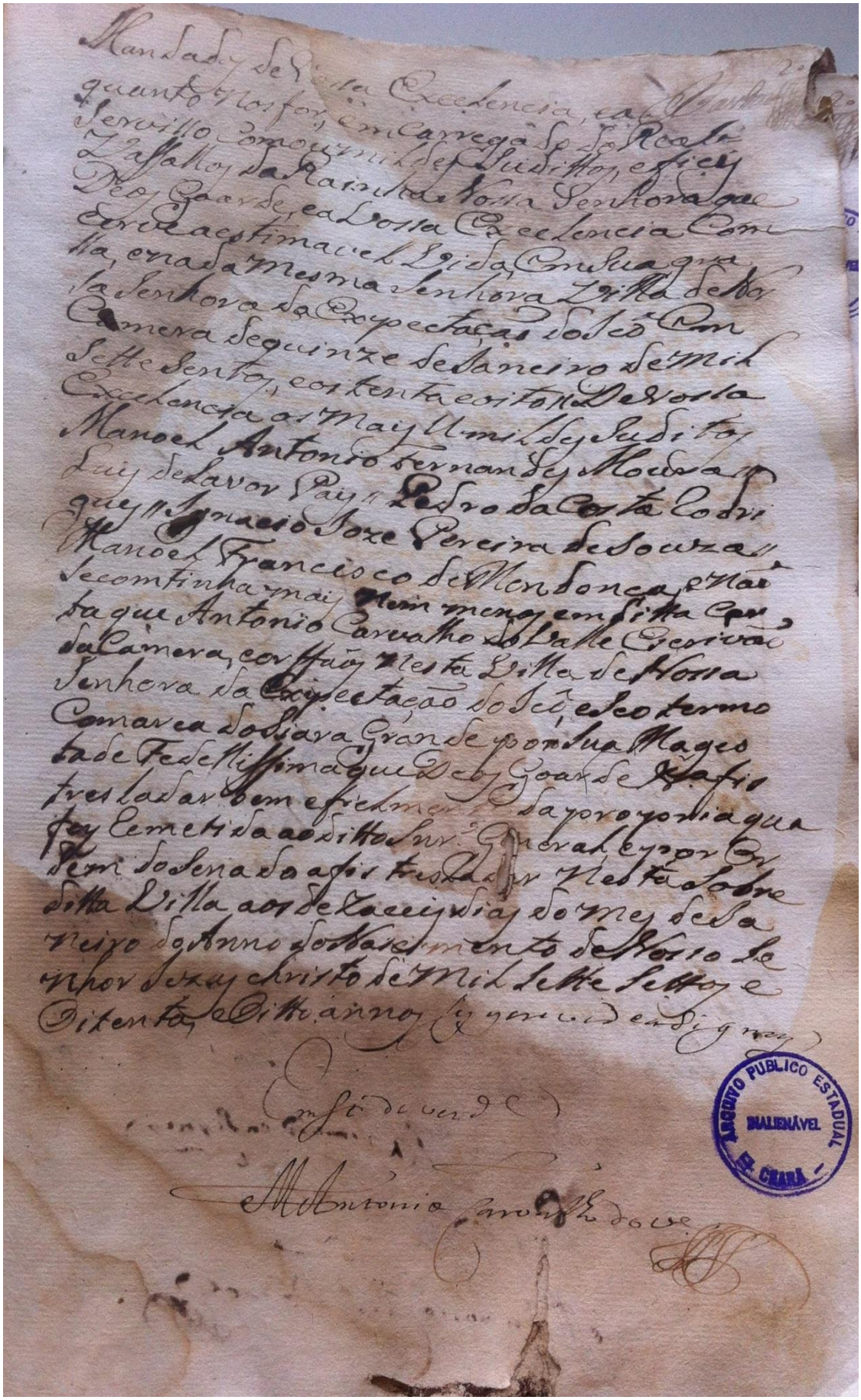
Registo de huã Carta do Il***ustrissi***mo Ex***elentissi***mo Sen***hor*** Gov***ernador*** eCapitaõ Gen***er***al de Pernambuco ao Il***ustrissi***mo S***enho***r Ten***ente*** Coronel eCapitão Mor Gov***ernador*** desta Capitania do CearaGrande datada de 29 de Mayo de 1784.

Tenho recebido Sinco Cartas deV***ossa*** M***erce*** emdatas de 20 de DezembRo doanno pasado, e de hum de Março – 16 – 23 e 27 de Abril doCorrente anno asquaes todas todas agora Respondo, menos a de 27 deAbril, cuja resposta faço em carta Separada.// Fui entregue do Saco das Cartas que VossaMerce me dirigio para a Secretaria do Estado, Logo no primeiro Navioque se offereceo, o fis remeter dentro da via desteGoverno//Aprovo oprocedimento quemandoupraticar naconformidade das Reaes Ordens com a Balandra Franceza dos Pescadores, que arribou na EnseadadaJ Jacaraguam, e a hospitalidades com que tratou aSua Tripulaçaõ, visto naõ ser [ilegível] oseufim mais que deitar em terra os Marinheiros Portuguezes que digo, Portu guezes naufragados em Cayena: previno porem aV***ossa***M***erce*** , que em Similhantes occazioens nunca deixe defazer executar em todo o rigor odesposto nas mesmas Reais Ordens, para desgostar quanto foi posivel os Estrangeiros das [ilegível] frequentes arribadas aos Nosos Portos e Costas, o que Sempre he huã especie decomunicaçaõ contrária às Reaes Intençoens, e que S***ua*** M***agestad***e procura evitar por meyodas referidas Ordens.// Fico Siente de ter Siente de ter falecido o Coronel da Cavallaria Auxiliar do Acaraiû, echegandoa [ilegível] que VossaMerce indica terfeito daquelle Porto darei aprovidencia que achar mais util do real Serviço// Vendo aparte que V***ossa***M***erce*** medá dafurtiva retirada quefez desse Porto Sem Pasaporte, ou Barco invocado. Nosa Senhora dos Prazeres, lomandei recolher na cadeia desta Praça, aondeficava retido até que venhaõ os corregedores dos effeitos transportados nodito Barco por si, ou por Seus Procuradores tomar-lhe contas doque acada hum pertence e nem, para o que V***ossa***M***erce*** [ilegível] fará competentes avizos e tomando Me alse Porto [ilegível] tão bem mandar prender por alguns dias para assim conhecer que ahi tem Superior que opodecastigar, e aquem deverespeitar [ilegível] e obediencia// Estimo Se ache restabele restabelecido das molestias q***ue***opadeceo, cujanoticiame foi muito sensível e não’ menos a doespirito de ingratidao’, eorgulho de Francisco Bento Maria , principalmente por este [ilegível] com o título de meu afilhado para se comportar tao indignamente, como V***ossa***M***erce*** meparticpa. Elle nunca foi meu afilhado, nem lhe havia modtar Carta minha derecomendacao’ mas ainda que eulhe tivera dado, nem por isso deixaria de usar da demonstraçao’ de

castigo contenda na outra Carta, quevossamece receberá com apre-
zente. Sendo infallivel que toda arecomendacao' Se entende,
em termos habeis, e Suppondo meritos, e não demeritos da parte
dos recomendados. Deos guarde a VossaMerce Recife 29 de Mayo de
1784// Jozé Cezar de Menezes// Senhor João Baptista de Aze
vedo Coutinho de Montaury// Ten***ente*** Coronel ecapitao' Mor Gover-
nador da Capitania do Ceará// Enao' secontinha mais na dita
Carta que bem,e fielmente aqui Registei Villa da Fortaleza de
Nosa Senhora da Asumpcao' do CearáGrande 22 de junho de 15 de 1784//.

REGISTRO DE CARTA 12

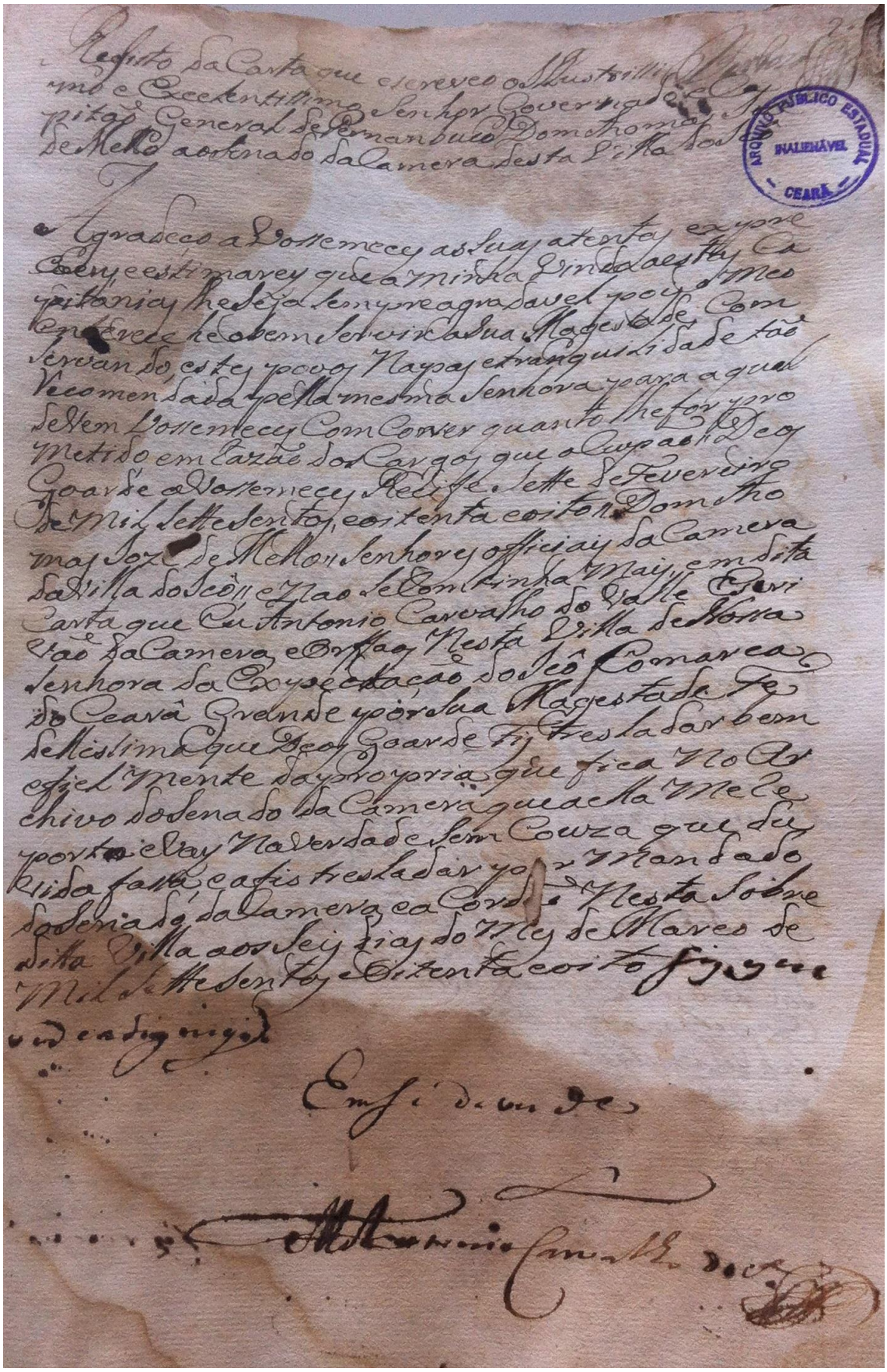



ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL
INALIENÁVEL
CEARÁ

Fl.200V/201R>

Resisto da Carta que escreveo oSenado
da Camera ao Governador e Capitao Ge
neral de Pernambuco Dom Thomas Joze
de Mello dando lhe as boas vindas da sua
gada digo o S***enho***r Thomas Jozé de Mello
Ilustrissimo Exelentissimo Senhor
Indezivel prazer quenos Sobre veyo com
a chegade de Vossa exelencia dessa pra
ça dePernambuco por nosso Governador
eCapitão General, nos moveo a fazelo
manifesta a vossaExcelencia para
que delle se detique e da encompa
ravel obediencia que juntamente va
mos apresentar, aos Estimaveis manda
mandados de VossaExcelencia, ea
quanto nos for, emcarregado do Real
Servisso como umilde suditos, e fieis
vassalos da Rainha Nossa Senhora que
Deos goarde, e a Vossa Excelencia com
cerve a estimavel vida, com sua grassa,
e na da mesma Senhora Villa de No
sa Senhora da Expectaçaõ do Icô em
Camera de quinze de Janeiro de mil
Settesento, eoitenta eoito // De Vossa
Excelencia os mais umildes Suditos
Manoel Antonio Fernandes Moura//
Luis de Lavor Pais// Pedro da Costa Rodri
gues// Ignacio Joze Pereira de Souza//
Manoel Francisco de mendonça, e não
se continha mais nem menos em ditta car
ta que Antonio Carvalho do Monte Escrivão
da Camara eorffaos nesta villa de Nossa
senhora da expectação do Icô, e Seo termo
Comarca do Seará Grande por Sua Mages
tade Fedellissima que Deos goarde o fis
tresladar bem e fielmente da propria que
foy remetida ao ditto Insº Genreal e por Or
dem do Senado fis tresladar nesta sobre
destta villa aos dezeceis dias do mes de já
neiro do Anno do nascimento de Nosso Se
nhor Jezus Kristo de Mil settesettose
oitenta eoito annos Ly easigney
Em fé de verdade

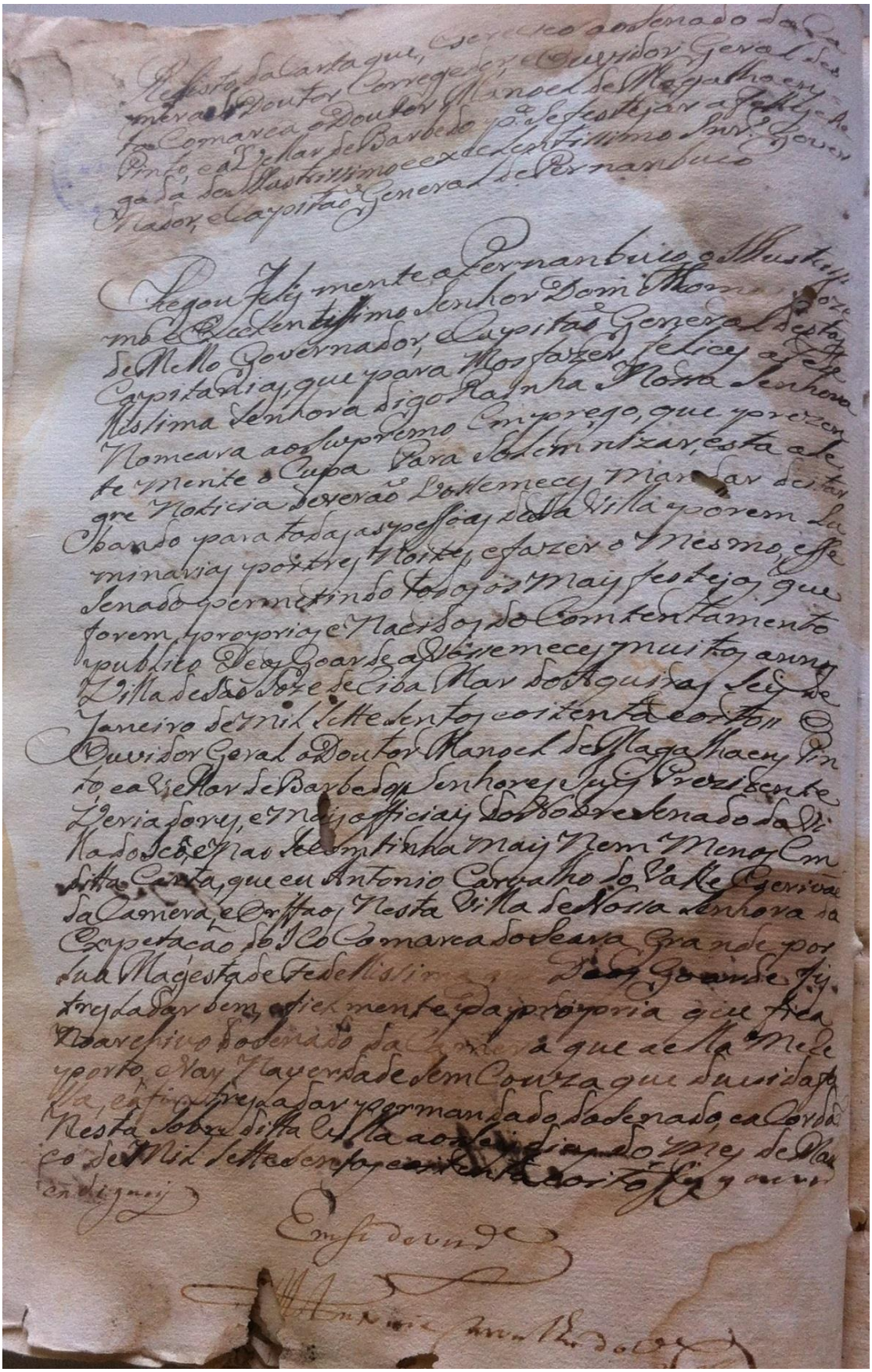
REGISTRO DE CARTA 13



<Fl.202R>

Registo da Carta que escreveo o Ilustrissi
mo e Excelentissimo Senhor Governador e Cap
pitao e General de Pernambuco Dom Thomas
de Mello aoSenado daCameradestaVilla do Icô
Agradeço a Vossemeces as suas atentas exposi
çoens, e estimarey que a minha vinda aestas Ca
pitanias lhe seja sempre agradável pois o meo
enterece he o bem servir a Sua Magestade Com
servando, estes povos Na pas etranquilidade tão
recomendada pella mesma Senhora para a qual
sevem vossemeces comcorrer quanto lhe for pro
metido em razão dosCargos que ocupão// Deos
Goarde avossemerces Recife Sette de Fevereiro
de Mil Sette Sentos, eoitenta eoito// Dom Tho
mas Ioze de Mello// Senhores officiais da Camera
da Villa do Icô // e nao se continha maisem dita
carta que eu Antonio Carvalho do Valle Escri
vão da Camera, e orffao. Nesta Villa de Nossa
Senhora da Expectação do Icô, Comarca
doCearâ Grande e por sua Magestade Fe
dellissima que Deos Goarde Fis tresladar bem
efielmente da propria que fica no Ar
chivo do Senado da Cameraque achar nele
por na verdade sem couza que du
vida fassa e afis tresladar por mandado
doSenado da Camera ca nesta Sobre
ditta villa aos seis dias do mês de Março de
mil sette sentos e oitenta e oito

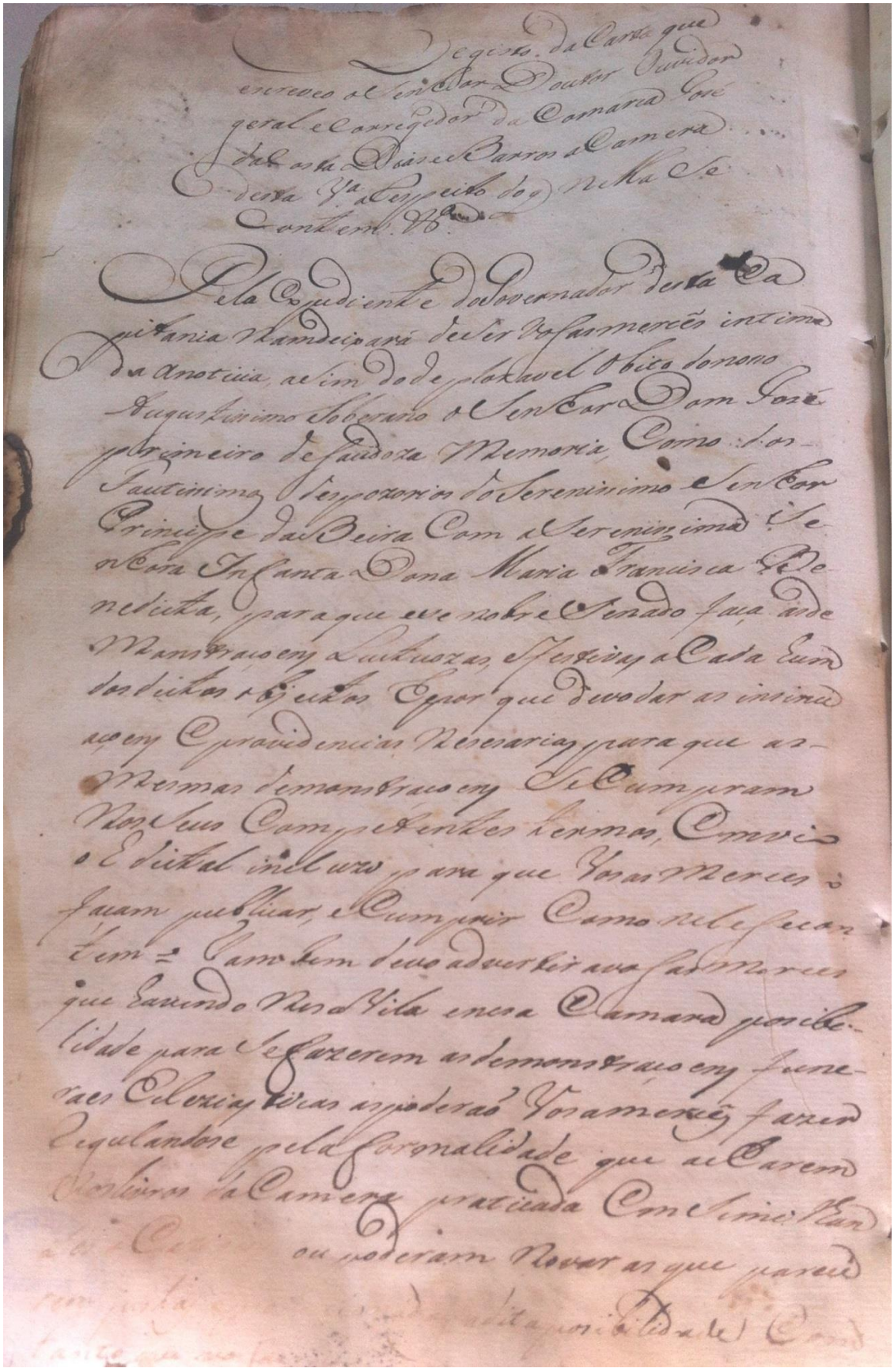
REGISTRO DE CARTA 14

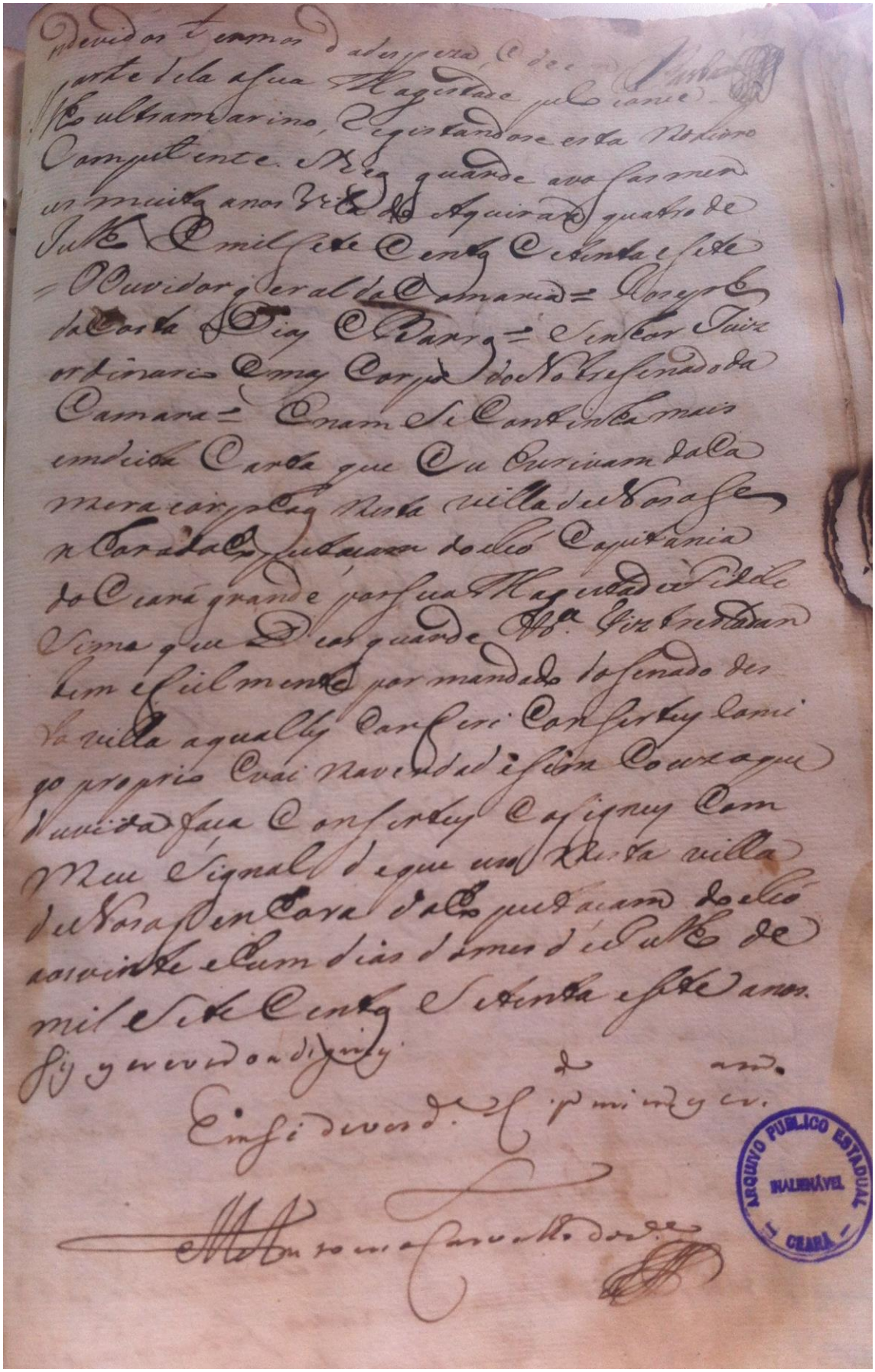


<Fl. 202V>

Registo da Carta que Escreveo aoSenado da Ca
mera oDoutor Corregedor eOuvidor Geral de
as Comarca o Doutor Manoel de Magalhaens
Pinto e aVellarde Barbedo p***ar***a festejar a felliz che
gada do Ilustrissimo e escelentissimo Imvº Gover
nador eCapitao eGeneral de Pernambuco
Chegou felizmente a Pernambuco o Ilustrissi
mo eExcelentissimo Senhor Dom Thomas Joze
de Mello Governador, e Capitao e General desta
Capitania que para Mos fazer felicees a Fede
llisima Senhora digo Rainha Nossa Senhora
nomeava ao Supremo emprego que prezem
temente ocupa Para Sedeterminar esta ale
gre noticia deveraõ vossemeces mandar deitar
bando para todas as pessoas desta villa porem Lu
minarias por tres noites e fazer o mesmo, esse
Senado permitindo todos os mais festejos que forem
proprios e nacidos do Contentamento
publico Deos goarde a vossemeces muitos annos
Villa de São Jose de Ribamar do Aquiraz Seis de
Janeiro de mil settecentos e oitenta e oito
Ouvidor Geral Doutor Manoel de Magalhaens Pin
to eaVellar de Barbedo//Senhor Juiz Prezidente
Deviadores e mais officiais do Nobre Senado da Vi
lla do Icô e não se continha mais nem menos em
ditta carta, que eu Antonio Carvalho do Valle Escrivaõ
da Camara e Orffao, nesta villa de Nossa Senhora da
Expectaçao do Ico Comarca do Ceara Grande por
sua Magestade Fedelissima Deos goarde fis
tresladar bem e fielmente da propria que fica
no archivo do Senado da Camera que a ella meRe
porto naverdade sem couza que duvida faça
e a fis tresladar por mandado do Senado e acordaõ
nesta sobreditta carta aos dois dias do mês de Mar
ço de mil Settecentos e oitenta e oito
Em fe de verdade

REGISTRO DE CARTA 15





ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL
INALIENÁVEL
CEARÁ

<Fl.133V/134R>

Registro da carta que

Escrevo o Senhor Doutor Ouvidor
geral ecarregador da Camara José
da CostaDias eBarros da Camera
Desta v***ill***a a Respeito doq nella se
contem
Pelo Expediente do Governador desta Ca
Pitania mandei para dever vosamercês intimo
da anoticia asim do deplorável óbito do nosso
Augustissimo Soberano Senhor Dom José
primeiro de saudosa memoria, como das
Fautissimas despozarias do sereníssimo senhor
Principe da Beira Com a sereníssimo Se
Nhora Infanta Dona Maria Franciscca Be
nedicta, para que esse nobre senado faça asde
monstraçoens Lustrozas e festivas acada hum
dos dictos Epor que devo dar insinu
açoens. E providencias necesarias para que as-
mesmas demonstraçoens se cumpram
nos seus competentes termos termos, Emvio
o Edital incluzo para que vosas merces o
façam publicar, e cumprir como nele se com
tem = Também devo advertir avosasmerces
que havendo nesa vila e nesa Camara posibi –
lidade para sefazerem as demonstraçoens fune –
raes Ecleziais as poderão vosamercê fazer
Regulandose pela formalidade que acharem
[ilegível] da Camera praticada em similhan
tes ocazioens ou poderam no ver as que parece
rem justas [ilegível] a dita possibilidade com
tanto que vosasmerces nam exedam os devidos
devidos termos da despeza e se com
porte dela a sua magestade pelo conce –
lho ultramarino, Registrandose esta noticia no livro
competente = Deos guarde avosasmer
ces muitos anos Vila de Aquiraz quatro
de Julho deEmil setecentos e setenta e sete =
O Ouvidor geral da Comarca = José de
De Costa Dias Barros = Senhor Juiz
ordinario e mais corpo do Nosso Senado da
Camara = Enam Se continha mais
Em dicta carta que eu escrivam da Ca

Mera [ilegível] nesta villa de Nosa Se
Nhora da Expectaçam do Icó Capitania
Do Ceará grande por sua Magestade Fideli
sima que Deos guarde fiz tresladar
e fielmente por mandado do senado des
ta villa aqually conferi e asigney comi
go próprio evai na verdade sem eouve aqui
duvida faça confery easigney com
meu signal de que uso nesta villa
de Nosa Senhora da expectaçam do Icó
dos vinte e hum dias do mes de Julho de
milsetecentose sententa e sete anos.

3.4 Da descrição codicológica e paleográfica

O trabalho com documentos antigos necessita de aparato para sua realização. A Filologia entrelaça-se com ciências auxiliares a fim de garantir uma investigação profunda e detalhada do material em análise. Sendo assim, Codicologia, que "consiste basicamente no estudo da técnica do livro manuscrito" (CAMBRAIA, 2005, p.26), e Paleografia, "etimologicamente é a ciência que estuda a escrita antiga" (ACIOLI, 1994, p.5), têm papel importantíssimo no trato com material tão fragilizado como são os livros tratados aqui. Para a investigação codicológica, utilizamos um guia sugerido por Cambraia (2005), que consta na seção 2.1 Filologia e Ciências auxiliares p.23, e adaptado por nós, como vemos abaixo:

Quadro 5: Guia codicológico adaptado pelo autor

Guia Básico de Descrição Codicológica
1. Cota: Cidade em que se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte; número de identificação. **2. Datação e lugar de origem:** explícito. **3. Suporte material:** papiro, pergaminho ou papel. **4 Composição:** número de fólios, formato e dimensão dos fólios (altura x largura em milímetros). **5. Organização da página:** dimensão da mancha, número de linhas, assinaturas. **6. Encadernação:** tipo (original ou não original); dimensão; material; cor da cobertura; texto na capa.

É importante ressaltar que a decisão por fazer uma descrição codicológica se dá pelo fato de compreendermos que ela nos dará melhores condições para investigar o tipo de material que escolhemos para pesquisar. Estamos inseridos em dois contextos de pesquisa: o filológico e o linguístico, e, por se tratar de um corpus com características bem especificas, no que diz respeito ao seu período de produção, à idade do material, ao tipo de registro, optamos por utilizar o arcabouço teórico que essa ciência nos proporciona. Sendo assim, o suporte analisado nesta pesquisa é o códice, que é um "livro manuscrito" antigo (CAMBRAIA, 2005, p.26) e que é visto como "antepassado

do livro impresso". (SPINA, 1977, p.23). Os códices são compostos por fólios, ou seja, as folhas utilizadas para a escrita. A escrita já foi registrada em diversos materiais resultando em variada matéria *scriptoria*, como no caso do papiro, pergaminho e papel. Esse último serve de matéria-prima para o códice. Adotaremos, portanto, a nomenclatura utilizada no campo da Codicologia, que entende o livro e as folhas como códice e fólios, respectivamente.

Para a investigação paleográfica, a partir dos comentários sobre a escrita de Acioli (1994) e Higounet (2003), investigaremos e descreveremos aspectos físicos e linguísticos. Em relação aos aspectos físicos discorreremos sobre o tipo e o tamanho da letra, a cor das tintas utilizadas e a dificuldade de leitura causada pelas condições do material. Em relação aos aspectos linguísticos, destacaremos os tipos de abreviatura, os grafemas do alfabeto português e a juntura entre as palavras.

3.5 Da análise do gênero textual

Nesta pesquisa, interessa a análise do gênero, considerando sua organização retórica e seus propósitos comunicativos. Por isso, os conceitos propostos por Swales (1990; 2009) são importantes, assim como adaptações do modelo CARS para a análise de gênero, conforme sugerem seus seguidores.

Swales se insere dentro de uma perspectiva da Análise de Gêneros Para Fins Específicos e o seu trabalho inicial deu conta do estabelecimento de um modelo retórico esquemático de artigos acadêmicos. Segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), sua abordagem favorece o reconhecimento e a produção de gêneros textuais a partir dos subsídios que sua teoria oferece. O modelo esquemático de Swales (1990) demonstra as regularidades da introdução de artigos acadêmicos e é estabelecido através do CARS (C*reate a Research Space*) como consta na seção 2.4 Teoria de gênero de John Swales p.44.

Diversos pesquisadores se apoiam em Swales (1990) para estabelecer seu próprio modelo de análise de gênero, que em alguns casos não pertencem ao contexto das produções acadêmicas, como é o caso de Bernardino (2000), que trabalhou com depoimentos de alcoólicos anônimos, e de Gomes (2002) que realizou análise de cartas pessoais. Apesar de terem se desenvolvido trabalhos em contextos diferentes, eles se sobressaem nas pesquisas científicas. Sendo assim,

esse trabalho com cartas pessoais nos deu um referencial para a nossa versão de um modelo retórico para os registros de cartas administrativas do século XVIII. Gomes (2002), em pesquisa sobre aquisição do gênero carta pessoal por crianças, estabeleceu um modelo a partir de suas análises, que apresentamos a seguir:

Quadro 6 : Modelo retórico do gênero carta pessoal

Modelo retórico do gênero carta pessoal

Função 1 – **Estabelecer contato**
- subfunção 1 – situar o tempo e o espaço da produção
- subfunção 2 – definir o interlocutor
- subfunção 3 – assegurar o contato

Função 2 – **Realizar propósito**
- subfunção 1 – emitir opinião (listar objetos e ações) e/ou
- subfunção 2 – apresentar sugestão

Função 3 – **Finalizar contato**
- subfunção 1 - despedir-se
- subfunção 2 – identificar-se

(Fonte: Gomes, 2002)

Nos quadros (4) e (5), verificamos uma diferenciação na categorização das unidades de informação. Em Swales (1990), há os termos "moves" e "steps", já Gomes (2000) optou por adotar a nomenclatura "função" e "subfunção". Em nosso trabalho, apoiados em Biasi-Rodrigues (1998) e em Bernardino (2000), adotamos como categorias a "unidade retórica de informação" para as unidades que correspondem a uma informação mais ampla e a "subunidade" que possui uma informação mais específica tanto retórica como comunicativa. Para o estabelecimento dessas unidades, analisamos a recorrência observando se houve alta ou baixa frequência de cada unidade retórica. O resultado da frequência encontrada está nos quadros constantes na análise de dados.

Como mencionado em Gomes (2002, p.24), a descrição de um modelo sociorretórico é possível porque verificamos os elementos recorrentes no desenvolvimento do gênero. Esses elementos são compreendidos como função retórica em que há estratégias de seleção e distribuição do conteúdo, além de escolhas de recursos linguísticos em diferentes níveis que servem para a organização das

informações no texto de acordo com cada gênero e que respondem aos propósitos comunicativos das comunidades discursivas.

Dessa forma, após a transcrição dos registros de cartas, uma leitura atenciosa foi feita para identificar a recorrência na organização textual a fim de perceber os movimentos que o texto faz acerca do conteúdo e de sua disposição. Nesse momento, notamos certa irregularidade nos exemplares que havíamos selecionado, mas, mesmo assim, nós as mantivemos para verificar se havia alguma recorrência na irregularidade. Um outro caminho possível para essa investigação seria a análise diplomática, ciência que também é auxiliar da Filologia e que estuda os textos a fim de estabelecer protocolos em sua organização textual. Segundo Belloto (2002), há vários tipos de cartas com estrutura e propósito diferentes, assim elas podem sofrer variações; apesar disso, supomos haver uma "espinha dorsal" nesse tipo de documento e decidimos tomar a abordagem da análise de gênero para a nossa investigação.

Para isso, estabelecemos alguns critérios para a utilização do registro das cartas administrativas transcritos que dizem respeito à verificação do propósito comunicativo, da estrutura do texto e das pistas lexicais, que, no caso desses registros, trata-se de expressões padronizadas. Nesse ponto, utilizaremos o procedimento de análise textual proposto por Askehave e Swales (2001) que parte do contexto para o gênero.

É oportuno destacar a importância que o contexto tem sobre a análise de gênero de acordo com a perspectiva swalesiana. Sendo considerados "como eventos sociais e comunicativos" (ASKEHAVE; SWALES, 2001, p.21), os gêneros estão inseridos num determinado contexto e se moldam e se transforma de acordo com o conteúdo, com os participantes, com os objetivos. Em se tratando de documentos antigos, a discussão dos aspectos sociais, culturais, históricos é fundamental, pois, além de contribuir para a pesquisa linguística, contribui para a história e memória de um povo. Assim, o procedimento sistemático de análise contextual nos ajuda a visualizar um panorama abrangente e importante sobre o gênero analisado. A seguir, nós temos o procedimento sistemático de análise contextual de Askehave; Swales (2001):

Quadro 7 – Procedimento sistemático de análise contextual

1. Identificação da comunidade comunicativa (discursiva)

↓
2.Valores, objetivos, condições materiais da comunidade discursiva
↓
3.Ritmos de trabalho, horizontes de expectativa
↓
4.Repropóstio do gênero
↓
5. Características do gênero A, B, C, D

(ASKEHAVE; SWALES, 2001).

Aliados a essa percepção, para a investigação e o estabelecimento da comunidade discursiva e de seus propósitos, utilizamos os critérios propostos por Swales (1990), em que ele nos apresenta seis aspectos para análise:

1) objetivos públicos comuns amplamente aceitos;

2) mecanismos de intercomunicação;

3) mecanismos de participação, principalmente para prover informação e *feedback;*

4) um ou mais gêneros para realização comunicativa de seus objetivos;

5) léxico específico;

6) admissão de membros com um grau adequado de conhecimento relevante e perícia discursiva.

Baseados nas concepções de Swales (1990; 2009) e na adaptação de Gomes (2002), traçamos um modelo de análise dos registros de cartas administrativas, buscando encontrar uma caracterização sociorretórica desse gênero. De Swales (1990; 2009) nos apoiamos na teoria de base, que é o estabelecimento de um modelo sociorretórico. De Gomes (2002), utilizamos seu modelo sociorretórico de cartas pessoais como referencial para a definição do nosso. Essa decisão foi tomada, pois, dentre os registros transcritos, notamos um padrão recorrente e bem parecido com o estabelecido no estudo das cartas pessoais. Sendo assim, levando em consideração o contexto de produção e realizando alguns ajustes, foi possível estabelecer um referencial para descrição e para análise.

Ressaltamos, mais uma vez, a relevância do processo de produção dos registros de cartas, pois interfere diretamente na sua organização interna. Os textos com os quais trabalhamos pertencem ao Ceará do período colonial, ou seja, do século XVIII

e estão inseridos na esfera da administração pública. Algumas particularidades do gênero estão diretamente ligadas a sua função de documento. Como não temos mais acesso aos textos originais, os textos registrados nos livros dos órgãos públicos da época são tidos como os documentos originais. A forma particular das cartas ou de qualquer outro gênero registrado nos livros da administração pública da capitania é característica dos documentos coloniais. Sendo assim, lidamos com registros de cartas administrativas e sabemos da possibilidade de empreendermos uma grande discussão sobre essa questão; no entanto, para esta pesquisa, que tem um viés filológico relevante, consideraremos todo o registro como carta administrativa como se apresenta nos livros da secretaria do governo do Ceará, uma vez que a carta original se perdeu e o que restou foi o registro feito pelo secretário do governo. Abaixo, considerando as particularidades desse gênero documental, apoiados em análise prévia e no modelo de Gomes (2002), intentamos descrever o modelo sociorretórico, partindo da análise das seguintes unidades de informação:

Quadro 8 – Modelo prévio para análise do registro das cartas administrativas

Unidade retórica 1 – Abrir registro
Unidade retórica 2 – Realizar propósito
Unidade retórica 3 – Finalizar contato

No tópico de análise, introduziremos os registros das cartas a partir de um resumo do seu conteúdo; em seguida, analisaremos quanto às informações contidas em cada unidade retórica (UR). Dessa forma, poderemos visualizar as informações existentes e, em seguida, as mais recorrentes. Nomearemos as informações e, ao lado, colocaremos a parte do texto referente à citada informação. Os fragmentos do texto utilizados como exemplificação serão transcritos pelo tipo modernizado de edição, que tem como característica a atualização da ortografia e da organização sintática dos textos antigos, facilitando, assim, a compreensão dos textos. Para cada registro de carta, demonstraremos um modelo sociorretório provisório em que indicaremos, a partir das informações apreendidas, as subunidades (SUB.) existentes, numerando conforme aparecem.

Após descrição das informações contidas nas unidades retóricas e do estabelecimento provisório de um modelo sociorretórico para cada registro de carta, investigaremos a recorrência e a frequência das informações destacadas. Para nossa pesquisa, a relevância da recorrência estará interligada aos princípios da comunidade discursiva e ao mínimo de 50% de frequência, conforme aponta Bernardino (2000) na descrição do gênero depoimento. Assim, no quadro 9 na análise de dados, demonstramos quatro informações encontradas UR1, mas apenas duas se mostraram recorrentes e relevantes, portanto constarão no modelo final estabelecido para os registros das cartas.

Num quadro, estarão dispostas informações sobre a unidade informacional, sobre a recorrência/frequência e sobre os registros de cartas onde encontramos tais unidades. De posse dessas informações, após avaliação e comentários, teremos condições de ver as informações com maior recorrência e, com isso, estabeleceremos um modelo sociorretórico dos registros de cartas administrativas deste *corpus*.

Finalmente, montaremos um quadro com a organização retórica dos registros das cartas em análise. A numeração das subunidades será feita em ordem decrescente de frequência. Demonstramos no Registro da carta 01, a utilização dos códigos correspondentes a cada unidade retórica e possíveis subunidades para a caracterização de um modelo sociorretórico.

- **Registro de carta 01:**

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta escrita

Indicação do destinatário - ao Diretor da Vila de Soure

UR2: Realizar propósito

Justificativa/emissão de opinião - Nesta ocasião será vossamercê entregue das ordens circulares que julguei conveniente passar aos Diretores das vilas desta Capitania (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - pela ordem e faculdade que para isso tenho do Senhor Conde General da qual vossamercê tem notícia posto que o mesmo Senhor lhe escreveu e que será contente, digo conveniente, registrar no livro da Câmara a que pertencer.

Justificativa/emissão de opinião E porque um dos maiores cuidados que vossamercê deve ter é na escola, porque dela dependem os aumentos da maioridade (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) faça vossamercê toda a diligência para que os meninos não faltem a ela (...).

Justificativa/emissão de opinião - Eu gostei muito de ver o aproveitamento dessa vila, mas como sei pela experiência que tenho dos Índios, são os pais os que mais os pervertem (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - Vossamercê os atemorize, se não mandarem os filhos a escola, prendendo na golilia, por alguns dias (...) tenham também vossamercês o trabalho de mandar três ou quatro resmas de papel repartindo prorata pelos pais dos meninos a importância das ditas resmas e entregue ao Mestre para que distribua com igualdade

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde vossamercês muitos anos

Tempo e espaço da produção - Vila de Nossa Senhora da Assunção e São José do Ribamar da Fortaleza a 23 de maio de 1765

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Autenticação - E não se continha mais em dita carta que bem e fielmente a fiz tresladar da própria

Destinatário e/ou local - Senhor Alferes José Pereyra da Costa Diretor da Vila nova real de Soure

Assinatura escrivão - Felis Manoel de Matos

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

SUB. 1.1: classificar gênero

SUB.1.2: definir destinatário e/ou local

UR 2: Realizar propósito

SUB. 2.1: justificar/emitir opinião

SUB. 2.2: anunciar medidas administrativas

SUB. 2.1: justificar/emitir opinião

SUB. 2.2: anunciar medidas administrativas

SUB. 2.1: justificar/emitir opinião

SUB. 2.2: anunciar medidas administrativas

UR3: Finalizar contato

SUB. 3.1: despedir-se

SUB. 3.2: situar o tempo e o espaço da produção

SUB. 3.3: definir remetente e/ou local

SUB. 3.4: definir destinatário e/ou local

SUB. 3.5: autenticar documento

SUB. 3.6: assinar documento

No capítulo seguinte, procederemos à análise do registro das cartas administrativas de nosso *corpus*.

4 ANÁLISE DOS REGISTROS DAS CARTAS ADMINISTRATIVAS : ESTUDO FILOLÓGICO E SOICORRETÓRICO

Nossa dissertação está embasada em duas categorias de análise: a filológica e a linguística. Os conceitos de Filologia nos nortearam quanto à edição do manuscrito, à apreciação do contexto histórico e à análise do suporte. Já os conceitos da Linguística, mais especificamente os da Linguística Aplicada sobre a análise de gênero, fundamentaram nossa intenção de discutir sobre a comunidade discursiva e estabelecer um modelo sociorretórico das cartas administrativas.

Nesta seção, focamos na análise do suporte e do gênero. Para a análise do suporte, utilizamos os conceitos da Codicologia, ciência auxiliar da Filologia, a fim de trazer à tona características de um suporte tão específico como os que abrigam os registros das cartas administrativas com as quais trabalhamos. Para a análise de gênero, recorremos aos critérios propostos por Swales (1990) que caracterizam uma comunidade discursiva e seus propósitos, assim como a descrição do modelo sociorretórico encontrado em nossas análises.

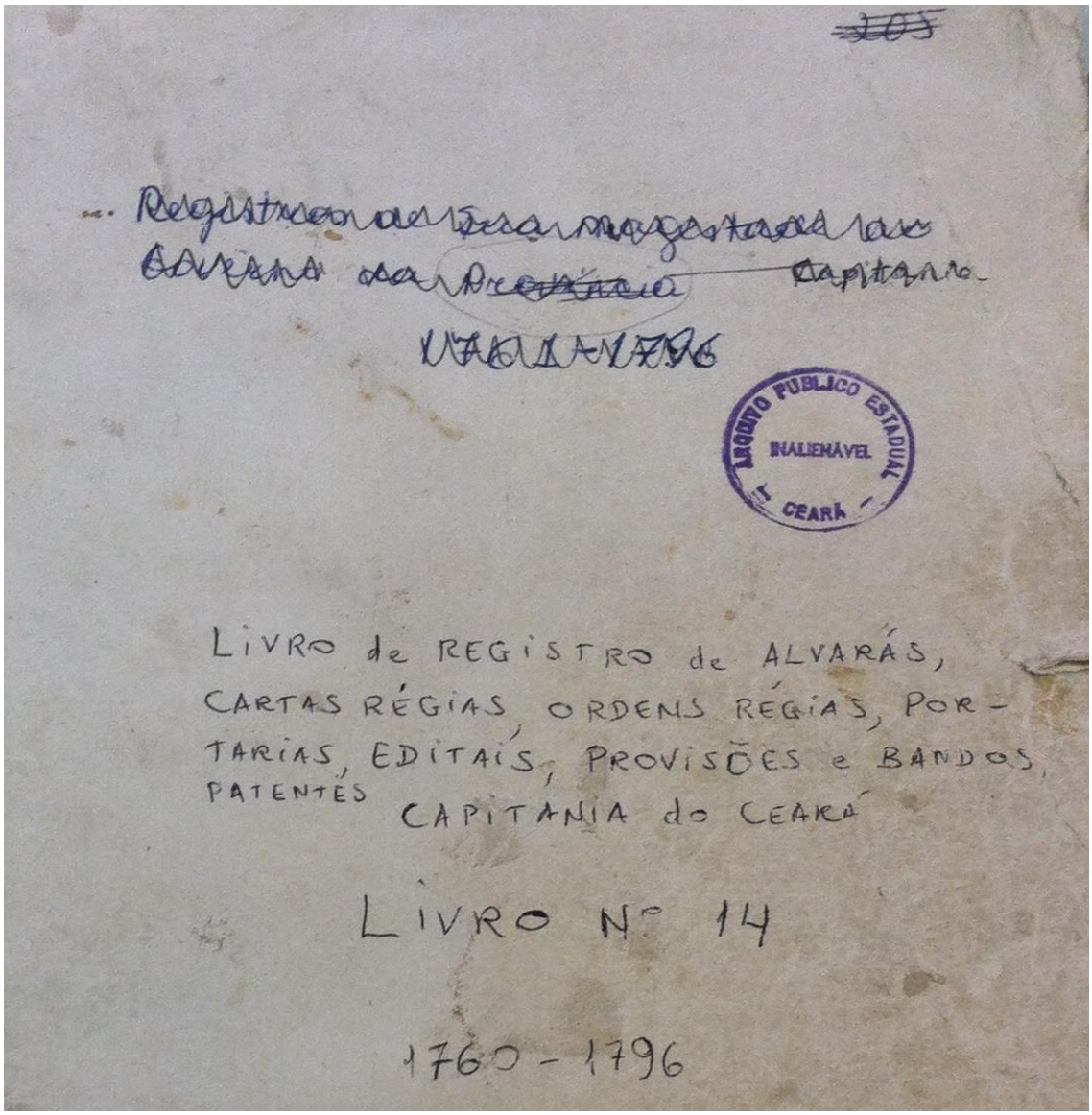
4.1 Análise filológica: descrevendo o suporte do registro das cartas administrativas

Foram editados registros de cartas de dois códices e cada um deles tem características muito diferentes. Ambos encontram-se no APEC, na cidade de Fortaleza-CE, arquivados na caixa 27 do Fundo Governo da Capitania cuja data crônica é de 1760 a 1796. Além dos livros 85 (antigo 14) e 86, nessa caixa há alguns documentos avulsos guardados e protegidos numa pasta de papelão verde.

O códice 85 é bastante volumoso, pois foram compilados diversos gêneros num só suporte. Nesse códice, encontramos gêneros textuais que ainda permanecem na sociedade atual, circulando nas esferas jurídicas e administrativas. Há outros que existiram no passado e que não fazem mais parte do conjunto de gêneros utilizados nas práticas sociais modernas. Dos gêneros mais atuais, encontramos cartas, alvarás, leis, portarias, editais, autos, petições, patentes, nomeações, requerimentos. E dos gêneros que não circulam mais, encontramos bandos, provisões, numbramentos e proposta. Esses diversos gêneros textuais administrativos foram produzidos em diversas vilas da capitania do Ceará.

Em relação à capa, percebemos que não é a original. Foram acrescentadas folhas de um papel mais resistente e de cor clara e opaca para fazer-se de capa; sua dimensão é de 300 mm por 175 mm. As folhas foram coladas a um pedaço de couro para unir a capa ao seu material; seu interior é unido por uma costura e sua espessura é de 055 mm. Inscrições manuscritas foram feitas na capa improvisada a fim de identificar o material; além da identificação do tipo de documento compilado, verificamos o carimbo do APEC como consta na imagem a seguir:

Figura 1: Intervenção de terceiros na capa do códice 85.



(Fonte: autora)

Constam no códice 85, 254 fólios, enumerados a partir do fólio número 5r (rosto) até o de 259 v (verso). Provavelmente, os primeiros foram perdidos, pois não há

termo de abertura. No final desse códice, há muitos fólios em branco e falta o termo de fechamento. Cada fólio mede 300 mm por 195 mm.

A parte escrita desses fólios, chamada de mancha de texto, toma a maior parte dele, utilizando de 23 a 34 linhas escritas, que ocupa um espaço de mais de 200 mm por 150 mm. Foram identificados 44 registros de cartas manuscritas em Língua Portuguesa nesse códice e, entre eles, há alguns com mais de um terço da página manchada; outros rasurados, algunss com partes do papel com furos que têm uma medida de 015 mm por 015 mm. Há ainda os que estão rasgados de uma ponta a outra como se tivessem sido corroídos por alguma traça, ou algum inseto. Também constam danificações ocasionadas pela corrosão da tinta no papel. A imagem a seguir demonstra o que estamos afirmando.

Figura 2: Furos com medida de 015 mm por 015 mm

Figura 3: Corrosão do papel (Fonte: autora)

O códice 86 apresenta características bem distintas do descrito anteriormente. Ele está bem conservado, com uma capa dura, medindo 350 mm X 240 mm, que provavelmente é original e com espessura de 025 mm. Suas folhas estão bem costuradas e ligadas ao lombo que tem originalmente um tecido vermelho e, logo em cima, um papel colado com inscrições apagadas. Na capa e na contracapa, há um papel do tipo madeira que deve ter sido colocado em algum processo de restauração do livro. Outras intervenções aparecem através do carimbo do arquivo e de alguns rabiscos a lápis nas páginas internas do livro. Abaixo apresentamos imagem do códice 86:

Figura 4: Frente da capa do códice 86

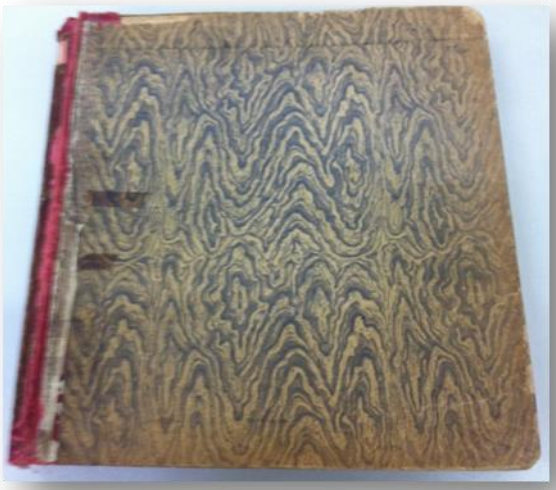
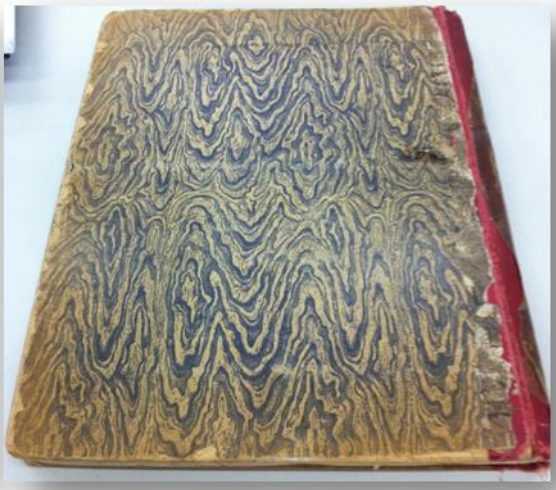


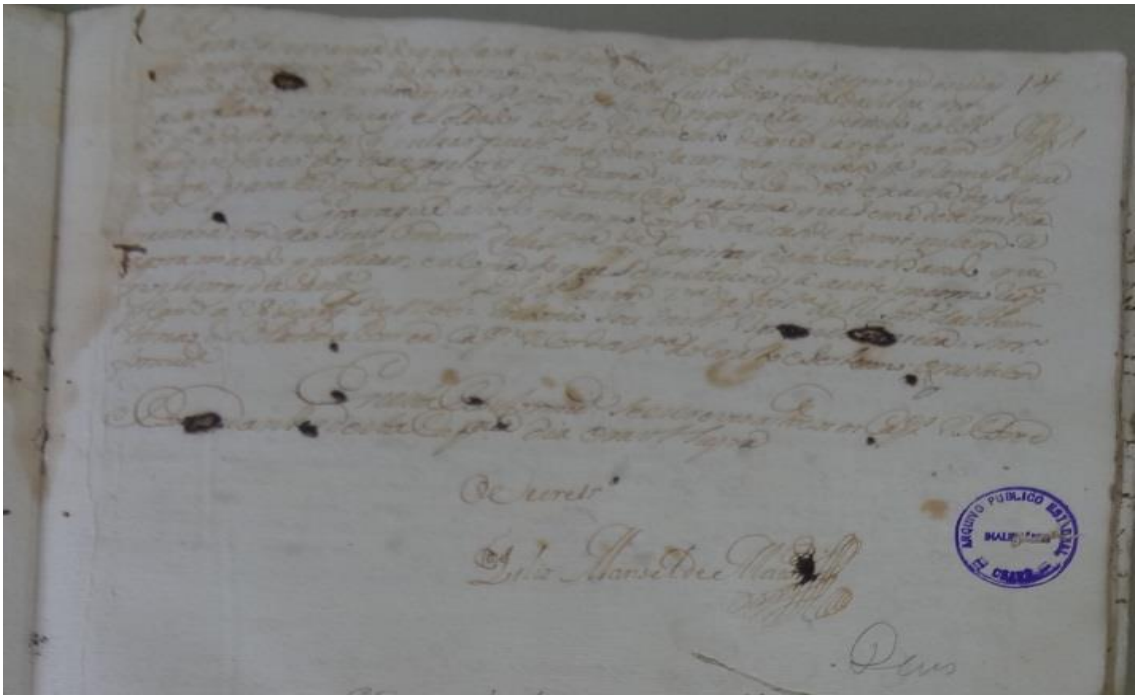
Figura 5: Verso do códice 86



(Fonte: autora)

Quanto aos fólios, verificamos que estão em bom estado de conservação. São 100 fólios enumerados e rubricados pelo escrivão no canto superior direito da folha; há termo de abertura e de encerramento, assim como é feito em todos os livros enviados da corte portuguesa para a colônia. Nesse códice, encontramos poucas danificações. Na figura abaixo, podemos verificar furos causados pela oxidação da tinta no papel, a marca do carimbo do APEC e uma inscrição a lápis em que lemos a palavra "Deus".

Figura 6 – Oxidação pela tinta e carimbo do Apec



(Fonte: autora)

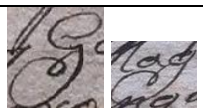
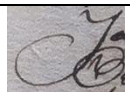
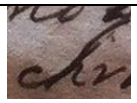
Os gêneros textuais registrados nesse livro, também em Língua Portuguesa, são bandos, termos, portarias, editais, nomeações, regulamentos e, objeto de nossa pesquisa, os registros de cartas. Encontramos um total de 9 cartas, as quais 2 são denominadas de cartas circulares e 7 denominadas de apenas cartas. Sendo assim, na junção dos dois códices, temos 53 registros de cartas em variado grau de conservação e de legibilidade. Escolhemos 15 exemplares que estavam em boa condição para leitura; além disso, selecionamos os que tinham aparentemente uma estrutura formal parecida: uma introdução, um texto não muito longo e uma despedida.

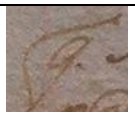
A análise codicológica nos permite um conhecimento mais aprofundado do material analisado, trazendo à tona considerações importantes acerca da produção e da composição do suporte. Aliados à Paleografia, verificamos uma investigação global do documento antigo, pois, além da investigação do códice e de seu aspecto material, desenvolve-se uma espécie de perícia da escrita. É a Paleografia que nos dá referência para estudar a escrita antiga. (ACIOLI, 1994).

Sendo assim, traçamos agora uma breve descrição paleográfica dos documentos em questão, a fim de mostrar as possibilidades, segundo Mendes (1953, p. 11), da "arte de ler documentos antigos". Destacamos aspectos como o tipo de letra, seu tamanho, formato e cor. Verificamos as ocorrências de abreviaturas, assim como a juntura das palavras, o espaço em branco e a translineação. Inicialmente destacamos o alfabeto da Língua Portuguesa:

Tabela 2 – Grafemas da Língua Portuguesa

	A – a
	B – b
	C – c

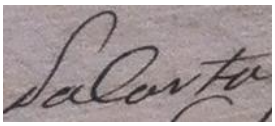
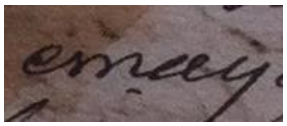
	D – d
	E – e
	F – f
	G – g
	H – h
	I – i
	J
	K
	L – l
	M – m
	N – n
	0 – o

	P – p
	q
	R – r
	S – s
	T – t
	u
	V – v
----	W – w
	x
---	Y – y
	z

A ocorrência das letras são as mesmas utilizadas no alfabeto atual, mas apresentam algumas variações em relação ao seu traçado. Não foram encontradas palavras com as letras “w” nem “y”; também não identificamos as maiúsculas das letras

"v" e "u". Da mesma forma que Josino (2014) observou em seus autos de arrematação, a escrita das cartas é humanistíca, pois pertence ao século XVIII, e apresenta-se de modo cursivo. O traçado nem sempre é regular, já que há cartas de diferentes escribas. Notamos que em algumas, a prática da escrita não é tão cuidadosa, demonstrando certa inabilidade através da disposição da escrita no papel. Podemos notar uma maior elaboração no traçado das letras maiúsculas, como podemos ver na letra R, T, M. A letra K apareceu apenas em uma carta editada, no início da palavra *Kristo*. Em relação à dimensão dos grafemas, verificamos que eles estão entre 8 e 12 mm para as maiúsculas e entre 2 e 4 mm para as minúsculas. Às vezes, esses grafemas são corridos, ligados uns aos outros, muitas vezes não há espaço entre as palavras, provocando junturas. Em relação ao tamanho dos grafemas, não há obstáculos para a leitura do material. No entanto, quando observamos as diferentes tonalidades de tintas destacadas no alfabeto acima ou junturas ao longo do texto, podemos ter aí um ponto de dificuldade para a leitura desses manuscritos. Abaixo apresentamos exemplos de junturas:

Figura 7 e 8 – Amostra de palavras com junturas

	daCarta
	emais

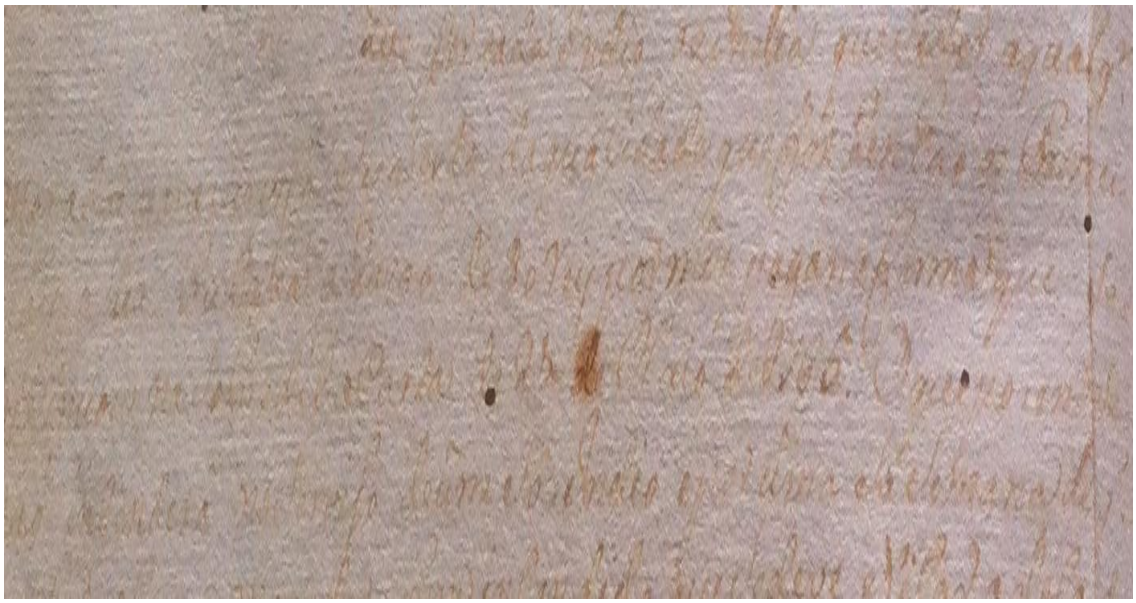
(Fonte: autora)

Observamos, em relação à tinta utilizada, uma diferença na cor, na quantidade e na intensidade dela no papel. Há tintas mais escuras, voltadas para a tonalidade do preto, e há outras mais claras, num tom mais amarronzado. Observamos que em algumas cartas, foi utilizada muita tinta no intrumento de escrita, provavelmnte uma pena de ave. Isso acabou manchando o papel e dificultando a grafia mais harmoniosa das letras. Em outras cartas, a dificuldade está pelo exato oposto, pouca tinta e escrita muito apagada no papel. No códice 86, a tinta é bem mais fraca; já no códice 85, a tinta é bem mais escura. Dessas duas, predominam nos registros de cartas a

tonalidade preta na escrita dos textos. Abaixo apresentamos duas tonalidades que aparecem em nosso *corpus*:

Registro da carta 08:

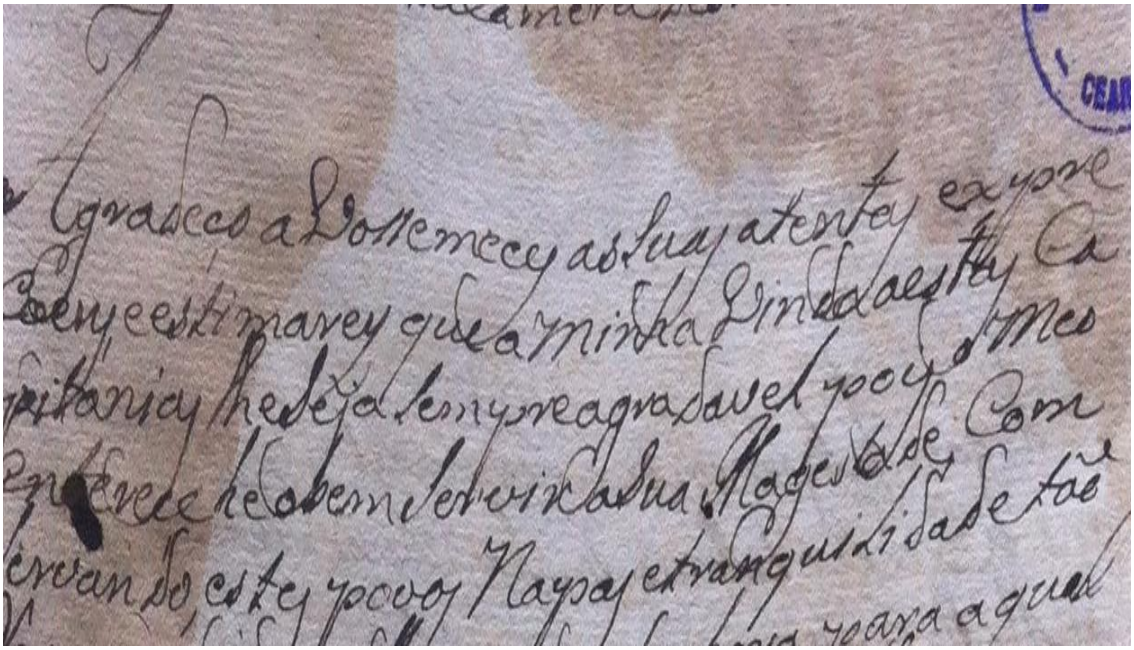
Figura 9 – Tinta de coloração fraca – Livro 86



(Fonte: autora)

Registro da carta 13:

Figura 10 – Tinta de coloração forte – Livro 85



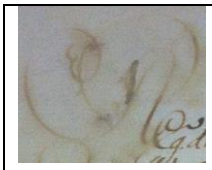
(Fonte: autora)

Uma característica muito marcante e usual nos textos manuscritos é o uso, às vezes, exagerado, de abreviaturas. Inicialmente não havia tanto material disponível para a escrita e isso exigia dos escribas certos esforços para utilizá-lo o máximo possível. Com o tempo, passou a ser uma característica dos escrivães que acabavam usando abreviaturas aparentemente de forma desnecessária, contribuindo para a dificuldade de leitura do texto, exigindo do filológo bastante atenção na compreensão e no desenvolvimento de cada uma delas. A ocorrência de abreviaturas pode se dar de diferentes formas. Elas podem ocorrer através de uma sigla, de uma apócope e ou de uma síncope. Acioli (1994) diz que uma sigla é quando se representa a palavra com a letra inicial. No caso da apócope, há a suspensão das letras finais; na síncope, ocorre a suspensão de letras do interior da palavra e a suspensão da última letra do vocábulo. Abaixo exemplificaremos, para efeito de amostragem, cada ocorrência com algumas abreviações encontradas em nosso *corpus*. Serão apresentadas em um quadro com a forma original através da imagem/edição mecânica; em seguida, transcrição diplomática, seguida pela transcrição semidiplomática e as referências da carta em que foram encontradas.

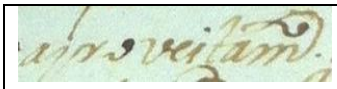
a) abreviaturas por siglas:

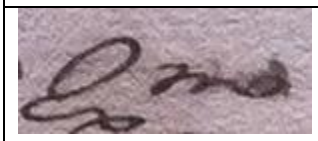
	N.	N***ossa***	Carta 01
	S.	Saõ	Carta 01

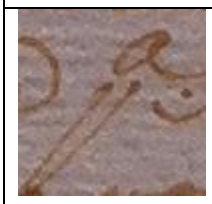
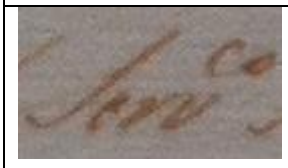
b) abreviaturas por apócope:

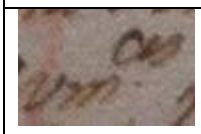
	Reg.	Reg***ist***o	Carta 01

c) abreviaturas por síncope:

	Aproveitam.º	aproveitam***ent***o	Carta 01
	Capp.	Capp***ita***nia	Carta 01

	Cappitam	Capp***ita***m	Carta 01
	cor.el	cor***onel***	Carta 07
	D.s	D***eo***s	Carta 03
	Exmo	Exelentisimo	Carta 05
	fielm.te	fielm***en***te	Carta 03
	g.de	g***uar***de	Carta 03
	g.l	g***era***l	Carta 04
	Snr	S***en******ho***r	Carta 05

	indiscutivelm.e	indiscutivelm***ent***e	Carta 07
	Jan.r^{o}	Jan***ei***ro	Carta 04
	Mag.e	Mag***estad***e	Carta 03
	m.tos	m***ui***tos	Carta 04
	off.es	off***icia***es	Carta 04
	ordin.r.^{o}	ordin***a***r***i***o	Carta 04
	p.^{a}	p***ar***a	Carta 07
	Pernam.co	Pernam***bu***co	Carta 03
	q.	q***ue***	Carta 03
	Servi.co	Serv***i***co	Carta 10

	Snr	S**e**n**ho**r	Carta 01
	Snr^{a}	S**e**n**ho**ra	Carta 01
	ultramar^{o}	ultramar**in**o	Carta 03
	V^{a}	V**il**a	Carta 01
	vm.ces	v**ossa**m**e**ces	Carta 09

Com essa visão global proporcionada pela Filologia e suas ciências auxiliares, conseguimos nos aprofundar no texto e desvendar algumas de suas características que o tempo tenta apagar. Quando o texto emerge dos códices, encontramos a possibilidade de abordar diferentes aspectos da sua matrialidade linguística e de ampliar ainda mais a característica interdisciplinar da Filologia.

4.2 Contexto histórico do registro das cartas administrativas

Os fatores históricos, sociais e culturais são bastante relevantes para a compreensão da construção e fixação de um gênero textual que serve para realizar ações dentro de um determinado contexto. Através da discussão histórica, podemos vislumbrar de que forma um grupo social se organizava para realizar seus propósitos comunicativos. É nesse contexto que conseguiremos reconhecer uma comunidade discursiva que compartilha e divide informações a fim de estabelecer uma rede retórica discursiva.

As cartas administrativas analisadas estão compreendidas dentro do intervalo dos anos de 1760 a 1796. Nesse período do século XVIII, D. José I foi o rei de Portugal, de 1750 a 1777. Em seguida, após sua morte, subiu ao trono D. Maria I, que governa até 1816 através do seu regente D. João VI. Para melhor administrar a

colônia, um corpo administrativo deveria ser formado para por em práticas as decisões tomadas pela metrópole. No século XVI, a tentativa foi através das Capitanias Hereditárias, regime em que um fidalgo, o donatário, recebia uma porção de terra e tinha por obrigação colonizar e defendê-la. Algumas capitanias foram povoadas e renderam lucros e outras não. Assim, capitanias, cujo desenvolvimento e riqueza foram nítidos, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, tornaram-se, dois séculos depois, capitanias gerais e passaram a ter sob sua responsabilidade outras capitanias subalternas que demoraram a se desenvolver, como é o caso do Ceará.

A capitania era a maior unidade administrativa da colônia, dividia-se em comarcas, que se subdividiam em termos e mais ainda em freguesias. Por mais que houvesse uma relativa organização administrativa, nesse contexto, a "autoridade real ditava disposições acomodadas às circunstâncias do tempo e à rude condição dos habitantes da colônia. O escopo principal desse sistema de administração era a vantagem imediata dos cofres reais." (ARARIPE, 2002, p.100). Era necessário arrecadar fundos, impostos, dízimos tão logo uma capitania prosperasse, assim um aparelho administrativo era criado sem nenhum princípio norteador. Mesmo que as Ordenações Filipinas, de 1603, tenham sido base da legislação portuguesa, a aplicação de leis e a organização da estrutura administrativa no Brasil eram muito confusas. O certo é que a "administração colonial se assenta numa noção ampla e geral: a da monarquia portuguesa. [...] e não existem, ou existem muito poucas normas gerais que no direito público da monarquia portuguesa regulasse de uma forma completa e definitiva.". (PRADO JR, 1999, p. 299-300).

Na segunda metade do século XVIII, as decisões jurídico-administrativas foram tomadas pelo Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O Marquês foi responsável por reformas administrativas em que definiu a oficialização da língua portuguesa, a expulsão dos jesuítas do reino de Portugal, a criação do Diretório dos Índios, a abertura de escolas e a obrigatoriedade da língua portuguesa nessas escolas. Ximenes (2013) destaca uma carta circular escrita em 1768, período do reinado de D. José I, que apresenta medidas coincidentes com o pacote de medidas do Marquês de Pombal. Na carta, há recomendações a respeito da escolarização dos índios, orientando que haja fiscalização intensa dos pais, pois, segundo a carta, são os que mais "os pervertem" (Carta 01). Essa preocupação em manter os nativos na escola se dá porque ela é uma "forma de domínio por meio do

ensino da religião católica, da cultura lusitana e da língua portuguesa". (XIMENES, 2013, p. 32).

Essas informações chegavam às capitanias gerais e, em seguida, eram repassadas para suas respectivas capitanias subalternas. A capitania do *Siará Grande* foi subalterna a de Pernambuco, do ano de 1656 a 1799, e mantinha uma relação de dependência jurídica, administrativa e comercial. Somente a partir de 1799, a capitania do Ceará passou a ter um governo com jurisdição independente, segundo Araripe (2002). Provavelmente, essa relação de dependência tenha se dado pelo fato de a capitania cearense não ter sido colonizada logo que passou para as mãos do seu primeiro donatário em 1535. Com isso, a capitania do Ceará "ficou à margem das ações que envolveram investimentos tecnológicos com vistas à adequação das capitanias e de suas vilas às ações lusitanas [...]", especialmente na ocupação do sertão (JUCÁ NETO, 2012). Somente em 1603, houve tentativa de explorar suas terras, mas foi apenas na segunda metade do século XVII que o povoamento do Ceará teve início. Somente após cem anos, os portugueses notaram a importância do Ceará em relação a sua posição geográfica, pois "apresentava ponto de defesa, escala e suprimento para as forças em demanda a serviço da conquista" (GIRÃO, 1994, p.26).

Sendo assim, o espaço passou a ser mais efetivamente ocupado para combater a invasão de estrangeiros e também surgiram novas possibilidades de atividades a serem incorporadas ao sistema de produção colonial. No momento em que se erigia uma vila, entendia-se que a Metrópole havia conquistado aquele espaço, particularmente em relação ao sertão que era visto como local de barbárie, de acordo com Jucá Neto (2012). Foi o gado que deu à capitania reconhecimento e que impulsionou a economia local, propiciando desenvolvimento da região e fixação de pessoas. Esse tipo de atividade apresentava um aparato técnico bastante limitado; o gado era criado solto, transportava a si mesmo, e alimentava-se do que era encontrado na vegetação local (PRADO JR, 1999). Assim não havia investimento de capital nessa atividade e os custos eram arcados pela própria natureza. Como já foi mencionada, essa atividade contribuiu para o aumento da ocupação do território cearense, segundo Jucá Neto (2012, p.167) "após cinco anos de trabalho na fazenda de criação, alguns vaqueiros recebiam uma criação em quatro. Tratava-se do sistema de quarta. Possuindo algumas cabeças de gado, o vaqueiro também requeria uma gleba, ampliando, sertão adentro, a ocupação do território". Além disso, a criação de gado solto, "facilitou a

adaptação do índio que, por submissão ou aniquilamento moral, foi pouco integrado no trabalho pastoril". (GIRÃO, 1994, p.30-31).

Além do aspecto da ampliação do território e de sua ocupação, a atividade pecuarista também favorecia ainda mais as relações do Ceará com Pernambuco, pois a colônia que tinha intensa atividade açucareira necessitava da que tinha o meio de transporte adequado para a distribuição da produção. No entanto, em relação aos aspectos econômicos, a atividade pecuarista que foi tão marcante para a expansão do território e fixação de pessoas não apresentou bons rendimentos. Ela passou uma atividade de subsistência, que viria a marcar as atividades comerciais do Ceará, de acordo com Jucá Neto (2012).

Com todo esse cenário, o Ceará devia satisfações a Pernambuco por causa de sua relação de dependência jurídica e administrativa. Sendo assim, a administração cearense recebia diversas orientações a partir de Pernambuco. Um dos recursos utilizados para a divulgação e a orientação dessas informações eram as cartas administrativas, que circulavam nesse espaço físico e temporal. Portanto, as cartas administrativas por nós analisadas revelam a relação existente entre a Metrópole Portugal, a Capitania Superior Pernambuco e a Capitania subalterna Ceará. Há algumas cartas que partem do Recife para a vila da Fortaleza, fundada em 1726, ou para a vila do Icó. Outras cartas partem de Fortaleza para as demais vilas do Ceará, como Crato, Aquiraz, Soure (atual Caucaia). Essas vilas são as primeiras do Ceará que, por serem localizadas perto de rios, do mar ou de encostas de serras, favoreceram a entrada e a permanência dos colonizadores.

A disposição das informações históricas sobre a capitania do Ceará compõe um importante passo desta dissertação, pois esse panorama tanto é relevante para os estudos filológicos quanto para o estudo do gênero textual a que nos propusemos fazer. Nas próximas seções, discorremos sobre nuances sócio-históricas e abordamos aspectos teóricos da análise de gênero como os relativos à comunidade discursiva e à descrição sociorretórica das cartas administrativas.

4.3. Análise linguística: descrição da comunidade discursiva e estabelecimento de um modelo sociorretórico do registro das cartas administrativas do século XVIII

Nesta seção, procedemos à análise do gênero carta administrativa tendo como base a teoria de Swales (1990) sobre comunidade discursiva, além de fazermos

uma adaptação do modelo CARS para o estabelecimento de um modelo sociorretórico das cartas administrativas, da mesma forma que Bernardino (2000) e Gomes (2002) fizeram em seus respectivos trabalhos. Inicialmente mostramos o cenário sócio-histórico das cartas para podermos discutir os aspectos da comunidade discursiva e seus propósitos comunicativos. Finalizamos esta seção com a organização das unidades e subunidades retóricas da carta, bem como a apresentação do modelo por nós encontrado.

4.3.1 Administração colonial: uma comunidade discursiva

Na análise de gênero baseada nos postulados de Swales (1990), o contexto sócio-histórico tem papel relevante para a definição de gênero e para sua descrição. Um gênero textual só existe se estiver inserido numa comunidade discursiva, na qual os membros realizam ações através da sua produção e do seu compartilhamento. É necessário que haja um ou mais propósitos comunicativos comuns, uma vez que, em outras palavras, é sob as formas retóricas típicas de cada parte do texto que determinadas práticas sociais são registradas. A nossa preocupação em descrever o contexto histórico, a organização social, os participantes e os mecanismos de interação se justifica, pois, segundo Bernardino (2000, p.31), "descrever gêneros é descrever, necessariamente, essa relação entre o gênero e a comunidade e seus propósitos".

A comunidade discursiva, como já dissemos no capítulo de fundamentação teórica, é uma rede sociorretórica de eventos comunicativos. Nessa rede, diversos sujeitos interagem entre si, nem sempre de forma direta, mas sempre através de gêneros textuais. Para a caracterização e percepção dessa rede de relações, Swales (1990) propôs critérios que dizem respeito aos objetivos comuns e públicos, aos mecanismos de intercomunicação e de participação utilizados, à utilização e ao compartilhamento de diversos gêneros, ao compartilhamento de um léxico específico e à manutenção do equilíbrio de iniciantes e "experts" da comunidade discursiva em questão.

O ponto de partida para o delineamento dessa comunidade está na descrição da administração das vilas da antiga *Capitania do Siará Grande*. Discorreremos sobre as particularidades da administração colonial cearense, sobre sua organização burocrática e seus participantes, ou seja, abordaremos a relação entre Ceará e Pernambuco, além de descrever os cargos da administração pública mencionados nas cartas analisadas. Após esse percurso, analisaremos a administração pública através dos critérios de caracterização da comunidade discursiva propostos por Swales (1990).

A primeira vila, criada no Ceará, por ordem régia de 1699, foi a vila de São José de Ribamar, atualmente Aquiraz, que inicialmente teve o papel de ser cabeça de termo e de comarca[1]. Por isso, era nessa localidade que o núcleo administrativo se situava. No entanto, Fortaleza, que se estabeleceu como vila em 1726, era a capital da Capitania. Girão (1994) afirma que, enquanto Aquiraz era cabeça de comarca e tinha em sua localidade a câmara e todas as demandas administrativas da Capitania, Fortaleza era apenas local de residência de autoridades, representando importância pela existência de seu forte na busca de garantir segurança militar.

Apesar de o poder estar concentrado entre Aquiraz e Fortaleza, era em outra vila que a vida econômica se desenvolvia melhor: a vila de Aracati, estabelecida em 1748. Essa vila representava um importante reduto econômico por causa do seu porto que era local de embarque da produção de algodão e desembarque de gêneros, que vinha de Pernambuco. (PAULET, 1898, apud JUCÁ NETO, 2012).

Tais vilas eram mais ou menos organizadas em uma esfera administrativa e outra jurídica. Caio Prado Jr. (1999, p.321) enfatiza constantemente o fato de a administração colonial ser orientada por princípios diversos, sem uma diretriz clara. Para esse autor, existe uma "falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento.". Em acordo com a observação de Prado Jr, Jucá Neto (2012, p.217) discorre sobre a fragilidade da administração pública do Ceará. Além da falta de diretrizes claras, havia um "poder paralelo" nas mãos de representantes de famílias-núcleos do interior da capitania e havia também uma "pobreza das finanças camarárias e reais e a própria organização administrativa portuguesa no Ceará, com reduzido número de funcionários e sendo a maioria sem capacitação.".

Os cargos envolvidos na administração pública da Capitania são bastante relevantes para a nossa discussão, pois, através da compreensão desses cargos e de suas funções, podemos entender sobre as relações sociais existentes, sobre a posição social dos participantes, sobre os gêneros utilizados para concretizar as demandas administrativas. Como já mencionamos, a organização administrativa não era bem organizada e havia um acúmulo de funções, dada à época, ao contingente de pessoal e à formação restrita.

[1] As expressões "cabeça de termo" e "cabeça de comarca" referem-se aos núcleos administrativos da Capitania. *Cabeça* refere-se à sede, capital, e *termo* é correspondente a município. Comarca é uma unidade administrativa.

Segundo Prado Jr (1999), o governador da capitania é responsável por todas as vilas que a compõem e sua função estava em comandar as forças militares existentes, assim como em gerenciar a administração e prestar contas pormenorizadas de sua gestão. Sob sua tutela estavam as diversas instâncias administrativas subalternas, estabelecidas a fim de garantir o povoamento das vilas e de facilitar a aplicação da ordem e da lei em todos os lugares.

Até o final do século XVIII, a capitania do Ceará era subalterna a de Pernambuco; portanto, os oficiais das câmaras sentiam que deviam obediência ao governador da capitania principal. Encontramos, em nosso *corpus*, relato sobre essa relação numa carta em que os oficiais da câmara de Icó saúdam o novo governador de Pernambuco e expressam servidão. Abaixo transcrevemos o trecho:

> Indezivel prazer quenos Sobre veyo com
> a chegade de Vossa exelencia dessa pra
> ça dePernambuco por nosso Governador
> eCapitão General, nos moveo a fazelo
> manifesta a vossaExcelencia para
> que delle se detique e da encompa
> ravel obediencia que juntamente va
> mos apresentar, aos Estimaveis manda
> mandados de VossaExcelencia, ea
> quanto nos for, emcarregado do Real
> Servisso como umilde suditos, e fieis
> vassalos da Rainha Nossa Senhora
>
> (Registro de carta 12)

Para tornar a leitura acessível, transcrevemos o registro da carta 12 em edição modernizada logo abaixo:

> O indizível prazer que nos sobreveio com a chegada de Vossa Excelência dessa praça de Pernambuco por nosso governador e capitão general, nos moveu a fazer manifestar a Vossa Excelência a incomparável obediência que vamos apresentar aos estimáveis mandados de Vossa Excelência e a quanto nos for encarregado do Real serviço como humilde súditos e fiéis vassalos da Rainha Nossa Senhora.

Embora encontremos esse sentimento de subserviência direta a Pernambuco, nem sempre a relação entre as vilas cearenses e a capitania principal era direta, pois no Ceará havia uma figura que administrava tudo o que estivesse na jurisprudência local e era com ele, com o governador local, que o governador de Pernambuco se relacionava mais diretamente. Desse modo, podemos estabelecer uma hierarquia de poderes nas relações existentes especificamente no contexto das cartas de nossa pesquisa, em que o

maior poder era do Rei/da Rainha, em Lisboa; em seguida, do Governador General, em Pernambuco; logo após o do Governador Capitão-Mor, em Fortaleza e, por último dos juízes ordinários, nas vilas do Ceará colonial.

Nas câmaras das vilas, encontravam-se o juiz ordinário, que era seu presidente. Ele era o responsável pelo repasse das informações vindas do governador ou do capitão-mor, uma vez que a câmara

> funciona aí como simples departamento executivo, subordinada à autoridade do governador; e seu papel, neste terreno, tem grande amplitude, pois o contacto direto que ela mantém com a população permite às autoridades superiores, mais distantes e não dispondo de outros órgãos apropriados, executarem através delas suas decisões. (PRADO JR., 1999, p. 318).

Neste contexto administrativo, os membros do governo recorriam a diversos gêneros textuais para a circulação de informações e de tarefas a serem cumpridas, concretizando, assim, diversas práticas sociais. Entre os integrantes da câmara estavam geralmente o juiz ordinário, o escrivão, três ou quatro vereadores. Outros cargos, como juiz de órfão, alcaíde, tabelião, almotacel, juízes de vintena, poderiam existir, dependendo do tamanho da vila e das necessidades que ela demandava. As determinações para a composição da câmara vinham através de documentos reguladores, no caso dos juízes. Jucá Neto (2012, p.218) aponta que "uma ordem régia de 1699, determinou que em cada freguesia criada pela coroa portuguesa nos sertões do Nordeste deveria ser nomeado um juiz".

As cartas analisadas nesta pesquisa passam por governadores, capitães-mores, ouvidores, juízes ordinários, vereadores, escrivães até que cheguem, quando necessário, aos cidadãos comuns das vilas através de divulgação em praça pública. Desses cargos, destacam-se alguns nomes, como o Capitão-Mor José Vitoriano Borges da Fonseca e os ouvidores José da Costa Dias Barros e Manoel de Magalhães Pinto Avelar, que fizeram parte da história administrativa cearense e que trocavam entre si cartas administrativas a fim de realizar diversos propósitos, sendo o principal o de anunciar medidas a serem executadas em cada localidade. Outros sujeitos aparecem e, em momento oportuno, explicitaremos todos os nomes.

Prado Jr (1999, p.318) destaca como o governador se relacionava com o poder local: "as câmaras agem como verdadeiros órgãos locais da administração geral. É assim que o governador se dirige a elas, sob a forma de ordens para a realização de

providências gerais do seu governo.” Jucá Neto (2012) trata dos primórdios da urbanização do Ceará e apresenta o papel da câmara e uma das muitas providências a serem tomadas por ela.

> As câmaras voltavam-se para tudo o que era ligado ao bem comum, inclusive a organização do espaço construído da cidade. Dentre outras funções, deveriam regular as feiras, os mercados, o fluxo da produção, construir, reparar, e conservar estradas, pontes e calçadas, além de limpar, arborizar as ruas e construir edifícios. [...] os funcionários do Senado da Câmara do Aracati (*tinham de*) dar continuidade às diretrizes propostas pela distante Lisboa. O arruador público junto com o almotacé e um escrivão fincavam estacas no solo delimitando e alinhando as ruas e os lotes da nova vila. (JUCÁ NETO, 2012, p.217; 349, grifo nosso).

Nessas câmaras, chegavam e partiam documentos que serviam para manter a relação entre a Coroa Portuguesa, Pernambuco e Ceará. Sabemos que, na esfera administrativa, independentemente da época, há muitos gêneros textuais envolvidos nas relações sociais. No caso do período colonial no século XVIII, há gêneros como editais, portarias, nomeações, ofícios, bandos etc. Esses gêneros muitas vezes são enviados junto às cartas para que sejam divulgados nas localidades mais distantes. Notamos que a carta tem a função de levar uma informação administrativa adiante, anunciar as medidas que serão formalizadas através dos gêneros mais específicos, provavelmente é o único meio de intercomunicação e de retorno sobre as demandas administrativas. É um meio pelo qual se adianta um assunto e orienta quanto às ações a serem executadas para colocar em prática os desejos da metrópole ou de um capitão-mor.

Levando em consideração o período de escritura das cartas, século XVIII, e a distância entre os correspondentes, os mecanismos de intercomunicação se dão através das próprias cartas e de documentos em anexo. Assim como o retorno ocorre da mesma forma, através das cartas enviadas por navios que demoravam muito tempo para chegar. Entre o envio de uma notícia e o recebimento da resposta, havia um intervalo de muitos meses.

Enfatizamos a importância de assegurar que as vontades e as decisões da Coroa Portuguesa chegassem aos recantos mais longínquos da Capitania. As cartas enviadas na esfera administrativa circulavam, como já dissemos, com o objetivo de anunciar decisões vindas da coroa ou informar sobre dúvidas ou dificuldades das vilas. Mostramos na tabela abaixo, todos os interlocutores, assim como os locais de circulação, de produção e de consumo dessas cartas. Representamos os nomes de alguns interlocutores, suprimindo algum nome ou sobrenome, e utilizando iniciais, por causa

do espaço. No caso de A.J.V. Borges da Fonseca, referimo-nos ao capitão-mor Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, em A. Lopes da Costa, referimo-nos ao ouvidor Antônio Lopes da Costa, em Manoel de M. Pinto e Avellar, refere-se o ouvidor Manoel de Magalhães Pinto e Avelar e em João B. de Azevedo Coutinho Montaury, referimo-nos ao capitão-mor João Baptista de Azevedo Coutinho Montaury.

Tabela 3: Remetentes, destinatários, locais de origem e destino das cartas administrativas

CARTA Nº	**ORIGEM**	**REMETENTE**	**DESTINO**	**DESTINATÁRIO**	**DATA**
01	Fortaleza	A.J. V. Borges da Fonseca	Soure	Diretor de Índios	23/05 1765
02	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Icó	Juízes ordinários e oficiais da câmara	12/ 02/ 1774
03	Aquiraz	A. Lopes da Costa	Icó	Ouvidor Geral	23/ 09/ 1776
04	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Vilas da Capitania	Diretor de Índios	21/ 11/ 1768
05	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Câmaras de tal vila	Juízes ordinários	1º/07/ 1777
06	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Soure	Juízes ordinários	16/10/ 177X
07	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Crato	Capitão-Mor[2]	28/ 08/ 1766
08	Fortaleza	A. J. V. Borges da Fonseca	Viçosa	Juiz ordinário	08/ 05/ 1768
09	Recife	Thomas José de Magalhães	Icó	Juízes ordinários e oficiais da câmara	09/ 01/ 1788
10	Fortaleza	Manoel de M. Pinto e Avelar	Icó	Juízes ordinários e oficiais da câmara	07/11/ 1793
11	Recife	José Cezar de Menezes	Fortaleza	João B. de Azevedo Coutinho Montaury	29/ 05/ 1784
12	Icó	Juízes ordinários	Recife	Thomas José de	15/01/ 1788

[2] Nesse caso, capitão-mor não se refere à função de governador, mas sim de uma patente da milícia, com função policial.

				Magalhães	
13	Recife	Thomas José de Magalhães	Icó	Juízes ordinários e oficiais da câmara	07/02/ 1788
14	Aquiraz	Manoel de M. Pinto e Avelar	Icó	Juiz Presidente	06/ 01/ 1788
15	Aquiraz	José da Costa Dias Barros	Icó	Juiz ordinário e oficiais da câmara	04/ 07/ 1777

Nessa tabela, apresentamos todos os interlocutores das cartas do nosso *corpus*, além da origem e do destino delas e de suas datas de envio. Mencionamos que havia relação entre Portugal – Pernambuco – Ceará. No entanto, notamos que as cartas circulavam apenas entre Pernambuco, Ceará e as vilas dessa última capitania. Isso se dá porque as informações que vinham da Coroa eram enviadas para as capitanias principais; como o Ceará era uma capitania subalterna a Pernambuco, a comunicação mais intensa acontecia entre essas duas.

Dos 15 registros de cartas, sete deles representam cartas que foram escritas pelo capitão-mor do Ceará Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (doravante capitão-mor Borges da Fonseca) e tiveram como destino as localidades de Viçosa, Crato, Soure (atual Caucaia), Icó e demais vilas expressas por "Vilas da Capitania" ou "tais vilas".

O capitão-mor Borges da Fonseca tomou posse em 25 de abril de 1765 para exercer função militar e administrativa e passou 16 anos nessa atividade. Segundo Araripe (2002), esse homem era bastante ativo na proteção e na gestão da Capitania do Ceará. Para que as localidades, pelas quais ele era responsável, prosperassem de alguma forma, expôs ao governador de Pernambuco a necessidade de criar agentes do poder e regularizar a marcha da administração. Além disso, tomou outras providências em prol do melhoramento da capitania: criou em todas as freguesias um comandante para que pudesse conter badernas e executar ordens reais; percorreu a capitania, especialmente os aldeamentos indígenas a fim de estabelecer o povoamento de algumas regiões com índios e pessoas espalhadas; preocupou-se com a agricultura, empregando os subsídios da Real Fazenda na compra de gêneros alimentícios. Para a execução de todas essas medidas, era necessária a autorização do governador de Pernambuco, uma vez que o

Ceará era uma capitania subalterna nessa época e tinha dependência jurídica e política da capitania pernambucana.

A forma de comunicação existente na época eram as cartas. Elas eram um meio para anunciar providências tomadas pelo capitão-mor e para solicitar que os representantes de cada localidade aplicassem as medidas administrativas estabelecidas. Algumas das cartas do capitão-mor Borges da Fonseca foram direcionadas aos juízes ordinários das vilas de Viçosa, de Soure (atual Caucaia), de Icó e de outras vilas que não foram detalhadas. Também há cartas destinadas ao diretor de índio de Soure e de vilas não especificadas. E ainda uma carta ao capitão-mor do Crato.

As vilas de Viçosa e de Soure tiveram seu início como Vila de Índios, ou seja, eram aldeamentos de indígenas. Já Fortaleza, Aquiraz, Icó e Crato eram Vilas de Brancos. Segundo Jucá Neto (2012, p.255), Icó destaca-se porque sua rede urbana foi criada em torno de atividade pecuarista. Essa cidade é localizada numa posição bastante estratégica, pois "acha-se a meio do caminho entre Piauí e as feiras pernambucanas e paraibanas.". Além disso,

> este termo mais povoado e civilizado da comarca e a villa de muito comércio, em proporção das mais villas, como indiquei, pela produção dos gados nas duas margens do Jaguaribe, bem que as secas têm tornado dezertas muitas fazendas pela plantação do algodão, compradores de sola, que ahi vão dar dos termos vizinhos; e mais seria o seo commercio, si as serras não fossem tão faltas de nascentes; o que obriga os habitantes a carregarem água para beberem de uma legua e mais. (SILVA PAULET apud JUCÁ NETO, 2012, p.256).

Como vimos na descrição de Icó, essa é uma das poucas vilas em boas condições. Também demonstra alguma prosperidade a Vila do Crato, que "é a mais produtiva por estar nas fraldas da Serra-Grande, denominada Araripe, aonde há muitas vertentes, mais ou menos abundantes." (SILVA PAULET, 1898, apud JUCÁ NETO, 2012, p.257).

Fortaleza e Aquiraz, localidades em que se encontram a administração da Capitania, segundo grifos de Jucá Neto (2012), estão em péssimas condições sem apresentar comércio satisfatório nem moradias adequadas. Dessa forma, sem comércio ou moradias adequadas também está a Vila de Viçosa. Para outras vilas, há um parecer para que seja extinta, como é o caso da Vila de Soure.

Dos oito registros de cartas restantes, percebemos que duas cartas foram escritas pelo Governador de Recife Thomas José de Magalhães e tiveram o mesmo destino, Icó. Outras duas cartas foram enviadas pelo ouvidor Manoel de Magalhães Pinto Avelar, uma de Aquiraz e outra de Fortaleza, para a vila de Icó.

Em relação à função de governador, Caio Prado Jr (1999), reforça o caráter essencialmente militar dessa função, além do seu poder de interferir em demandas locais, como na nomeação de escrivão, que era responsabilidade das câmaras.

> O 'governador' é uma figura híbrida, em que se reuniram as funções do 'Governador das armas' das províncias metropolitanas; um pouco das de outros órgãos, como do 'Governador da Justiça', do próprio rei. Contudo, nunca se caracterizou nitidamente, e sua competência e jurisdição variaram sempre com o tempo, de um governador para o outro, de uma para outra capitania; variaram sobretudo em função da personalidade, caráter e tendências dos indivíduos revestidos do cargo. (PRADO JUNIOR, 1999, p.301).

Esse excesso de poder do governador, não era bem visto pelo monarca que não queria ter concorrente em autoridade. Apesar do governador exercer uma função de "quase-rei" nessa terra distante que era o Brasil e, mais ainda, o Ceará, o rei era a figura máxima do poder e da autoridade. Sendo assim, Ximenes (2004) nos conta da intervenção de Dom João na prática do Governador Bernardo Manoel de Vasconcelos de permitir o tratamento "Vossa Excelência" e de usar a expressão "confirma" nas medidas administrativas por ele tomadas.

Dos três registros de cartas restantes, cada uma das cartas teve remetente e destinatários diferentes. Uma foi escrita pelo Governador de Pernambuco José César de Menezes e enviada ao Capitão-Mor da Capitania cearense João Baptista Azevedo Coutinho de Montaury. Esse Capitão-Mor assumiu o cargo em 11 de maio de 1782 e o deixou no ano de 1789. Segundo Araripe (2002), ao contrário de Borges da Fonseca, o Senhor João Baptista Azevedo Coutinho de Montaury nada fez para melhorar a Capitania, agia com rigor em benefício próprio e gerava horror às pessoas da época.

> Conta-se que, quando saía para alguma vila ou povoação, ordenava que por ali não transitassem carros para o não importunar o canto deles, nem tolerava que gritassem galos; mandando praticar violências contra aqueles que porventura quebrantavam os seus preceitos. O seu nome, repetido pelos contemporâneos com horror, passou aos pósteros como símbolo de infrene e louco despotismo. (ARARIPE, 2002, p. 197-198).

Outra carta foi escrita pelos juízes ordinários e oficiais da câmara de Icó com destino à Recife para o Governador Thomas José de Magalhães; e a última foi escrita pelo Ouvidor José da Costa Dias, de Aquiraz, destinada ao juiz ordinário e aos oficiais da câmara de Icó.

Nos documentos, três interlocutores de cartas diferentes são ouvidores. O ouvidor vinculava-se à justiça e limita o poder do capitão-mor, estando a serviço do Governador da Capitania Superior Pernambuco. Reforçando essa ideia, Schwartz (1979, p.7) diz que já em Portugal o "cumprimento da lei ficava a carga do ouvidor. Os poderes do ouvidor eram, grosso modo, equivalentes aos magistrados reais de mais alto nível sendo, no entanto, apontado, pela ordem militar e não pela Coroa.". No Brasil, ele também exercia a função de corregedor, a qual tinha que fiscalizar a administração pública, estando acima de órgãos da câmara, como informa Ximenes (2004). Eles eram nomeados pela autoridade soberana, e cumpriam a função por três anos e tinham de "julgar os recursos vindos dos ouvidores das Capitanias e dispunham, também, de poderes para investigar a aplicação da legislação em todas as localidades." (XIMENES, 2013, p. 165).

A capitania do Ceará era dependente da de Pernambuco político-administrativa e judicialmente. Depois passou a depender juridicamente da Paraíba, até a criação de uma ouvidoria que foi criada em 7 de janeiro de 1723 e teve como primeiro ouvidor, nomeado pela coroa portuguesa, José Mendes Machado. Com a criação da ouvidoria, o Ceará tornou-se independente judicialmente da Paraíba; vários ouvidores foram nomeados e alguns deles se envolveram em conflitos com os moradores. Nas cartas analisadas, dois são citados.

No caso dos ouvidores José da Costa Dias e Manuel Magalhães Pinto Avellar, Jucá Neto (2012), apresenta cartas do período entre 1777 e 1779 em que esses dois ouvidores solicitavam da Rainha D. Maria I autorização para que realizassem diversas medidas administrativas com o objetivo de melhorar o estado miserável em que se encontravam muitas localidades da Capitania do Ceará.

Os oficiais da câmara eram três vereadores, um procurador, dois almotacés, um escrivão. Na câmara, ainda havia um síndico, um tesoureiro e um advogado. Essa instituição pública tinha, de acordo com Ximenes (2004), autoridade na legislação e na

administração pública. Era um órgão que tinha patrimônios e arrecadava foros e tributos. Podia nomear juiz almotacel, cuja função era fiscalizar o comércio, os juízes vintenários, que tinha jurisdição nas freguesias. Além disso, nomeava o escrivão e o síndico, funcionários internos da câmara.

O juiz ordinário foi o destinatário mais frequente das cartas. Dos 15 registros de cartas, nove cartas registradas foram direcionadas às pessoas que ocupavam esse cargo e aos que se ligavam a ele, como os oficiais da câmara. Esse cargo era ocupado por leigos, que residiam e que se estabeleciam no local de atuação, eram "simples cidadãos escolhidos por eleição popular e que serviam gratuitamente." (PRADO JUNIOR, 1999, p. 303). O juiz ordinário, diferente do juiz-de-fora, não tinha formação em Direito, geralmente "havia até dois juízes, apenas um eleito pelo povo. [...] administravam a justiça aos povos, tendo em vista o direito costumeiro que não podia ser do agrado do poder real nem dos juristas romanos". (XIMENES, 2004).

As funções desse cargo não só eram jurídicas, como administrativas. As cartas chegavam destinadas ao juiz ordinário ou presidente da câmara e era ele o responsável em repassar as informações ao demais integrantes da câmara, além de buscar formas de cumprir as medidas administrativas anunciadas. Considerando a hierarquia, está acima dos juízes vintenários e abaixo do ouvidor, segundo Ximenes (2004).

Consideramos uma importante contribuição para a compreensão do gênero registro de carta administrativa, a exposição do perfil dos interlocutores, bem como as observações a respeito das localidades de origem/destino, expostos acima. É a partir desse cenário que nas subseções a seguir indicamos as categorias de análise da comunidade discursiva propostas por Swales (1990) e confrontamos com o contexto histórico para a apresentação de um panorama rico e complexo da administração pública cearense.

4.3.1.1 Os objetivos e propósitos da comunidade discursiva

No capítulo de fundamentação teórica, discutimos a importância dos objetivos e dos propósitos comunicativos para a caracterização da comunidade discursiva, demonstrando, inclusive, os pontos de divergência em relação ao seu status de "certeza absoluta", de acordo com as discussões propostas por Swales e Askehave

(2001). Nessa seção, destacamos que "os gêneros são mais bem definidos como entidades orientadas para objetivos ou propósitos" (SWALES E ASKEHAVE, 2001, p.223) e apresentamos análise a respeito deste critério nas cartas administrativas.

Analisamos aqui a relação política e burocrática entre a Coroa Portuguesa, Pernambuco e, especificamente, Ceará. Essa relação se dá através dos parâmetros estabelecidos na administração pública. Como já foi discutida, essa organização pública não era tão eficiente, apesar de haver diretrizes para o seu funcionamento através das Ordenações Filipinas, conjunto de leis organizadas em cinco livros que "constitui os documentos fundamentais do Direito no reino português, que entraram em vigor no século XV, saindo de cena definitivamente só no início do XX, no Brasil" (XIMENES, 2013, p. 37).

> Nos cinco livros que a compõem estão a regulamentação de todos os cargos com suas funções e todas as matérias que orientam a vida do império português. O Livro I contém o regimento dos magistrados e oficiais da justiça, definindo as respectivas atribuições. O Livro II define as relações entre o Estado e a Igreja, trata de direitos e bens da coroa, privilégio do fisco, da Igreja, dos donatários e proprietários. O Livro III cuida do processo civil e criminal. O Livro IV do direito das pessoas e das coisas – código civil. O Livro V trata da matéria penal e militar. (XIMENES, 2013, p37).

Esse conjunto de leis, juntamente com as Leis Extravagantes, (leis extraordinárias constituídas por alvarás, resoluções que complementavam as ordenações régias), norteava os feitos jurídicos e administrativos das Capitanias. Os funcionários da câmara estavam sempre atentos ao que regulamentava as Ordenações Filipinas e as demais leis que fossem acrescentadas, como no caso de regimentos, conforme necessidade na realização de atividades na colônia. Caso na Capitania ocorresse uma situação muito particular, peculiar à falta de repertório de práticas sociais na colônia, o Conselho Ultramarino se reunia para estabelecer uma norma a ser seguida nessas situações. As Ordenações Filipinas, as Leis Extravagantes, as deliberações do Conselho Ultramarino estavam sempre em acordo com a vontade do Rei.

Esses objetivos bem definidos por documento ou, nesse caso, definido pela vontade soberana do rei eram uma forma de garantir que as ações fossem realizadas para um mesmo fim, como nos aponta Swales (1990, p.24) a respeito da importância dos objetivos bem definidos para a caracterização da comunidade discursiva: "os interlocutores necessitam de um propósito predominante para o desenvolvimento e a

manutenção das características do discurso[3].” (tradução nossa). Sendo assim, esses documentos e a própria expressão dos desejos do rei garantem que os participantes se mantenham dentro dos objetivos pretendidos.

Além disso, em nossas análises, verificamos objetivos pertinentes ao gênero utilizado. Através da verificação desses propósitos, enxergamos a função desse gênero dentro da comunidade discursiva. Em nossas primeiras leituras, analisando os propósitos comunicativos e considerando o esquema de Swales e Askehave (2001) estrutura + estilo + conteúdo + ‘propósito’ → gênero → contexto → repropósito do gênero → revisão do *status* do gênero, pudemos destacar, inicialmente dois objetivos mais presentes na maior parte das cartas: informar/anunciar medidas administrativas e justifica/emitir opinião sobre determinado acontecimento exposto. No entanto, segundo Swales e Askehave (2001, p.224), o propósito comunicativo é “tipicamente indescritível a priori, só pode ser estabelecido após pesquisa considerável e pode gerar discordâncias entre especialistas de ‘dentro’ e analistas do gênero de ‘fora’ ou até mesmo entre os próprios especialistas.”.

Sendo assim, numa revisão partindo do contexto, baseados no esquema dos autores supracitados: identificação da comunidade discursiva → valores, objetivos e condições materiais da comunidade discursiva → ritmos de trabalho e horizontes de expectativa → repertórios de gênero e normas de etiqueta → repropósito de gênero → características, deparamo-nos com mais alguns propósitos comunicativos proporcionados pelo gênero carta, sendo eles:

- Informar/ anunciar medidas administrativas
- Justificar/ emitir opinião
- Fazer/responder saudação
- Expressar estima (desejo)

Observamos que o objetivo de informar/anunciar medidas está em total acordo com a função exercida pela carta dentro do contexto da administração pública. A

[3] [...] the communicative needs of the goals tend to predominate in the development and maintenance of its discoursal characteristics.

recorrência desse objetivo é bastante alta, sendo pertinente ao gênero que está inserido dentro de um contexto institucional/administrativo. Identificamos esse propósito considerando os verbos utilizados, como se vê em alguns exemplos abaixo, os demais propósitos estão destacados na análise feita em cada carta nas próximas páginas desta dissertação:

Registro de carta 01:

"faça vossamercê toda a diligência para que os meninos não faltem a ela (escola)".

"atemorize-os se não mandarem os filhos a escola, prendendo na golilia".

Registro de carta 02:

"El rey nosso senhor mandou [...] continuar as ditas luminárias nas noites do dois dias seguintes para fazer três."

Registro de carta 03:

"me pareceu ordenar – vos informeis a vos parecer e falais observar o dito regimento sem embargo das ordens do dito capitão-mor."

"participo a vossas mercês ficarem na sua plena inteligência se entendendo o quanto devem observar o dito Regimento [...]."

Registro de carta 05:

"Secretário do Governo desta Capitania me participou a funestíssima notícia da falta do nosso Augustíssimo Rei, o senhor Dom José I."

"instruí o estimável ministro bem cuidadoso em que todas as coisas do Real serviço se farão com todo acerto."

Além disso, os propósitos justificar/emitir opinião e fazer/responder saudação também são identificados e se justificam pelo fato de a carta ser o meio de comunicação utilizado da época e ser o gênero textual mais adequado para a realização de uma prática social que não seria permitida por outro gênero, considerando a possível maior fixidez de outros gêneros na esfera burocrática. Ilustraremos a seguir com

exemplos retirados das cartas as ocorrências justificar/emitir opinião, uma vez que esse propósito foi o segundo mais recorrente:

Registro de carta 02:

"E porque julgo conveniente que vossas mercês façam praticar o mesmo nessa vila e nas demais freguesias do seu termo (...).".

Registro de carta 06:

"Porque esta determinação deve ser obedecida em toda vila"

Registro de carta 13:

"pois o meu interesse é o bem servir a sua majestade; conservando estes povos na paz e tranquilidade".

Registro de carta 15:

"E porque devo dar insinuações e providências necessárias para que as mesmas demonstrações se cumpram nos seus competentes termos".

Os propósitos comunicativos em destaque nos fazem perceber como todos os participantes dessa comunidade estavam engajados para a manutenção das leis e da vontade do rei. Em muitas passagens, sobressaem-se as ordens do monarca que podem ser analisadas na perspectiva da Teoria dos Atos de Fala, propostos por Austin (1990) / Searle (1984); no entanto, como consideramos essas cartas um veículo de informação que transporta a voz de um representante do rei, julgamos satisfatório destacar como propósito comunicativo os indicados no início desta seção. Em próximo tópico, abordamos os mecanismos de intercomunicação existentes na administração colonial.

4.3.1.2 Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva da administração colonial cearense

Nas circunstâncias da administração colonial, o meio possível de intercomunicação é a carta. A relação entre os indivíduos envolvia diferentes gêneros textuais e enormes distâncias, pois as informações circulavam principalmente entre Pernambuco, Ceará e as vilas dessa última capitania.

Em relação aos gêneros utilizados, verificamos que a carta era o meio mais adequado de intercomunicação, pois trata-se de um gênero bastante propício para a

troca de informações, uma vez que pressupõe resposta por parte dos interlocutores. Silva (2002, p.57) destaca a natureza sociocomunicativa da carta que pressupõe diálogo direto entre duas partes, a possibilidade de interlocução e a construção de relacionamentos sociais específicos em situações específicas. Na relação existente entre Pernambuco e Ceará, notamos a efetivação dessas caraterísticas e, considerando a época, percebemos que esse meio de comunicação é bastante eficiente, embora possa haver divergência entre ações praticadas e medidas administrativas orientadas por causa do tempo que se levava nessa comunicação. Sendo assim, as cartas parecem ter criado condições para novas práticas, ou seja, "de novos usos sociais da escrita para responderem às necessidades comunicativas demandadas, no caso, pelas esferas institucionais que compõem o cenário financeiro e administrativo." (SILVA, 2002, p.57).

Como forma de manter as ações com o mesmo propósito, as cartas continham expressões que eram utilizadas não só para a manutenção do poder real, como verificamos nos registros das cartas 12 e 13, mas também para garantir uma ligação entre os membros.

> O indizível prazer que nos sobreveio com a chegada de Vossa Excelência dessa praça de Pernambuco por nosso governador e capitão general, nos moveu a fazer manifestar a Vossa Excelência a incomparável obediência que vamos apresentar aos estimáveis mandados de Vossa Excelência e a quanto nos for encarregado do Real serviço como humilde súditos e fiéis vassalos da Rainha Nossa Senhora. (Registro de carta 12 - transcrição modernizada).

> (...) estimarei que a minha vinda a estas capitanias lhe seja sempre agradável, pois o meu interesse é o de bem servir a Sua Majestade conservando estes povos na paz e tranquilidade tão recomendada pela mesma Senhora para qual se vem vossasmercês concorrer quanto lhe for prometido em razão dos cargos que ocupam. (Registro de carta 13 – transcrição modernizada).

Nesses exemplos fica evidente o diálogo entre as duas cartas. Na carta 12, os funcionários da Câmara do Icó enviam carta para o recém-chegado governador de Pernambuco e afirmam que se manterão obedientes, humildes e fiéis em prol dos interesses da Rainha Nossa Senhora. Na carta 13, consta a resposta do governador que enfatiza o dever de prometerem o que estão dizendo por causa dos cargos que ocupam para a manutenção das vontades de Sua Majestade.

Além da carta, outros gêneros textuais circulam na administração colonial e burocratizam o serviço, estabelecendo diversas práticas sociais. Discorremos sobre os gêneros compartilhados pela comunidade no tópico seguinte.

4.3.1.3 Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva da administração colonial cearense

Para a caracterização da comunidade discursiva, é importante mencionar e discutir os gêneros textuais envolvidos nas práticas realizadas pelos integrantes da comunidade. Essa importância se dá pelo fato de o gênero textual ser um espaço de interação que proporciona a realização de ações comunicativas, uma vez que, como já dissemos, através de Marcuschi (2008), o gênero é forma de ação e de organização textual. Reforçando esta concepção, Bernardino (2000) afirma que "os gêneros funcionam como espaço verbal de interação das comunidades discursivas e revelam os propósitos comunicativos dessas comunidades, assim como as estratégias de organização retórica que realizam estes propósitos".

No caso da administração colonial cearense, os gêneros envolvidos na interação dos indivíduos são pertencentes à esfera burocrática. Esses gêneros têm como função básica a normatização, a regulamentação da vida na colônia recém-estabelecida. Nos registros das cartas de nosso *corpus*, há menção dos gêneros textuais utilizados que devem ser observados para a realização das mais diversas práticas na vida social.

Em alguns registros de cartas, os interlocutores mencionam diversos gêneros textuais que, juntamente com a carta, servem para propiciar e organizar a interação dentro da rede burocrática de ações. No registro de carta 02, por exemplo, menciona-se o bando, gênero frequente no período entre os séculos XVI e XIX no Brasil colônia, que, segundo Martins (2013), era ao mesmo tempo um documento e uma prática de leitura, em que se fazia leitura de seu conteúdo publicamente em voz alta acompanhada de tambores. O envio de um bando também é mencionado no registro de carta 07, informando que a cópia de um bando está sendo enviada e que deve se "publicar ao som de caixa nessa vila e em todas as freguesias e povoações do Icó" (Registro de carta 07).

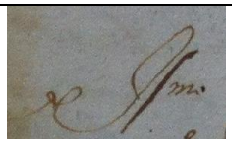
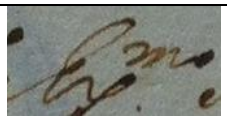
No registro de carta 03, menciona-se um regimento. Segundo Bellotto (2008), esse gênero, na administração colonial, expressava a vontade do rei, servindo para estabelecer direitos e deveres vinculados aos tribunais ou a outros órgãos da administração pública. No registro de carta 09, um ofício, que é um meio de comunicação do serviço público. Segundo a descrição de Bellotto (2008), o ofício é gênero que cumpre a função de informar assuntos administrativos e técnicos, assemelhando-se às cartas administrativas. E no registro de carta 15, um edital é enviado para que "façam publicar, e cumprir como nele se contem". Esse gênero é, portanto, utilizado para "fazer saber ou anunciar um determinado ato, [...] com caráter jurídico-administrativo em que se preceitua algum fato jurídico (mandato, decreto, ordem, notícia)" (LOIOLA, 2014, p.51).

É bastante rico o arcabouço de gêneros textuais utilizados na esfera administrativa da colônia brasileira. Fica evidente perceber que eles existem para estruturar e validar diversas práticas sociais. Mesmo já existindo uma sociedade primitiva antes da chegada dos portugueses ao Brasil, o estabelecimento de uma sociedade é validado e as práticas sociais só são reconhecidas a partir da existência dessa complexa rede de gêneros textuais, especialmente os escritos. No tópico seguinte, abordamos as especificidades do léxico compartilhado nesses documentos.

4.3.1.4 O léxico específico da comunidade discursiva da administração colonial cearense.

O critério que aponta um léxico específico para a caraterização da comunidade discursiva é bastante pertinente para a análise dos documentos da esfera administrativa. Swales (1990) aponta que as abreviaturas são marcantes dentro de uma determinada comunidade. Nos textos antigos, elas são muito frequentes e características de um modo de escrever num tempo específico. Muitas são as abreviaturas; já demonstramos algumas na seção de análise filológica em que fizemos uma abordagem paleográfica da escrita. Aqui inserimos as abreviaturas para ilustração:

Carta 01		Snr.	Senhor

Carta 03		Regim.to	Regimento
Carta 04		Ilmo.	Ilustríssimo
Carta 05		Exmo.	Excelentíssimo

Também é pertinente mencionar expressões bem cristalizadas que aparecem em algumas partes do texto; muitas dessas expressões constituem fraseologias características dos documentos da administração colonial. Sobre as fraseologias, podemos dizer que elas pertencem às línguas vivas, especialmente, quando se trata de uma linguagem especializada, de acordo com Ximenes (2013).

Uma expressão bem marcante e que aparece como forma de encerramento e despedida é a expressão "Deus guarde a vossasmercês", que aparece com uma frequência de 100% em nosso *corpus*. Segundo Ximenes (2013, p. 235), "além de revelar a marca linguística temporal de uma época, expressa alto grau de respeito e obediência. Destacam-se também os valores, como o sentimento religioso que constituía o centro da vida da sociedade". Nos registros de cartas administrativas, há outras expressões muito comuns e frequentes como as seguintes:

- "E não se continha mais em dita carta"
- "El Rei nosso senhor"
- "fiz tresladar bem e fielmente da própria que fica no arquivo do Senado da Câmara"

As expressões destacadas demonstram a importância de se manter a fidelidade do documento quando é feito o registro nos livros oficiais e também enfatiza a subserviência dos súditos da colônia na expressão "El Rei nosso senhor".

4.3.1.5 A relação entre membros experientes e membros iniciantes na comunidade discursiva da administração colonial cearense

Para a constituição de uma comunidade discursiva nos parâmetros estabelecidos por Swales (1990), é preciso que todas as condições sejam cumpridas. No entanto, o ponto que aborda sobre membros experientes e iniciantes traz questionamentos sobre a validação da administração colonial como uma comunidade discursiva.

Os textos são escritos por funcionários da administração pública que já trazem consigo um conhecimento mínimo sobre os gêneros textuais envolvidos e sobre os objetivos compartilhados por esse grupo. Não há menção à entrada de membros inexperientes nem sobre a existência de membros experientes, mas podemos pressupor que os escrivães e demais oficiais, por terem contato maior com os textos e com a escrita, têm mais habilidade para a escritura dos documentos e para a adequação ao gênero textual, logo são mais experientes dentro dessa comunidade. Já os governadores e ouvidores, como são homens que, apesar de letrados, repassavam a função da leitura e do registro do documento a um funcionário da câmara, julgamos que eles podem ser inexperientes quanto às práticas de escrita que a burocracia da administração colonial exige. Araripe (2002) relata que, quando o primeiro ouvidor teve de sair, em 1724, só havia um funcionário da câmara alfabetizado, o sargento-mor Manoel Pereira Lago, que acabou tornando-se juiz ordinário porque só ele sabia ler e escrever.

Nos registros de cartas 09, 12, 13, 14, observamos dois aspectos que sugerem inexperiência do indivíduo. O primeiro aspecto é sobre a letra do escrivão, que é ruim, denotando inabilidade para escrever. A sua forma de escrita destoa muito da escrita dos outros escrivães, esses mais experientes, demonstram uma escrita fluida, sinuosa, com pouco espaço entre as palavras. Nos exemplares mencionados, a letra é angulosa e parece ter sido escrita com alguma dificuldade.

O segundo aspecto refere-se à utilização de autenticações repetidas vezes. No final do registro da carta, o escrivão autentica da seguinte forma: “Fiz tresladar bem e fielmente da própria que fica no arquivo do senado”. Essa autenticação aparece mais de uma vez como se ele quisesse assegurar que de fato seu registro tinha sido feito

conforme normas dos experientes. Essa dupla autenticação acontece nas quatro cartas mencionadas, mas não acontece nas demais.

Apesar dessas considerações sobre os cargos, a letra e as autenticações, esse critério é o mais questionável, uma vez que não encontramos menção explícita ao *status* dos indivíduos. Em próximo tópico, discorremos sobre a hierarquia entre os participantes da administração colonial.

4.3.1.6 A organização hierárquica da comunidade discursiva da administração colonial cearense.

Na seção 4.2.1 "Administração colonial: uma comunidade discursiva", iniciamos discorrendo detalhadamente a respeito da organização hierárquica da comunidade discursiva que estamos descrevendo. De forma resumida, a organização da administração colonial é bastante confusa; no entanto, a relação de superiores e subalternos ficou clara a partir da análise de nossas cartas e de sua descrição.

Acima de todos estava o Rei/a Rainha de Portugal. Era da Corte Portuguesa de onde vinham as orientações para o que devia ser feito na colônia brasileira. Em seguida, havia o governador de Pernambuco que era inferior ao monarca, mas superior, dentro do período de nossas cartas, ao governador do Ceará. Esse, por sua vez, era superior aos juízes ordinários e demais oficiais das câmaras mencionados no *corpu*s.

Discorremos até aqui sobre o contexto histórico e político-administrativo no qual a carta está inserida, além da tentativa de trazer à tona características da comunidade discursiva que chamamos de "administração colonial". Nesse contexto, pudemos perceber os propósitos comunicativos que norteiam a produção dos registros das cartas e, ainda, visualizar o cenário das ações retóricas que descrevemos na seção a seguir.

4.4 Análise das unidades sociorretóricas dos registros de cartas administrativas

A análise sociorretórica vem sendo feita desde que Swales (1990) estabeleceu um modelo para descrição de artigos acadêmicos. Os trabalhos de pesquisa, como já dissemos, tinham foco no ensino e aprendizagem de gêneros acadêmicos, portanto estavam sempre vinculados à esfera institucional acadêmica. No entanto,

diversos trabalhos vêm sendo feitos, utilizando a adaptação do modelo CARS para a análise de gêneros em diferentes esferas.

Nesta seção, discorremos sobre o gênero carta e suas características, assim como a discussão das unidades e subunidades retóricas encontradas nos exemplares do *corpus*.

4.4.1 O gênero carta administrativa

Sabemos que há diferentes tipos de cartas, cumprindo diversas funções. Embora hoje elas sejam pouco utilizadas por causa da tecnologia que proporciona meios de comunicação muito mais rápidos; no passado, elas exerciam função importante na comunicação pública e particular e, além disso, segundo Bazerman (2005), a partir delas muitos gêneros se desenvolveram.

As cartas administrativas do século XVIII são documentos públicos que circulavam na administração colonial brasileira. Bellotto (2008, p.23), estudiosa das tipologias documentais, aponta que as cartas são "documentos informativos, que são opinativos/enunciativos, que esclarecem questões contidas em outros documentos e cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução: pareceres, informações, relatórios, votos, despachos intelocutórios." Essa autora indica dezessete tipos de cartas que circulavam no período colonial, diferenciados pelo seu propósito comunicativo e pelo seu conteúdo. Os tipos são: carta aberta, carta de alforria, carta de chamada, carta de lei, carta de recomendação, carta de sesmaria, carta de validade, carta declaratória, carta internacional, carta memorando diplomático, carta partida ou fretamento, carta patente, carta de autorização, carta precatória, carta régia, carta reversal, carta testemunhável. Além desses, havia a carta, aqui chamada de carta administrativa, que

> na administração colonial: correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao rei [...]. Questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor ao rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter preditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. Correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e de função públicos. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social e etc. a carta é forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc. (Bellotto, 2008, p.40).

Percebemos, através da descrição de Bellotto (2008) e de nossas análises, que a carta comportava vários propósitos, não deixando de ser caracterizada como carta.

Essa possibilidade de existência de vários propósitos está de acordo com as reflexões feitas por Swales e Askehave (2001, p.223) que dizem "que os propósitos, objetivos ou resultados públicos são mais evasivos, múltiplos, sobrepostos e complexos do que orginalmente concebidos.".

No entanto, Silveira (2002) aponta as reflexões feitas por Swales (1990) a respeito do gênero carta e enfatiza a sua função de meio de comunicação. Para a caracterização do gênero textual carta, Swales recorre ao propósito comunicativo como forma de definição desse gênero, que geralmente está bem claro em cartas administrativas.

É importante ressaltar que as cartas administrativas analisadas neste trabalho são cópias das cartas originais, das quais não dispomos mais. Essas cartas são, na verdade, registros de cartas administrativas que nos permitem conhecer sobre diversos aspectos textuais e contextuais da administração pública cearense do século XVIII.

4.4.2 A organização retórica dos registros de cartas administrativas

Partimos do modelo retórico de cartas pessoais estabelecido por Gomes (2002) em sua dissertação sobre a aquisição do gênero por crianças em fase de alfabetização e discutimos a organização dos registros de cartas administrativas. Julgamos haver proximidade no que diz respeito às unidades e subunidades retóricas (UR e SUB. respectivamente) estabelecidas por ele. Em seu modelo, Gomes (2002) apresenta as seguintes UR:

UR1 – Estabelecer contato

UR2 – Realizar propósito

UR3 – Finalizar contato

Através de uma análise prévia, constatamos proximidade entre as unidades acima destacadas e as informações encontradas no *corpus*. Após considerar suas particularidades, estabelecemos as seguintes unidades retóricas:

UR1 – Abrir registro

Nessa unidade retórica, encontramos informações sobre o gênero, sobre o remetente, sobre o destinatário e sobre o local. Em relação ao remetente, observamos que, geralmente, são os governadores e os ouvidores que ocupam essa função e, em relação ao destinatário, o mais frequente são cartas direcionadas aos juízes ordinários. Em todas as cartas, a referência ao local é muito importante, pois garante que as informações foram repassadas a todos os lugares. Essa unidade informacional é muito importante, uma vez que ela expressa claramente o gênero arquivado nos livros de registro da administração pública da colônia Percebemos, em análise prévia, que essa é uma informação imprescindível nos documentos coloniais.

UR 2 – Realizar propósito

Belotto (2008) destaca a respeito do propósito das cartas. Elas podiam acompanhar um documento oficial e serviam para adiantar a informação e transmiti-la aos lugares mais longínquos do reino. Também serviam para solicitar favores, fazer convites e demais outras possibilidades que definimos como "anúncio de medidas administrativas". Silva (2002,p.70), numa outra perspectiva, reforça essa ideia, dizendo que

> os textos epistolares desempenham funções discursivas [...] que se expressam, por exemplo, nas atividades de informar, de fazer o outro saber e conhecer algo, de fazer o outro agir, de orientar, de normatizar, de controlar (cumprir uma norma/lei, empreender uma atividade não verbal) e, assim por diante.

UR3 – Finalizar contato

Nessa unidade retórica, o escrivão fechará o registro da carta e dará informações importantes a respeito do remetente, destinatário, localidade, data, além de cumprir com as autenticações necessárias para validar o registro feito. Como ainda é atualmente em alguns contextos, o escrivão era uma figura importante que fazia parte do aparelho da administração pública portuguesa. Tanto numa esfera superior, como numa subalterna, o escrivão era o responsável pelos registros de todas as resoluções, em livros das secretarias do governo.

Apresentamos a seguir, a análise das unidades retóricas, destacando as informações contidas em cada uma delas. Em cada carta, nomeamos a informação e apresentamos o trecho correspondente ao lado. Em seguida, apresentamos um modelo

sociorretórico para cada carta, transformando as informações encontradas em subunidades retóricas, assim, enfatizando a ação de linguagem realizada em cada bloco informacional. Após o destaque das informações bem como o estabelecimento de subunidades de cada carta, demonstramos a ocorrência e frequência de tais subunidades e estabelecemos um modelo sociorretórico das cartas administrativas. Passemos a investigação das informações e, em seguida, a descrição das unidades informacionais.

Registro de carta 01:

Nesta carta de 23 de maio de 1765, enviada pelo capitão-mor Antônio Vitoriano Borges da Fonseca aos diretores de índio das vilas da Capitania do Ceará, aborda-se a necessidade de manter os índios menores na escola, além de distribuir entre eles resmas de papel. Os pais devem ser fiscalizados para que não deixem de mandar os filhos à escola e também devem ser cobrados pelas resmas compradas e distribuídas.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta escrita

Indicação do destinatário - ao Diretor da Vila de Soure

UR2: Realizar propósito

Justificativa/emissão de opinião - Nesta ocasião será vossamercê entregue das ordens circulares que julguei conveniente passar aos Diretores das vilas desta Capitania (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - pela ordem e faculdade que para isso tenho do Senhor Conde General da qual vossamercê tem notícia posto que o mesmo Senhor lhe escreveu e que será contente, digo conveniente, registrar no livro da Câmara a que pertencer.

Justificativa/emissão de opinião E porque um dos maiores cuidados que vossamercê deve ter é na escola, porque dela dependem os aumentos da maioridade (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) faça vossamercê toda a diligência para que os meninos não faltem a ela (...).

Justificativa/emissão de opinião - Eu gostei muito de ver o aproveitamento dessa vila, mas como sei pela experiência que tenho dos Índios, são os pais os que mais os pervertem (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - Vossamercê os atemorize, se não mandarem os filhos a escola, prendendo na golilia, por alguns dias (...) tenham também

vossamercês o trabalho de mandar três ou quatro resmas de papel repartindo prorata pelos pais dos meninos a importância das ditas resmas e entregue ao Mestre para que distribua com igualdade

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde vossamercês muitos anos

Tempo e espaço da produção - Vila de Nossa Senhora da Assunção e São José do Ribamar da Fortaleza a 23 de maio de 1765

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Autenticação - E não se continha mais em dita carta que bem e fielmente a fiz tresladar da própria

Destinatário e/ou local - Senhor Alferes José Pereyra da Costa Diretor da Vila nova real de Soure

Assinatura escrivão - Felis Manoel de Matos

Modelo sociorretórico:

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local

UR 2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.2]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.2]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.2]: anunciar medidas administrativas

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: assinar documento

Registro de carta 02

Nesta carta de 12 de setembro de 1774, enviada pelo capitão mor Borges da Fonseca ao aos Juízes ordinários da câmara do Icó, o tenente coronel Antônio Jose Vitoriano Borges da Fonseca manda informar que tem sabido que em Olinda e nas demais vilas subordinadas a ela se tem colocado luminárias nas ruas no dia do *Te deo laudamos* em comemoração "à aquietação que sua santidade pôs a todo o orbe cristam com a total extinção da companhia denominada de Jesus".

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta que mandou

Indicação do destinatário e/ou do local de destino - Tenente Coronel Governador desta capitania Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

Indicação do remetente e/ou local de origem - desta comarca

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Consta-me com toda a certeza que na cidade de Olinda, Capital de Pernambuco e de todas estas Capitanias de sua subordinação e nas mais vilas dele, os oficiais da Câmara destas fizeram luminárias no dia em que cada uma das matrizes se cantou o teDeuLaudamos e em ação de graças pelas paz e aquietação que sua santidade pôs a todo orbe cristão com a total extinção da companhia denominada de Jesus.

Informação/anúncio de medidas administrativas - El Rei nosso senhor mandou auxiliar pela sua lei (...) que em toda essa capitania tenho mandado publicar continuar as ditas luminárias nas noites dos dois dias seguintes para fazerem três.

Justificativa/emissão de opinião - E porque julgo conveniente que vossas mercês façam praticar o mesmo nessa vila e nas demais freguesias do seu termo (...)

UR3: Finalizar contato

Despedida - Deus guarde vossamercê

Tempo e espaço da produção - Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção 12 de Fevereiro de 1774.

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Destinatário e/ou local - Senhores Juízes ordinários e oficiais da câmara da Vila de Nossa Senhora da expectação do Icó

Autenticação E não se continha mais nem menos na dita carta

Assinatura escrivão - João Rodrigues de Oliveira

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro
[SUB. 1.1]: classificar gênero
[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local
[SUB.1.3]: definir remetente e/ou local
UR2: Realizar propósito
[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas
[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas
[SUB. 2.2]: justificar/emitir opinião
UR3: Finalizar contato
[SUB. 3.1]: despedir-se
[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção
[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local
[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local
[SUB. 3.5]: autenticar documento
[SUB. 3.6]: assinar documento

Registro de carta 03

Nesta carta de 23 de setembro de 1776, enviada pelo doutor ouvidor geral ao juiz e vereadores da Câmara do Icó, aborda-se uma ordem recebida de sua Majestade em Pernambuco, que deve ser repassada às demais localidades. Informa-se que a carta com dúvidas do capitão mor está sendo enviada e que se deve cumprir o regimento de acordo com as ordens dele. Essa decisão foi vista pelos conselheiros do Rei. No final da carta, reafirma-se a necessidade de se observar o regimento das ordenanças.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta do

Indicação do remetente e/ou do local de origem - Doutor Ouvidor Geral Corregedor destas comarcas

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Faço saber a vós Ouvidor Geral da Comarca do Ceará (...) saber da observância do novo Regimento das ordenanças, me pareceu ordenar – vos informeis o parecer e falais, observai o dito regimento se embargo das ordens do dito Capitão Mor.

Informação/anúncio de medidas administrativas - El Rei, nosso Senhor, mandou pelos conselheiros do seu conselho ultramarino. Se passou por duas vias.

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) cuja ordem participo a Vossas Mercês a ficarem na sua plena inteligência se entendendo o quanto devem observar o dito Regimento das ordenanças, que se a câmara não fazendo proposta alguma, continha o que o mesmo determina ainda que sejam mandados pelo sobredito Capitão Mor desta Capitania.

UR3: Finalizar contato

Despedida - Deus guarde vossamercê

Tempo e espaço da produção - Vila do Aquiraz 23 de Setembro de 1776.

Destinatário e/ou local - Senhores Juízes, digo, Juiz e vereadores da câmara da Vila do Icó

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Autenticação - E não se continha mais nem menos na dita carta

Assinatura do escrivão - Francisco Carvalho

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.3]: definir remetente e/ou local

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

UR3 – Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: assinar documento

Registro de carta 04

Nesta carta de 21 de novembro de 1768 enviada pelo capitão mor Borges da Fonseca aos diretores de índio, há o informe de que serão feitos pagamentos de salário aos mestres dos filhos dos índios, assim como já se fazia no Piauí, Maranhão e Pará. O salário deveria ser um alqueire de farinha por ano, por cada menino ou menina, ou outro gênero que os pais tivessem. Outra recomendação é de que o papel utilizado seja providenciado pelos diretores.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Carta escrita

Indicação do destinatário e/ou local - aos Diretores

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Aos Mestres das Escolas se dê um alqueire de farinha por ano, por cada um dos rapazes, ou moças, porém com a limitação de que nunca dariam mais de dois alqueires os pais, que trouxessem mais de dois filhos nas referidas escolas, e de nunca se obrigar de modo algum aos mesmos pais, que contribuam com dinheiro (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - O papel que se precisar para as escolas o fará vossamercê prevenir pelo produto do negócio do comum dessa Vila ficando juntamente ao cuidado de vossamercê a diligência de fazer a efetiva contribuição (...)

UR3: Finalizar contato

Despedida - Deus guarde vossamercê

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a 21 de Novembro de 1768.

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Assinatura do escrivão - Felis Manuel de Matos

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3 – Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: assinar documento

Registro de carta 05

Nesta carta de 1º de julho de 1777, enviada pelo capitão-mor Borges da Fonseca aos juízes ordinários, consta informação sobre a morte do rei Dom José I. Além disso, trata das medidas que devem ser tomadas para a manifestação do pesar pela morte do Rei.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta feita

Indicação do destinatário e/ou local - a Câmara

Informe do assunto - para o luto e mais sentimentos que se deve fazer pela falta de nosso El Rei.

UR 2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - O que participo a vossamercê para que façam as demonstrações que se deve praticar.

Justificativa/emissão de opinião - E porque nesta Capitania não há inteira prática do que em semelhantes ocasiões se deve observar (...).

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) nosso estimável ministro bem cuidadoso instrui em que todas as coisas do real serviço se farão com todo acerto.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a 1º de Julho de 1777

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Destinatário e/ou local - Senhores Juízes Ordinários e oficiais da Câmara

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local

[SUB.1.3]: antecipar assunto

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.2]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3 – Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

Registro de carta 06

Nesta carta de 16 de outubro de 177X, que enviada pelo senhor tenente e coronel aos juízes ordinários da Câmara de Soure, há informações a respeito do pagamento dos diretores de trabalho. Informando que não se deveria pagar a sexta parte aos diretores, deveria manter o que foi acordado na fundação das vilas.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta

Indicação do remetente e/ou local - do Senhor Tenente e Coronel Governador

Indicação do destinatário e/ou local - escrita aos Juízes ordinários da Câmara da Vila de Soure.

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Deferir requerimento dos Índios da Vila Viçosa Real de que não se deviam pagar as sextas partes dos seus Diretores, e

outras utilidades, e só do que cultivarem deveriam pagar seis por cento, que é o que foi determinado na fundação dessa vila.

Justificativa/emissão de opinião - Porque essa determinação deve ser obedecida em toda vila do dito.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Senhor, eu participo a vossas mercês para que a fim o tenham entendido para a sua observância registar nos livros da Câmara.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza a 16 de Outubro de 177X

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Destinatário e/ou local - Senhores Juízes Ordinários e oficiais da comarca da Vila de Soure

Autenticação - e se passou para as demais vilas desta capitania

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: definir destinatário e/ou local

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB.2.2.]: justificar/ emitir opinião

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3 – Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar tempo e espaço da produção

[SUB. 3.3.]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB.3.5]: autenticar documento

Registro de carta 07

Nesta carta de 28 de agosto de 1766, o capitão mor Borges da Fonseca enviou informação ao capitão mor da Vila do Crato. Junto à carta foi enviado um bando para que se informasse a população da vila a respeito da resolução sobre o cultivo das terras. Para isso, deverá haver observância do que se determinou o senhor general Luís Diogo.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta escrita

Indicação do destinatário e/ou local - ao Capitão Mor da real Vila do Crato

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) mando fazer a resolução notória a todos a resolução que o regimento foi servido determinar (...).

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) fará vossamercê indiscutivelmente praticar as providências que este mesmo fim determinou o Senhor General Luís Diogo.

UR3: Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a 28 de Agosto de 1766

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Destinatário e/ou local - Comarca Capitão-Mor da Vila do Crato

Autenticação - e nesta conformidade se escreva a todos os Capitães desta Capitania

Assinatura do escrivão - Felis Manuel de Matos

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro
[SUB. 1.1]: classificar gênero
[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local
UR2: Realizar propósito
[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas
[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas
UR3 – Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB.3.5]: autenticar documento

[SUB.3.6]: assinar documento

Registro de carta 08

Nesta carta de 8 de maio de 1768, o capitão mor Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca envia informações ao juiz ordinário. A carta informa sobre o que deve ser pago ao governo, caso algum morador da vila precise de mão de obra indígena para trabalhar. Além disso, estabelecem-se as condições e o valor a ser pago, deixando claro que apenas os índios maiores devem ser mão de obra; os menores deverão aprender algum ofício.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta

Informe do assunto - sobre os índios de Vila Viçosa

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) que por cada índio ou índia da qualidade que for, os moradores para qualquer serviço darão 80 reis por mês pago na forma que se insinuou na carta de 28 de maio de 1765.

Informação/anúncio de medidas administrativas - E que esta regra geral só se deve entender com os índios e índias que se derem para o serviço dos moradores e de nenhuma sorte os de pouca idade (...)

UR3: Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a 8 de maio de 1768

Remetente e/ou local - Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Autenticação - e não se continha mais na dita carta

Assinatura do escrivão - Felis Manuel de Matos

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: antecipar assunto

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: autenticar documento

[SUB. 3.5]: assinar documento

Registro de carta 09

Nesta carta de 09 de janeiro de 1778, o senhor governador e capitão General de Pernambuco Dom Thomas José de Mello anuncia à câmara do Icó a respeito de ordens da Rainha Nossa Senhora de Portugal. Consta na carta que se devem pagar as "propinas" obrigatórias ao secretário do Conselho Ultramarino Miguel Lopes da Lavre. Além disso, a Rainha ordena a todos que paguem tudo o que estiverem devendo ao secretário e que no futuro estejam mais prontos a fazerem o pagamento.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta que

Indicação do remetente e/ou local - escreveu Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General de Pernambuco Dom Thomas José de Mello

Indicação do destinatário e/ou local - ao Senado da Câmara desta Vila do Icó

UR 2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Manda a Rainha Nossa Senhora (...) que as Câmaras desta Capitania e suas anexas satisfaçam ao Secretário do Conselho Ultramarino Joaquim Lopes da Lavre digo Miguel Lopes da Lavre as propinas que são obrigadas a satisfazer – lhe em razão do seu ofício.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Ordeno que sem demora aprontem tudo que estiverem devendo ao dito secretário.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Advirto que para o futuro sejam mais prontos em satisfazer o dito pagamento.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Recife 9 de Janeiro de 1788

Remetente e/ou local - Dom José de Mello

Destinatário e/ou local - Senhores oficiais da Câmara da Vila do Icó

Autenticação - e não se continha mais na dita carta

Autenticação - Antônio Carvalho do Vale, escrivão da Câmara e órfão

Despedida Deus guarde

Autenticação - fiz tresladar bem e fielmente da própria que fica no arquivo do Senado da Câmara que a ela me reporto e vai na verdade sem coisa que dúvida faça e a fiz tresladar ao mando do Senado da Câmara e acordão dessa sobredita vila

Tempo o espaço do registro: seis de Março de 1788

Autenticação - fiz e assinei

Assinatura do escrivão - Antônio Carvalho do Vale

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: definir destinatário e/ou local

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: situar o tempo o espaço do registro

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.7]: assinar documento

Registro de carta 10

Nesta carta de 7 de novembro de 1793, o senhor doutor ouvidor geral e corregedor Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo anuncia as medidas a serem tomadas pelos juiz ordinário presidente da câmara da Vila do Icó a respeito do nascimento da filha do príncipe do Brasil. Consta na carta que Sua Majestade manda publicar esta notícia alegre para que se conservem os gestos ardentes e fervorosos em favor da Real descendência. Além disso, devem-se praticar três dias de luminárias nessa vila e no seu termo assim que receberem o aviso.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta que

Indicação do remetente e/ou local - escreveu o Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo

Indicação do destinatário e/ou local - ao Juiz Ordinário do Senado da Câmara desta Vila do de Nossa Senhora da Expectação do Icó.

UR2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Participo a vossas mercês a fausta e feliz notícia do nascimento da Sereníssima Senhora Dona Thereza Princesa da Beira, filha do sereníssimo Príncipe do Brasil Nosso Senhor Deus Todo Poderoso. Propício

aos tratos dos fiéis vassalos portugueses se dignou felicitá-los com o nascimento da dita sereníssima Princesa em vinte e nove de abril do corrente ano.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Sua Majestade manda publicar esta notícia alegre para que se conservem os gestos ardentes e fervorosos em favor da Real descendência. Fazer praticar as demonstrações de júbilo e de gosto que forem decentes e que seu reconhecimento gere contentamento.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Praticar três dias de luminárias nessa vila e no seu termo imediatamente que receberem este aviso.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde as vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila da Fortaleza 7 de novembro 1793

Remetente e/ou local - Doutor Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo

Destinatário e/ou local - Senhores Juiz Ordinário Presidente e mais oficiais da Câmara da Vila do Icó

Autenticação - e é o que se continha mais na dita carta

Autenticação - João Antônio Gonçalves, escrivão da comarca e órfão nesta Vila da Expectação do Icó e seu termo comarca do Ceará Grande por sua Majestade Fidelíssima.

Despedida - Deus guarde

Autenticação - Fiz tresladar bem e fielmente da própria ao que ela me reporto leais na verdade e sem coisa que dúvida faça, com a própria conferi, li, escrevi e assinei nesta sobredita Vila do Icó

Tempo e espaço do registro - 23 de Dezembro de 1793

Autenticação - conferi e assinei

Assinatura do escrivão - João Antônio Gonçalves

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: definir destinatário e/ou local

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: anunciar medidas administrativas

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: situar o tempo do registro

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.7]: assinar documento

Registro de carta 11

Nesta carta de 29 de maio de 1784, o senhor governador e capitão general de Pernambuco envia respostas das cartas enviadas anteriormente pelo tenente coronel e capitão mor governador da Capitania do Ceará Grande. Consta informação a respeito de que o governador e capitão general de Pernambuco recebeu o saco de cartas enviado pelo capitão mor, anuncia aprovação dos procedimentos praticados pelo responsável pela capitania cearense e acrescenta que nunca deixem de serem executadas as ordens reais para desgosto dos estrangeiros. O governador de Pernambuco informa que está ciente da morte de um coronel da cavalaria auxiliar de Acaraú, deixando a cargo do capitão mor do Ceará as decisões que achar conveniente, diz que estima as melhoras do governador do Ceará e fala a respeito de Francisco Bento Maria que se fez passar por parente seu.

UR1: Abrir registro

Classificação do gênero - Registro de uma carta

Indicação do remetente e/ou local - do ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General de Pernambuco

Indicação do destinatário e/ou local - ao Ilustríssimo Senhor Tenente Coronel e Capitão Mor Governador desta Capitania do Ceará Grande

Informe da data - datada de 29 de maio de 1784

UR 2: Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Tenho recebido cinco cartas de Vossa Mercê em datas de 20 de dezembro do ano passado, e de 1 de março, 16-23-27 de abril do corrente ano, as quais todas agora respondo, menos a de 27 de abril cuja resposta faço em carta separada.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Aprovo o procedimento que mandou praticar na conformidade das Reais Ordens com a Balança Francesa dos Pescadores (...)

Informação/anúncio de medidas administrativas - Previno, porém, a Vossa Mercê, que em semelhantes ocasiões nunca deixe de fazer executar em todo o rigor o desposto nas mesmas Reais Ordens, para desgostar quanto foi possível os estrangeiros frequentes arribadas aos nossos portos e costas

Justificativa/emissão de opinião (...) o que é uma espécie de comunicação contrária às Reais Intenções, e que Sua Majestade procura evitar por meio das referidas Ordens.

Informação/anúncio de medidas administrativas - Fico ciente de ter falecido o Coronel da Cavalaria Auxiliar de Acaraú e chegando a notícia que Vossa Mercê indica ter feito daquele Porto, darei a providência que achar mais útil do Real serviço.

Informação/anúncio de medidas administrativas - (...) mandei recolher na cadeia desta praça, onde ficava retido até que venham os corregedores dos efeitos transportados no dito barco por si ou por seus procuradores tomar-lhes contas do que a cada um pertence, para o que Vossa Mercê fará competentes avisos e tomando a esse porto, tão bem mandar prender por alguns dias para que assim que aí tem Superior que o pode castigar, e a quem deve respeitar e ter obediência

Expressão de estima/desejo - Estimo se ache restabelecido das moléstias que padeceu

Justificativa/emissão de opinião - cuja notícia me foi muito sensível e não menos a do espírito de ingratidão e orgulho de Francisco Bento Maria, principalmente por este [ilegível] com o título de meu afilhado para se comportar tão indignamente, como Vossa Mercê me participa.

Justificativa/emissão de opinião - Ele nunca foi meu afilhado, nem lhe havia carta minha de recomendação. Mas ainda que eu lhe tivera dado, nem por isso deixaria de usar da demonstração de castigo contenda na outra carta , que vossa mercê receberá coma presente. Sendo infalível que toda a recomendação se entende em termos hábeis e supondo méritos e não deméritos da parte dos recomendados.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde a vossa mercê

Tempo e espaço da produção - Recife 29 de maio de 1784

Remetente e/ou local - José Cezar de Menezes

Destinatário e/ou local - Senhores João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury

Autenticação - e não se continha mais na dita carta

Assinatura do escrivão - José de [ilegível]

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local

[SUB.1.3]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.4]: informar data

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.2]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.1]: informar/ anunciar medidas administrativas

[SUB. 2.3]: expressar estima/desejo

[SUB. 2.2]: justificativa/emissão de opinião

[SUB. 2.2]: justificativa/emissão de opinião

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.6]: assinar documento

Registro de carta 12

Na carta de 15 de janeiro de 1788, os oficiais da câmara do senado de Icó, que se denominam como "humildes súditos", escrevem ao governador e capitão General de Pernambuco Dom Thomas José de Mello, saudando sua chegada ao governo. Consta na carta que os oficiais estavam interessados em demonstrar o prazer com que receberam a notícia da chegada do governador e interessados também em expressar que eles estavam se prontificando a apresentar uma incomparável obediência.

UR1 - Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta que

Indicação do remetente e/ou local - escreveu o Senado da Câmara

Indicação do destinatário e/ou local - ao Governador e Capitão General de Pernambuco o Senhor Thomas José de Mello

Informe do assunto - dando lhe as boas vindas da sua chegada

UR 2 - Realizar propósito

Realização/resposta de saudação - (...) o indizível prazer que nos sobreveio com a chegada de Vossa Excelência nos moveu a fazer manifestar a Vossa Excelência e a incomparável obediência que vamos apresentar.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde, e a Vossa Excelência conserve a estimável vila

Tempo e espaço da produção - Vila de Nossa Senhora da expectação do Icó 15 de janeiro de 1788

Remetente e/ou local os mais humildes súditos

Autenticação - e não se continha mais na dita carta

Assinatura do escrivão - Antônio Carvalho do Valle

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: definir destinatário e/ou local

[SUB.1.4]: antecipar assunto

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: fazer saudação

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: autenticar documento

[SUB.3.5]: assinar documento

Registro de carta 13

Na carta de 7 de fevereiro de 1788, o Ilustríssimo e Excelentíssimo governador e capitão general de Pernambuco Dom Thomas de Mello escreve para agradecer ao senado da câmara da Vila do Icó as saudações feitas em carta enviada pelos oficiais dessas câmara. Consta na carta o agradecimento do governador e a expressão do desejo de que a sua ida a essa região seja agradável, já que o seu objetivo é o de bem servir à Rainha, conservando a paz e a tranquilidade dessa localidade.

UR1 - Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta que

Indicação do remetente e/ou local - escreveu o Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador e Capitão e General de Pernambuco Dom Thomas de Mello

Indicação do destinatário e/ou local - ao Senado da Câmara desta Vila do Icó

UR 2 - Realizar propósito

Realização/resposta de saudação - Agradeço a vossas mercês as suas atentas exposições

Expressão de estima/desejo - (...) estimarei que a minha vinda aqui a estas capitanias lhe seja agradável,

Justificativa/emissão de opinião - (...) pois o meu interesse é o de bem servir a Sua Majestade conservando estes povos na paz e tranquilidade recomendada pela mesma

Senhora para a qual servem vossas mercês, concorrer quanto lhe for prometido em razão dos cargos que ocupam.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde a vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Recife sete de fevereiro de 1788

Remetente e/ou local - Dom Thomas José de Mello

Autenticação - e não se continha mais em dita carta

Autenticação - Antônio Carvalho do Valle, escrivão da Câmara e órfão

Tempo e espaço da produção - Nesta Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, Comarca do Ceará Grande

Despedida - e por sua Majestade Fidelíssima, que Deus Guarde

Autenticação - Fiz tresladar bem e fielmente da própria que fica no arquivo do Senado da Câmara (...) na verdade sem coisa que dúvida faça e a fiz tresladar por mandado do Senado da Câmara nesta sobredita vila.

Tempo e espaço do registro - aos seis dias do mês de março de 1788.

Assinatura do escrivão - Antônio Carvalho do Vale

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: definir destinatário e/ou local

UR 2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: fazer/responder saudação

[SUB.2.2]: expressar desejo

[SUB.2.3]: justificar/emitir opinião

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: autenticar documento

[SUB.3.4]: autenticar documento

[SUB. 3.5]: situar tempo e espaço do registro

[SUB.3.1]: despedir-se [SUB. 3.4] autenticar documento [SUB. 3.5]: situar tempo e espaço do registro [SUB.3.6]: assinar documento

Registro de carta 14

Nesta carta de 6 de Janeiro de 1788, o doutor Manoel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo escreve ao Senado da Câmara do Icó informando sobre a chegada do governador Dom Thomas José de Mello e solicita ao senado que divulgue esta informação e, como medida administrativa, oriente a todos que coloquem luminárias por três noites na vila para expressar contentamento sobre o acontecido.

UR1 - Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta que

Indicação do destinatário e/ou local - escreveu ao Senado da Câmara desta Vila do Icó

Indicação do remetente e/ou local - o Doutor Corregedor e Ouvidor Geral de Pinto e Avellar de Barbedo

Informe do assunto - para festejar a feliz chegada do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador Dom Thomas José de Mello

UR 2 - Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - Chegou felizmente a Pernambuco o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador Dom Thomas José de Mello

Justificativa/emissão de opinião - que para nos fazer felizes a Fidelíssima Senhora, digo, Rainha Nossa Senhora, nomeava ao Supremo emprego que presentemente ocupa, para se determinar esta alegre notícia.

Informação/anúncio de medidas administrativas - deverão vossas mercês mandar deitar bando para todas as pessoas desta vila porem luminárias por três noites e fazer o mesmo, esse Senado permitindo todos os mais festejos que forem próprios e nascidos do contentamento público.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde a vossas mercês

Tempo e espaço da produção - Vila de São José do Ribamar do Aquiraz seis de Janeiro de 1788

Remetente e/ou local - Ouvidor Geral Doutor Manoel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo

Destinatário e/ou local - Senhor Juiz Presidente, Vereadores e mais oficiais do nobre Senado da Vila do Icó

Autenticação - e não se continha mais em dita carta

Autenticação - que eu Antônio Carvalho do Valle, escrivão da Câmara e órfão

Tempo e espaço da produção - Nesta Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, Comarca do Ceará Grande

Despedida - por sua Majestade Fidelíssima, que Deus Guarde

Autenticação - Fiz tresladar bem e fielmente da própria que fica no arquivo do Senado da Câmara (...) na verdade sem coisa que dúvida faça e a fiz tresladar por mandado do Senado da Câmara nesta sobredita vila.

Tempo e espaço do registro - aos dois dias do mês de março de 1788.

Assinatura do escrivão - Antônio Carvalho do Valle

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir destinatário e/ou local

[SUB.1.3]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.4]: antecipar assunto

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: informar/anunciar medida administrativa

[SUB.2.2]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.1]: informar/anunciar medida administrativa

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: situar o tempo e o espaço do registro

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB.3.6]: situar tempo e espaço do registro

[SUB.3.7]: assinar documento

Registro de carta 15

Nesta carta de 4 de julho de 1777, o ouvidor geral e corregedor da câmara José da Costa Dias escreve às vilas informando sobre a morte de Dom José I e sobre o casamento do Príncipe da Beira. O ouvidor orienta ao senado das vilas que sejam feitas demonstrações lustrosas e festivas pelo casamento do Príncipe. E sugere que, se houver condições, sem que se excedam os gastos, pratiquem demonstrações funerais e eclesiais por causa da morte do rei.

UR1 - Abrir registro

Classificação do gênero - Registro da carta que

Indicação do remetente e/ou local - escreveu o Senhor Doutor Corregedor e Ouvidor Geral da Câmara José da Costa Dias

Informe do assunto - a respeito do que nela se contém

UR 2 - Realizar propósito

Informação/anúncio de medidas administrativas - intimo da notícia o deplorável óbito do nosso Augustíssimo e Soberano Senhor Dom José I de saudosa memória, como das desposarias do Sereníssimo Princípe da Beira com a Senhora Infanta Dona Maria Francisca Benedicta para que esse nobre senado faça as demonstrações lustrosas e festivas a cada um dos dictos

Justificativa/emissão de opinião - E porque devo dar insinuações e providências necessárias para que as mesmas demonstrações se cumpram nos seus competentes termos

Informação/anúncio de medidas administrativas - Envio o Edital incluso para que vossas mercês o façam publicar e cumprir como nele se contém. Também devo advertir a vossas mercês que havendo nessa vila e nessa Câmara possibilidade para se fazerem

as demonstrações funerais e eclesiais as poderão vossas mercês fazer regulando-se pela formalidade que acharem no arquivo da Câmara praticada em semelhantes ocasiões ou poderão ver as que parecerem justas, contanto que não excedam os devidos termos da despesa e se comporte dela a sua majestade pelo conselho ultramarino, registrando-se esta notícia no livro competente.

UR3 – Finalizar contato

Despedida - Deus guarde a vossas mercês muitos anos

Tempo e espaço da produção - Vila de Aquiraz quatro de Julho de 1777

Remetente e/ou local - Ouvidor Geral da Comarca – José da Costa Dias Barros

Destinatário e/ou local - Senhor Juiz Ordinário e mais corpo do Senado da Câmara

Autenticação - e não se continha mais em dita carta

Autenticação - que eu escrivão da Câmara e órfão

Tempo e espaço do registro - Nesta Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, Capitania do Ceará Grande

Despedida - por sua Majestade Fidelíssima, que Deus Guarde

Autenticação - Fiz tresladar bem e fielmente por mandado do senado desta vila a qual conferi e assinei com meu sinal de que uso nesta vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó

Tempo e espaço do registro - dos vinte e um dias do mês de Julho de 1777.

Assinatura do escrivão - Antônio Carvalho do Valle

Modelo sociorretórico

UR1: Abrir registro

[SUB. 1.1]: classificar gênero

[SUB.1.2]: definir remetente e/ou local

[SUB.1.3]: antecipar assunto

UR2: Realizar propósito

[SUB. 2.1]: informar/anunciar medida administrativa

[SUB.2.2]: justificar/emitir opinião

[SUB. 2.1]: informar/anunciar medida administrativa

UR3: Finalizar contato

[SUB. 3.1]: despedir-se

[SUB. 3.2]: situar o tempo e o espaço da produção

[SUB. 3.3]: definir remetente e/ou local

[SUB. 3.4]: definir destinatário e/ou local

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.5]: autenticar documento

[SUB. 3.6]: situar o tempo e o espaço do registro

[SUB.3.1]: despedir-se

[SUB. 3.5] autenticar documento

[SUB. 3.6]: situar o tempo e o espaço do registro

[SUB.3.7]: assinar documento

De posse das informações contidas em todos os registros de cartas, podemos verificar a recorrência das informações identificadas. Nos quadros 9, 10 e 11, demonstramos todas as informações encontradas e as subunidades retóricas correspondentes a elas.

Quadro 9: Unidades de informação e subunidades retóricas da UR1.

Unidade retórica 1 – Abrir registro	
Unidade de informação	**Subunidade retórica**
Classificação do gênero	1.1 Classificar gênero
Indicação do destinatário e/ou local	1.2 Definir destinatário e/ou local
Indicação do remetente e/ou local	1.3 Definir remetente e/ou local
Informe do assunto	1.4 Antecipar assunto
Informe da data	1.5 Informar data

Quadro 10: Unidades de informação e subunidades retóricas da UR2.

Unidade retórica 2 – Realizar propósito	
Unidade de Informação	**Subunidade retórica**
Informação/anuncio de medidas	2.1 Informar/anunciar medidas

administrativas	
Justificativa/emissão de opinião	2.2 Justificar/emitir opinião
Realização/resposta de saudação	2.3 Fazer/responder saudação
Expressão de estima/desejo	2.4 expressar estima (desejo)

Quadro 11: Unidades de informação e subunidades retóricas da UR3.

Unidade retórica 3 – Finalizar contato	
Unidade de Informação	**Subunidade retórica**
Despedida	3.1 Despedir-se
Tempo e espaço da produção	3.2 Situar o tempo e o espaço da produção
Remetente e/ou local	3.3 Definir remetente e/ou local
Destinatário e/ou local	3.4 Definir destinatário e/ou local
Autenticação	3.5 Autenticar documento
Tempo e espaço do registro	3.6 Situar tempo e espaço do registro
Assinatura	3.7 Assinar documento

Para o estabelecimento do modelo sociorretórico dos registros das cartas desta pesquisa, consideramos relevante dados que apresentem frequência maior que 50%. Na tabela 4, apresentamos e destacamos as subunidades encontradas na Unidade Retórica 1:

UR1: Abrir registro

Tabela 4: Recorrência/ frequência das subunidades da Unidade Retórica 1.

Subunidade	**Recorrência**	**Frequência**	**Cartas**
1.1 Classificar gênero	15	100%	C01 – C15
1.2 Definir destinatário e/ou local	13	85%	C01 – C02 – C04 C05 - C06 – C07 C09 C10 - C11 C12 – C13 – C14
1.3 Definir remetente e/ou local	11	70%	C02 - C03 - C06 C07 - C08 - C09

			C10 – C11 C12 - C15
1.4 Antecipar assunto	5	33%	C5 - C12 – C14 – C15
1.5 Informar data	1	6%	C11

Em relação à unidade de informação 1, em que consideramos como a abertura do registro, encontramos cinco subunidades. A subunidade 1.1 trata de classificar o gênero, as subunidades 1.2 e 1.3 tratam de informação sobre destinatário e/ou local e remetente e/ou local, respectivamente. A subunidade 1.4 indica a antecipação de um assunto e a 1.5 informa a data. Nas subunidades 1.2 e 1.3, alocamos duas informações como destinatário e local, por exemplo, por notarmos que a informação sobre o local aparece quase sempre junto às informações de destinatário e remetente ou; às vezes, aparece sozinha.

Verificamos que as mais frequentes e relevantes são as unidades 1.1, 1.2 e 1.3, em que informam a respeito do gênero, do destinatário, do remetente e do local de produção e envio das cartas. Nesses documentos, é característico escrever o nome do gênero que está sendo registrado. Como esse material se encontra em grandes livros da câmara cuja variedade de gêneros textuais é alta, a tarefa de nomear o gênero é muito importante e necessária para se manter uma boa organização, além de deixar clara a natureza do gênero que está sendo registrado. Portanto, a informação com a frequência mais alta, 100%, é a subunidade 1.1, em que se identifica o gênero.

Em seguida, a subunidade 1.2 apresenta a segunda maior frequência, por volta de 85%, que diz respeito ao destinatário das cartas. A terceira subunidade com maior frequência é a 1.3, com pouco mais de 70% de recorrência, que fala sobre o remetente das cartas enviadas. A maioria das cartas é enviada por superiores aos seus subalternos; no entanto, ao contrário de outros gêneros nos quais só há essa relação descendente, a carta administrativa permite que indivíduos de cargos hierárquicos mais abaixo se comuniquem com seus superiores. As subunidades 1.4 e 1.5 apresentaram frequência irrelevante para a sua inserção no modelo sociorretórico da carta administrativa.

Considerando a frequência das informações encontradas, reorganizamos a sequência das subunidades da seguinte forma: a subunidade 1.1 permanecerá tendo esse destaque, pois é a mais frequente e relevante na unidade de abertura do registro. Em seguida, dispomos as subunidades 1.2 e 1.3, que dizem respeito ao destinatário e/local e remetente e/ou local. A seguir, destacamos modelo para a unidade de abertura de registro:

Unidade Retórica 1 : Abrir registro	
1.1	Classificar gênero
1.2	Definir destinatário e/ou local
1.3	Definir remetente e/ou local

Verificaremos, no quadro a seguir, as subunidades que compõem a unidade retórica 2, em que se realizam os propósitos comunicativos do gênero:

Tabela 5: Recorrência/ frequência das subunidades da Unidade Retórica 2.

Subunidade	**Recorrência**	**Frequência**	**Cartas**
2.1 - Informar/anunciar medidas	13	85%	C01 - C02 – C03 - C04 C05 C06 - C07 - C09 C10 – C11 C14 - C15
2.2 - Justificar/emitir opinião	9	60%	C01 - C02 – C05 - C06 C07 C08 – C11 – C13 C14 - C15
2.3 - Fazer/responder saudação	2	12%	C12 – C13
2.4 - Expressar estima (desejo)	2	12%	C11 – C13

Em relação à unidade retórica 2, identificamos quatro subunidades informacionais ligadas ao propósito comunicativo que identificamos nas cartas analisadas. Inicialmente enumeramos por ordem de aparecimento sendo a primeira subunidade de informação informar/anunciar medidas administrativas, a segunda justificar/emitir opinião e, as demais, fazer/responder saudação e expressar estima (desejo). Na análise da frequência das cartas, a disposição estabelecida por nós previamente se manteve, visto que a subunidade mais frequente foi a 2.1, com 85% de frequência, e a segunda mais frequente foi a 2.2, com 60%. Sendo assim, elas permanecem com a mesma descrição da análise prévia.

Essas subunidades dizem respeito aos objetivos de informar/anunciar medidas administrativas e de justificar/emitir opinião. Esses propósitos comunicativos são pertinentes às funções da comunidade discursiva da administração pública, pois expressam no gênero textual as práticas realizadas nessa sociedade emergente que estava tendo seus primeiros contatos com as normas e as leis "civilizadas". Em situações administrativas ou em situações mais corriqueiras da vida em que há morte, casamento, nascimento na família real portuguesa, a informação e as medidas a serem tomadas nessas circunstâncias eram palavras de ordem que organizavam e estruturavam eventos sociais e comunicativos entre sujeitos que não tinham nenhuma ideia de como se comportar em situações sociais de uma realidade muito distante da vivida no litoral ou no sertão da Capitania do Ceará.

Como forma de fazer entender as medidas administrativas estipuladas, havia a justificativa para tal prática através do reforço da vontade real e da vinculação ao Conselho Ultramarino que praticava medidas em consonância com as Ordenações Filipinas. A apreciação do poder imediato, como do governador de Pernambuco ou do Ceará, também aparece como prática relevante nas cartas analisadas. Em diversos momentos, ações realizadas por juízes ordinários, diretores de índio, são avaliadas por seus superiores. É uma forma de garantir a manutenção dos objetivos, das crenças e do ritmo de trabalho estabelecido para aquela localidade.

A seguir modelo da unidade retórica 2:

Unidade Retórica 2: Realizar propósito

2.1 Informar/anunciar medidas administrativas

2.2 Justificar/emitir opinião

Finalmente, verificamos no quadro a seguir, em que dispomos em ordem de recorrência/frequência, as informações retóricas que compõem as subunidades da UR3:

Tabela 6: Recorrência/ frequência das subunidades da Unidade Retórica 3.

Subunidades	**Recorrência**	**Frequência**	**Cartas**
3.1 Despedir-se	15	100%	C1 – C15
3.2 Situar o tempo e/ou espaço da produção	15	100%	C1 – C15
3.3 Definir remetente e/ou local	15	100%	C01 – C15
3.4 Definir destinatário e/ou local	15	100%	C01 – C15
3.5 Autenticar registro	14	90%	C01 – C02 – C03 C04 C06 – C07 C08 – C09 – C10 C11 –C12 – C13 C14 - C15
3.6 Assinar documento	11	73%	C01 – C02 – C03 C04 - C07 C08 C09 – C10 – C11

			C12 – C15
3.7 Situar o tempo e o espaço do registro	5	33%	C01 – C02 –C03 C04 – C09

Em relação à unidade retórica 3, encontramos o maior número de subunidades. Como as cartas analisadas apresentam particularidades quanto ao seu fechamento, considerando que são cartas administrativas, o protocolo final de registro delas é bastante padronizado. É uma marca da comunidade discursiva da administração pública impressa em muitos gêneros registrados nos livros disponíveis. Notamos que esse padrão garante a veracidade e a legitimidade desse documento, tornando esse gênero textual um documento da esfera público-administrativa, que também está de acordo com os preceitos da Diplomática. Através dessas subunidades, verificamos a busca pela padronização, pela sistematização tanto do texto como de uma sociedade que está se estabelecendo como civilização. Esses mecanismos burocráticos dão aos exemplares registrados a solenidade necessária para a sua inserção no mundo jurídico-administrativo. Diante dessa constatação, percebemos que a Diplomática já enfatizava a existência de uma formalidade de discurso (BELLOTTO, 2008, p.6) que transforma o texto escrito em documento legítimo, característico e pertencente a uma dada esfera pública.

Considerando essa necessidade de validação do texto e da sociedade, a unidade retórica 3 é a mais longa, a que contem maior número de unidades informacionais, que garantem estabilidade jurídica ao texto. Das 7 subunidades de informação encontradas por nós, 6 delas são muito frequentes nas cartas analisadas. As subunidades 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 têm 100% de frequência nos exemplares. Essas informações dizem respeito à despedida realizada, ao tempo e ao espaço, ao destinatário, ao remetente, respectivamente. Em seguida, temos a subunidade 3.5, informando sobre a autenticação do documento, que apresenta frequência de um pouco mais de 90%.

É importante destacar a relevância da subunidade 3.5 *autenticar documento*. Ela está intimamente ligada à condição do gênero textual analisado, que está inserido

numa rede burocratizada e normatizada. Como já dissemos, é uma forma de garantir legitimidade e veracidade ao discurso produzido e ao documento registrado. As autenticações são a garantia de que o documento não é falso e que expressa a vontade do rei.

Fechando essa unidade retórica, há ainda a subunidade 3.6, a assinatura do documento, com uma recorrência de 73%. A frequência relativamente reduzida dessa subunidade pode ser pela particularidade do material pesquisado, pois sabemos que os registros são assinados por um funcionário da administração pública, o escrivão. No entanto, como se trata de um texto antigo, com mais de 250 anos, algumas de suas partes estão manchadas, rasgadas, tornando árdua a tarefa de transcrição do texto e difícil a identificação do que está escrito ali. Em relação à subunidade 3.7, situar tempo e espaço do registro, a frequência foi irrelevante para nossa pesquisa, considerando que para haver relevância ela deve ser mais de 50%; nesse caso, foi de apenas 33%.

A seguir modelo da organização retórica da unidade 3:

Unidade retórica 3: Finalizar contato
3.1 Despedir-se
3.2 Situar o tempo e o espaço da produção
3.3 Definir remetente e/ou local
3.4 Definir destinatário e/ou local
3.5 Autenticar documento
3.6 Assinar documento

4.4.3 Estabelecimneto de um modelo sociorretórico dos registros de cartas

Após termos analisado as unidades e subunidades retóricas dos 15 registros de cartas administrativas, pudemos verificar um padrão organizacional das informações contidas em cada bloco retórico. A seguir, demonstramos o modelo a que chegamos, após as análises descritas:

Quadro 12: Modelo sociorretórico dos registros de cartas administrativas do período colonial do Ceará.

Unidade Retórica 1 : Abrir registro

1.1 Classificar gênero [SUB.1.1]

1.2 Definir destinatário e/ou local [SUB.1.2]

1.3 Definir remetente e/ou local [SUB.1.3]

Unidade Retórica 2: Realizar propósito

2.1 Informar/anunciar medidas administrativas [SUB.2.1]

2.2 Justificar/emitir opinião [SUB.2.2]

Unidade retórica 3: Finalizar contato

3.1 Despedir-se [SUB.3.1]

3.2 Situar o tempo e o espaço da produção [SUB.3.2]

3.3 Definir remetente e/ou local [SUB.3.3]

3.4 Definir destinatário e/ou local [SUB.3.4]

3.5 Autenticar documento [SUB.3.5]

3.6 Assinar documento [SUB.3.6]

O estabelecimento de um modelo sociorretórico sintetiza toda uma investigação que associa condições de produção à ação através de gêneros textuais. Sendo assim, não temos uma estrutura rígida e formal de partes que compõem o gênero, mas formas típicas que se adequam a um tempo e a propósito(s) comunicativo(s).

Dessa forma, salientamos, mais uma vez, a importância do contexto, que influencia a produção escrita de gêneros textuais, garantindo que se materializem linguisticamente crenças, ideologias e ações a serem realizadas. No registro das cartas administrativas, as subunidades encontradas reforçam as práticas da administração pública colonial; assim, era necessário deixar claro o gênero textual em questão, por isso a subunidade mais frequente e presente no modelo sociorretórico é a 1.1 que indica a ação de classificar o gênero. Também percebemos o papel fundamental das cartas que estava expresso na UR2 em que encontramos a subunidade 2.1 na qual se realiza a ação de informar/anunciar medidas administrativas, uma vez que a carta era o único veículo de comunicação no período colonial capaz de estabelecer interação entre lugares tão

distantes. Na finalização do contato, UR3, vimos a força da burocracia colonial através de seis subunidades que serviam para dar autenticidade e legitimidade ao documento.

Com todo esse cenário, finalizamos esse capítulo de análise, ressaltando a importância da teoria de Swales (1990), especialmente em relação ao modelo CARS, e das adaptações realizadas por Bernardino (2000) e Gomes (2002) para nossa pesquisa. Segundo Biasi-Rodrigues e Hemais (2005, p.128), "Swales parece querer trazer um conhecimento mais amplo para os estudos teóricos de gênero através de estudos aplicados." Consideramos que os trabalhos dos autores brasileiros, assim como o nosso, contribuem para a discussão sobre essa maneira de ampliar a forma de análise de gêneros. Em seguida, algumas considerações a respeito das cartas analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, Filologia e Linguística Aplicada caminharam juntas para a descrição tanto de aspectos filológicos como de aspectos da análise do gênero textual em 15 cartas administrativas do período colonial do Ceará. Tivemos duas bases teóricas, articuladas de modo inédito, para nos auxiliar a alcançar nossos objetivos. A primeira no campo dos estudos filológicos, através da edição semidiplomática e das análises paleográficas e codicológicas, e a segunda no campo de análise de gênero através da teoria de Swales (1990).

Traçamos três objetivos e julgamos termos conseguido alcançá-los. O primeiro objetivo era o de contextualizar o momento histórico e político-administrativo no qual as cartas e seus propósitos comunicativos estão inseridos. Esse cenário sócio-histórico foi bastante importante para a identificação dos propósitos, além de constituir o ponto mais interdisciplinar da pesquisa, pois essa investigação tanto interessa à Filologia quanto à Linguística Aplicada, no que se refere à análise de gênero. Vimos que as cartas circulavam entre Pernambuco e Ceará, nesta última capitania, nas vilas Viçosa, Crato, Soure, Fortaleza, Aquiraz, no período entre 1765 a 1793. Mais do que estabelecer contato, as cartas tinham o objetivo de informar tanto o que estava acontecendo em Portugal como o que estava acontecendo na colônia, além de anunciar medidas administrativas, ação muito importante para a organização, estabilização e manutenção do setor jurídico-administrativo da colônia.

Os interlocutores dessas cartas eram ouvidores, governadores, juízes ordinários e outros oficiais da câmara que trocavam informação sobre o que estava acontecendo em cada localidade. Eles informavam sobre acontecimentos corriqueiros da vida cotidiana como casamentos, nascimentos, mortes, enfermidades. Também informavam sobre acontecimentos administrativos como a chegada de um novo governador, a expulsão da companhia de Jesus e o recolhimento de propina por secretário destinado. Essas informações estavam atreladas a medidas administrativas a serem tomadas de acordo com as leis e, principalmente, de acordo com a vontade soberana real.

A partir do levantamento do contexto histórico e social, também pudemos vislumbrar a possibilidade do estabelecimento de uma comunidade discursiva de acordo

com os critérios de Swales (1990), aprofundando um pouco mais na análise do contexto. Investigamos não só o propósito comunicativo, mas também os demais aspectos como o léxico específico, a hierarquia dos participantes, a produção e circulação de gêneros textuais, o mecanismo de intercomunicação e a existência de membros experientes e inexperientes. Em relação a esse último critério, notamos uma restrição de possibilidade, uma vez que não encontramos pistas tão evidentes a respeito desse tipo de relação na administração pública colonial. Apesar disso, destacamos as cartas 09, 12, 13, 14 como as que poderiam ser de um membro inexperiente, pois o formato das letras e o curso da escrita sugerem falta de habilidade e a Unidade Retórica 3 – Finalizar contato apresenta autenticações repetidas que podem indicar desconhecimento do protocolo de escrita desse gênero. Neste ponto, consideramos uma boa oportunidade para pesquisas futuras aprofundar os estudos sobre a comunidade discursiva e os contextos antigos de produção de gênero textual.

Em relação aos propósitos comunicativos, identificamos como propósito mais pertinente e recorrente o de informar/anunciar medidas administrativas. Juntamente com esse objetivo, destacamos o de justificar/emitir opinião como forma de manter todos dentro dos mesmos princípios, uma vez que a razão primordial para a realização das medidas estabelecidas era para a observância da vontade de *El Rei Nosso Senhor ou da Rainha Nossa Senhor*a. Além disso, a emissão de opinião funcionava como um parecer sobre as atividades realizadas.

Como já dissemos, julgamos ter atingido o objetivo, uma vez que, com todo esse panorama, conseguimos responder a questão estabelecida sobre qual o contexto de produção, circulação e consumo das cartas e pudemos ver a influência marcante desse contexto em seus propósitos comunicativos.

O segundo objetivo trata do exame do suporte, no caso desta pesquisa, a análise dos códices. Tratando o suporte na perspectiva da Codicologia, inserimo-nos nos estudos filológicos, já que essa ciência é auxiliar da Filologia, contribuímos para a valorização do patrimônio documental cearense, deixando clara a nossa posição em relação à compreensão do suporte das cartas administrativas.

A análise do suporte aconteceu com a utilização de critérios postos pelas ciências auxiliares da Filologia: Codicologia e Paleografia. No estudo codicológico,

verificamos que os dois códices do nosso *corpus* estão em estados diferentes de conservação. Um mais deteriorado, com manchas, furos e folhas quebradiças e o outro mais conservado com folhas intactas sem rasgos ou furos. Em relação à análise paleográfica, vimos discrepâncias nas tintas utilizadas, uma mais escura e outra muito mais clara. Além disso, a escrita apresenta como característica comum junturas entre as palavras e abreviaturas. Destacamos aqui a não ocorrência de palavras com as letras "w" nem "y"; também não identificamos as maiúsculas das letras "v" e "u". No entanto, houve uma ocorrência da letra "k" na palavra "Kristo".

Já o terceiro objetivo retoma a análise de gênero com a intenção de realizar a descrição do modelo sociorretórico das cartas administrativas. Tomamos como base a adaptação do modelo CARS realizada por Bernardino (2000) e por Gomes (2002) e estabelecemos três unidades de informação: a UR1 – abrir registro, UR2 – realizar propósito e UR3 – finalizar contato. Partindo desses blocos maiores de informação, investigamos as informações contidas em cada unidade de cada carta. Na UR1, encontramos as informações: classificação do gênero, definição remetente e/ou local, definição de destinatário e/ou local, informação do assunto e informação da data. Fizemos a investigação dos movimentos retóricos de cada carta. Na UR2, informação/anuncio de medidas administrativas, justificativa/emissão de opinião, saudação e expressão de estima. Na UR3, despedida, tempo e espaço da produção, remetente e/ou local, destinatário e/ou local, autenticação, tempo e espaço do registro e assinatura.

Analisando a ocorrência das informações, consideramos relevantes as que tinham recorrência maior que 50%, assim chegamos às subunidades que compõem cada unidade retórica. Na UR1, as informações sobre o gênero, destinatário e remetente foram as mais recorrentes, tendo um percentual de 100% para a primeira, 85% para a segunda e 70% para a terceira, indicando as ações retóricas mais relevantes para essa unidade, que chamamos de subunidade 1.1 classificar gênero, subunidade 1.2 definir destinatário e/ou local e subunidade 1.3 definir remetente e/ou local. A informação sobre local tanto do remetente quanto do destinatário podem constituir informação extra ou pode aparecer como uma informação isolada, por isso nós associamos o local a essas duas informações. A ação de classificar o gênero é bem marcante dos gêneros textuais

que se encontram, nos livros de registro da administração pública cearense, perfazendo uma frequência de 100%.

Na UR2, as subunidades que se referem à informação/anúncio medida administrativa e à justificativa/emissão de opinião foram as mais recorrentes, perfazendo um número de 85% e de 60% respectivamente. Como já destacamos, essas subunidades, 2.1 informar/anunciar medidas administrativas e 2.2 justificar/emitir opinião, tratam dos propósitos comunicativos das cartas, que estão vinculados à vontade do soberano real português e ao parecer administrativo do governador de Pernambuco.

A UR3 é a unidade com o maior número de subunidades. Entendemos que nesse ponto acontecem os rituais linguísticos que dão valor de verdade ao documento, legitimando tudo o que dali fora registrado, portanto, no momento de finalizar o contato, muitas autenticações acontecem. Nesse caso, são seis subunidades: 3.1 despedir-se, 3.2 situar tempo e espaço da produção, 3.3 definir remetente e/ou local e 3.4 definir destinatário e/ou local, todas com frequência de 100%. E ainda 3.5 autenticar documento e 3.6 assinar documento, com frequência de 90% e 73%, respectivamente.

Com os dados encontrados, pudemos caracterizar sociorretoricamente a carta administrativa do período colonial do Ceará. Identificamos um padrão retórico de informação a partir da análise das recorrências das informações encontradas; portanto, a Unidade Retórica 1 – abrir registro constitui-se de três subunidades: 1.1 classificar gênero, 1.2 definir destinatário e/ou local e 1.3 definir remetente e/ou local; a Unidade Retórica 2 – realizar propósito apresenta duas subunidades: 2.1 informar/anunciar medidas administrativas e 2.2 justificar/emitir opinião e a Unidade Retórica 3 – finalizar contato constitui-se de seis subunidades: 3.1 despedir-se, 3.2 situar tempo e espaço da produção, 3.3 definir remetente e/ou local, 3.4 definir destinatário e/ou local, 3.5 autenticar documento e 3.6 assinar documento.

Essa caracterização diz respeito à análise das 15 cartas do *corpus* desta pesquisa; no entanto, há aqui a oportunidade, assim como na investigação da comunidade discursiva, de aprofundar essa análise, investigando a recorrência das unidades e subunidades retóricas destacadas em outras cartas administrativas existentes nos livros de registro do Arquivo Público do Ceará.

Com essa investigação, filológica e linguística, acreditamos termos contribuído para manutenção da prática de pesquisa interdisciplinar tão cara à Filologia e à Linguística Aplicada. Além disso, reforçamos o diálogo entre diversas ciências que vem sendo realizado no Programa de Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (POSLA – UECE) e também no grupo de estudos PRAETECE.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V.L. A **Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos.** 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana, 1994.

AGUILERA, V. VASCONCELOS, C. (Org.). **Scripturae na Villa de Pernagoa:** Manuscritos setecentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **O fazer atual da linguística aplicada no Brasil: foco no ensino de línguas**. In: KLEIMAN,A; CAVALCANTI, M. (Org.) Linguística Aplicada – suas faces e interfaces. São Paulo: Mercado das Letras, 2007, p. 115-124.

ARARIPE. T. **História da província do Ceará (dos tempos primitivos até 1850).** Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ (APEC). Levantamento dos índices de 2008-2009 do Arquivo Público do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico/43484>. Acesso em: 02 novembro de 2014.

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes – 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer – palavras e ação.** Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Mádicas, 1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Trad. a partir do francês: Maria Hermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, A.G. **O contexto dos textos coloniais**. In: Tânia Maria Alkimim (Org.). Para a História do Português Brasileiro Volume III: novos estudos. 1ª ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, v.1, p.421-431.

BARBOSA, A. et al. Corpus diacrônico do Rio de Janeiro: cartas pessoais – séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Labor-Histórico, 2003. Disponível em: < http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj/ >. Acesso em: 30 de outubro de 2007.

BARWASHI, A.S.; REIFF, M.J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**. Tradução Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo:** Cortez, 2005. p. 19-46.

BELLOTTO, H. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BERNARDINO, C.G. **Depoimento dos alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

_____. **O metadiscurso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BENTES, A.C; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [com] textuais. In: SIGNORINI, I. (Org.). **[Re] discutir texto, gênero e discurso.** São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-46.

BEZERRA, B. **A organização retórica de resenhas acadêmicas**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 37-68, jul./dez. 2002.

BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais.** Recife: Edupe, 2009.

BIASI-RODRIGUES. B. **Estratégia de condução de informações em resumos e dissertações**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

_____; HEMAIS, B. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J.L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. HEMAIS, B.; ARAÚJO, J.C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: RODRIGUES, B.B.; ARAÚJO, J.C; TAVARES, S.C. (orgs). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.16-46.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CELANI, M. A.A Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (org) **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998, p.129-142.

FARIA, E.M.P.; XIMENES, E.E. Estudo Filológico dos Autos de Querella no Brasil Colônia**.** In: **Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos linguísticos.** Portugal: Universidade Católica de Braga, vol 11-1, 2001, p. 119-137.

GIRÃO, V. **Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do "Siará Grande"**. In: SOUZA, S. (org.) História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

GOMES, A. B. L. **A emergência do gênero carta**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

JOSINO, A. M. S. **Edição filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação da vila de Sobral (1817-1823)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do

Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2015.

JUCÁ NETO, C. **Primórdios da urbanização do Ceará.** Fortaleza: Edições UFC: Editora do Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LAUSBERGH, H. **Linguística românica**. 2. ed. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

LIMA-NETO, Vicente De; ARAUJO, J. C. R. **Por uma rediscussão do conceito de intergenericidade**. Linguagem em (Dis) curso (Online), v. 12, p. 273-297, 2012.

LOBO, T. **Cartas baianas setecentistas**. São Paulo: Humanitas, 2001.

LOIOLA, W. R. **Estudos dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

MARTINS, C. S. **Ao rufar das caixas, leia-se o bando: estudo diacrônico da tradição discursiva bando no Ceará**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2013.

MEGALE, H; TOLEDO NETO, S. (Org.). **Por minha letra e sinal:** documentos do ouro do século do século XVII. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

MENDES, U.D. **Noções de paleografia.** São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.

MENEZES, V. SILVA; M.M; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. (Org.) **Linguística Aplicada** – um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p.25-50.

MELO, G.C. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. 5. ed. – Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

MOITA LOPES, L.P. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I. ; CAVALCANTI, M. (org.). ***Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade.*** São Paulo: Mercado das Letras, 1998, p. 101-114.

_____. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. (Org.). ***Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos.*** São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 11-24.

PRADO-JUNIOR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRAETECE (Práticas de edição de texto do Ceará) – Blog. <http://praetece-ce.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

PETTER, M. Linguagem, língua e linguística. In: Fiorin, José. (Orgs.). **Introdução à Linguística. I. Objetos teóricos.** São Paulo: Editora Contexto: 2005.

QUEIROZ, R. **A escrita autobiográfica de doutor Remédios Monteiro**: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. (Org.) **Documento do acervo do Monsenhor Galvão**: Edição Semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blinkstein. 27 Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Coordenação de tradução: Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1984.

SCHWARTZ, S. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Editora perspectiva, 1979.

SILVA, J.Q.G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.** Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SILVA, R.V.M. **Caminhos da Linguística Histórica – "ouvir o inaudível"**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVEIRA, M.I. **Estudo sócio-retórico do ofício – gênero textual da correspondência oficial e empresarial**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1977.

SWALES, J. **Genre Analysis – English in academic and research settings.** Cambrige: University Press, 1990.

SWALES, J; ASKEHAVE, I**.** Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In BEZERRA, B.G; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. (Organizadores). **Gêneros e sequências textuais**. Edupe, 2009, p.221-247.

XIMENES, E.E. **Os clíticos nos autos de querella do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise linguística**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

_____. **Fraseologias jurídicas: estudo filológico e linguístico do período colonial.** 1ª edição- Curitiba: Appris, 2013.